

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**O LAZER E OS ESPAÇOS DE AÇÃO:
REPRESENTAÇÕES E INVENÇÕES COMO TÁTICAS
NO ESPAÇO SOCIAL**

Angela Puentes Gómez

2006

**O LAZER E OS ESPAÇOS DE AÇÃO:
REPRESENTAÇÕES E INVENÇÕES COMO TÁTICAS NO ESPAÇO SOCIAL**

Angela Puentes Gómez

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Dra. Maria Inácia D'Ávila Neto

**RIO DE JANEIRO
2006**

**O LAZER E OS ESPAÇOS DE AÇÃO:
REPRESENTAÇÕES E INVENÇÕES COMO TÁTICAS NO ESPAÇO SOCIAL**

Angela Puentes Gómez

Maria Inácia D'Ávila Neto

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Aprovada por:

Prof.^a Dra. Maria Inácia D'Ávila Neto - Presidente

Prof. Dr. Jáilson de Souza e Silva

Prof.^a Dra. Tânia Maria de Freitas Barros Maciel

Rio de Janeiro
2006

Puentes Gómez, Angela.

O lazer e os espaços de ação: representações e invenções como táticas no espaço social / Angela Puentes Gómez. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
xii, 142f.:33 cm.

Orientadora: Maria Inácia D'Ávila Neto.

Dissertação (Mestrado), UFRJ / IP / Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2006.

Referências Bibliográficas: f. 135-141.

1. Espaço social. 2. Lazer. 3. Representações. 4. Programa Agente Jovem. I. D'Ávila, Maria Inácia. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Estudos em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. III. O lazer e os espaços de ação: representações e invenções como táticas no espaço social.

Para Jéssica, Áquilla, Rafael, Aline
Gaelle, Tiago, Carlos Augusto,
Wendell, Jefferson, Rodrigo, Ana
Mirtis, Carlos Henrique, Aline,
Magno, Marlon, Francisco,
Daniele e Wandelley.
Estas páginas pertencem a eles.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dra. Maria Inácia D'Ávila, quem soube me mostrar generosamente alguns lugares desconhecidos e me guiou, de maneira certa, no percurso das descobertas.

À Prof.^a Dra. Tânia Barros Maciel, com quem redescobri a paixão pela ecologia social e pelas coisas ditas impossíveis.

Ao Centro Comunitário Sem Fronteira, por sua cálida acolhida e pelas portas abertas a um mundo real e maravilhoso.

À minha família, que desde sempre, longe e perto, são minha casa, céu e sol.

Aos meus amigos, que de latitudes diferentes vêm me visitar todos os dias e saberão me reconhecer e se reconhecerem nestas páginas.

RESUMO

PUENTES GÓMEZ, ANGELA. O lazer e os espaços de ação: representações e invenções como táticas no espaço social. 142f. Dissertação de Mestrado. Curso de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Programa EICOS de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

O presente trabalho apresenta uma serie de reflexões em torno ao espaço social a partir de um quadrante formado pelo lazer, o espaço social, as representações sociais e a juventude. O interesse principal da pesquisa é aproximar-se às representações do espaço social de um grupo de jovens a partir das suas práticas de lazer. Desenvolveram-se oficinas participativas com um grupo de 17 jovens pertencentes ao programa Agente Jovem da Secretaria Municipal de Assistência Social de Belford Roxo (Rio de Janeiro). Conjugando os produtos das oficinas com uma extensa revisão teórica sobre o espaço, o lazer e as mudanças sócio-históricas da área da Baixada Fluminense, os resultados da pesquisa apontam para uma renovação da imaginação espacial. Esta entende o espaço social como um conjunto abrangente de representação, sensação e ação, afetos e arranjos de objetos, que exprime não só modelos estratégicos de ordenamento espacial mas liberdades existenciais exercidas através da criação de espaços de ação.

Palavras chave: *espaço social, lazer, representações, ordenamento, liberdade.*

ABSTRACT

PUENTES GÓMEZ, ANGELA. O lazer e os espaços de ação: representações e invenções como táticas no espaço social. 142f. Dissertação de Mestrado. Curso de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Programa EICOS de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

This study presents a series of ideas about social space. Ideas supported by a foundation of four key principles: leisure, social space, social representations and youth. Based on this quadrant, and with the goal of identifying and analysing common visions amongst young people of social space, interactive workshops were established with a group of 17 youths from the Agente Jovem (a governmental foundation for youth development, targeting the young people of Belford Roxo) of the Municipal Department of Social Assistance of Belford Roxo (Rio De Janeiro).

The results demonstrate that social space can be understood as a set of representations, sensations, actions, affections and objects. It is not only the product of urban planning strategies, but also of the imagination of its inhabitants, who exert their free will in the practicing of leisure activities.

Key words: *social space, leisure, representations, urban planning, freedom.*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.	Mapa da Baixada Fluminense	84
FIGURA 2.	Características autodefinitórias e trechos de músicas que os jovens relacionaram com elas	101
FIGURA 3.	Algumas idéias do que significa ser jovem.....	102
FIGURA 4.	O futuro através da pessoa que querem ser	102
FIGURA 5.	O lugar amado	110
FIGURA 6.	Definições de ESPAÇO dadas pelos jovens	116
FIGURA 7.	Algumas características do espaço dos jovens	117
FIGURA 8.	Grupos e espaços aos que os jovens pertencem	120
FIGURA 9.	A cidade mais limpa	122
FIGURA 10.	Um parque	122
FIGURA 11.	Uma igreja	122
FIGURA 12.	Uma praça para brincar	122
FIGURA 13.	O campo de futebol	123
FIGURA 14.	Um jardim	123
FIGURA 15.	Um megaespaço	123
FIGURA 16.	As cores do espaço	123

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.	Inventário das atividades lúdicas e preferências	104
TABELA 2.	Inventário dos lugares das atividades de lazer	108
TABELA 3.	Palavras para a criação de textos	113

SUMÁRIO

	p.
ANOTAÇÃO DE UMA VIAGEM	13
1. INTRODUÇÃO	14
2. CAPÍTULO I	
CONSTRUINDO O CONCEITO DE ESPAÇO SOCIAL	19
2.1 Leituras do espaço chaves para a consolidação da imaginação espacial	21
2.2 A imaginação espacial renovada	29
3. CAPÍTULO II	
O ESPAÇO SOCIAL: TEMPO, PRODUÇÃO E INVENÇÃO	36
3.1 Do espaço renascentista ao espaço social	37
3.2 Desenhando e habitando o espaço: representação e prática social	44
3.3 Um espaço, um significado, um poder?	51
4. CAPÍTULO III	
DA TEORIA SOCIOLOGICA DO LAZER AO LAZER DOS JOVENS	60
4.1 Oposições configurativas para uma teoria social: o lazer e o trabalho	64
4.2 Uma breve revisão do percurso da sociologia do lazer	70
4.3 Lazer jovem!	78
4. CAPÍTULO IV	
CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA ÁREA DE ESTUDO	83
5.1 A Baixada Fluminense: alguns dados introdutórios	84
5.2 Percorrendo a história da Baixada Fluminense	85
5.3 Belford Roxo no panorama social urbano	94
5. CAPÍTULO V	
DESCOBRINDO O ESPAÇO SOCIAL DOS JOVENS DE BELFORD ROXO	97
6.1 A escolha do método e o procedimento metodológico	97
6.2 Descrição do grupo de trabalho	99
6.3 Conhecendo as práticas de lazer do grupo	103
6.4 O espaço social como universo da prática e dos afetos	107
6.5 O espaço social desejado: amplidão, natureza, lazer	122

6. CONCLUSÃO	125
7. REFERÊNCIAS	135
8. ANEXOS	142

ANOTAÇÃO DE UMA VIAGEM

Transcorrem duas horas entre a Central do Brasil e o Jardim do Ipê. O Jardim do Ipê é também o nome do ônibus que, durante alguns meses, me levou até Belford Roxo. Atrás ficaram as linhas do trem e o percurso meu apresentou as imagens que ainda hoje existem do outro lado da janela. Ao descer, caminhei entre as fachadas que desejaram me cativar, deixei me envolver pela atmosfera, senti-me um visitante, um desconhecido que ignora os caminhos que são, para todos ali, familiares. Impossível dizer se foi uma situação provisória; acredito que as referências geográficas e biográficas são desprovidas de narrações definitivas. Sei, que a descoberta do jardim deu-se através de uma viagem que me levou perto de outros, até então desconhecidos. Ela foi um mérito atribuível não à boa sorte da minha inexperiência, mas às mãos que desejaram me guiar, mostrando-me uma vitalidade resplandecente, apesar do avanço das chaminés que presenteiam o céu com a sua fumaça cinza.

INTRODUÇÃO

Belford Roxo, perdido na imensidão do Estado, foi em certa medida o lugar que permitiu decantar o interesse pela construção dos grandes espaços e a vida que ali transcorre, não alheia ao lugar que ocupa. Servindo-se do caráter urbano de Belford Roxo, o presente trabalho faz contínua referência à cidade como uma analogia do conceito de espaço social, esclarecendo, através de um termo familiar, a indiscutível interação entre materialidades e ações humanas. A cidade é o teatro urbano em que homens e artefatos encenam uma peça que tenta mostrar objetos, lugares e pessoas como os povoadores das paisagens cotidianas. Acolhendo e referindo-se uns a outros, formam um conjunto / cenário que é, na teoria, o espaço social.

Para empreender a tarefa de pensar e pesquisar o espaço social de um grupo de jovens em Belford Roxo, área metropolitana do Rio de Janeiro, foi preciso escolher algumas referências que fixassem os vértices da proposta. Assim, o lazer, o espaço, as representações e a juventude formam o quadrante da fundamentação teórica. Este, por sua vez, delinea o tema central da pesquisa: qual a representação que o grupo de jovens possui sobre o seu espaço social?, Como o lazer agencia a criação de representações do espaço social e de espaços de ação?

A breve revisão das teorias do espaço social, mais que fornecer uma compreensão dos processos formadores da cidade, confirmou a intuição de que ela é (re)criada por seus habitantes. Revelou, também, que o espaço social é, tanto o espaço concebido, aquele

projetado e construído pela arquitetura e o urbanismo, quanto o espaço vivido, estudado particularmente pela geografia humana, a antropologia cultural e a sociologia do cotidiano. O Capítulo I traça um caminho em direção ao conhecimento do espaço social, tentando consolidar uma postura sensata perante a diversidade de olhares plausíveis do espaço.

Partindo de uma crítica à centralidade da imaginação histórica na construção do conceito de espaço social, resgatam-se as idéias de autores como Manuel Castells, Henri Lefebvre, David Harvey, Milton Santos e Edward Soja. Nesse percurso, descobre-se que as teorias do espaço social coincidem em trafegar entre o conceito sem vida e a vida sem conceito, e como Lefebvre (1974) aponta, denotam e conotam todos os espaços possíveis, abstratos ou reais, mentais e sociais. Não sendo o objetivo da revisão conjugar indiscriminadamente as diversas posturas, opta-se por um traçado cujos pontos de interseção nascem de uma delicada observação das idéias dos autores e de suas interfaces, complementada com contribuições pertinentes para o esclarecimento do conceito.

O Capítulo II retoma o tempo como ponto de articulação base para a construção do conceito de espaço social. Instaurando um tratamento alternativo à imaginação histórica, apresenta-se o espaço como condição para a existência da temporalidade e vice-versa, uma interação que denota o caráter aberto, complexo e móvel do espaço. Fazendo especial referência aos trabalhos de David Harvey, recorre-se à história das mudanças conceituais do espaço e do tempo. Dito percurso evidencia como os vários reajustes conceituais orientaram-se, a partir de mudanças estruturais, em direção à multiplicidade referencia do espaço social. Doreen Massey, David Harvey, Michel de Certeau e Stuart Hall são os interlocutores principais na fundamentação da idéia da cultura popular -ela mesma multireferencial- como

inventora e produtora do espaço social. Mas não livre de participação nas relações sociais de poder, o popular constrói o espaço social através do diálogo e da tensão permanentes que estabelece com formas alternativas de pensar e ser do espaço social.

Escolheram-se as práticas de lazer pensando-as como as peças básicas do quebra-cabeças que deixariam em evidência as representações do espaço social. O Capítulo III apresenta uma visão sintética das mais importantes contribuições da sociologia do lazer para a compreensão desse fenômeno social. Assim, delineiam-se as suas características distintivas, tendo como ponto de referência principal as contribuições de Joffrey Dumazedier.

Pelo fato de a sociologia do lazer ter dialogado extensamente com a sociologia do trabalho, também se recorre às idéias de Domenico de Masi, Paul Lafargue e Bertrand Russell, autores que, a partir de uma crítica à devoção do trabalho, reivindicam a importância do tempo livre e do lazer.

Após o breve percurso da sociologia do lazer, ricamente complementado com a oposição lazer – trabalho, trabalha-se a realidade do lazer dos jovens. Assim, apreende-se o fato dele se materializar em espaços, tempos e ações e de formar um universo de representações do espaço social vinculado diretamente às formas de empregá-lo, carregando em si o obstinado desejo de viver da juventude.

Posteriormente, o Capítulo IV traça uma contextualização da área na qual desenvolveu-se a pesquisa de campo. A importância deste capítulo reside no fato dele apresentar alguns momentos históricos definitivos na formação das particularidades sócio-espaciais de Belford Roxo. Visitou-se a história da Baixada Fluminense, tendo em vista as transformações sociais e

econômicas, que especialmente desde o século XIX, vêm influenciando a constituição desse espaço urbano e em consequência, os seus conteúdos sociais.

Apresentando dados contextuais, o capítulo tem o intuito de possibilitar o diálogo entre a teoria do espaço social e a realidade de um caso particular. Segue-se a linha temporal das mudanças históricas no Brasil urbano em geral e na Baixada Fluminense em particular, para assim resgatar a rede de capilaridades que, no processo de urbanização, se estabelece em função da relação entre os aspectos políticos, econômicos e sociais e que em suma virá a determinar o espaço social.

Durante três meses desenvolveram-se oficinas participantes com um grupo de 17 jovens no Centro Comunitário Sem Fronteira, Belford Roxo. O Capítulo IV apresenta a metodologia empregada a fim de responder as questões formuladas pela pesquisa. Igualmente, condensa algumas das características do grupo, cujo perfil poderá ser vislumbrado em vários momentos do texto. O grupo pertence ao programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, da Secretaria Municipal de Assistência Social, a qual escolhe jovens em situações de risco e de vulnerabilidade social em função das características dos seus núcleos familiares e sociais, para lhes oferecer assistência. Avançando no capítulo, apreciam-se os resultados das oficinas. Apresentam-se breves explicações da maneira como elas foram conduzidas e as interpretações dos dados coletados.

Por se tratar de lazer, foi possível desviar sutilmente a atenção sobre o caráter conflituoso da área de estudo, resgatando, em um lugar que por antecedência ousaríamos nomear de paisagem impossível, o papel do lúdico como uma das múltiplas maneiras de se apropriar da existência. O laço misterioso que une o <lugar> e o <nós> tem os matizes das táticas culturais

para a representação do espaço social, que freqüentemente impregnadas do caráter do lazer, transformam-se em um jogo de poderes vivido cotidianamente por esses jovens na busca de espaços reais, de espaços idéias, de espaços afetos, de espaços maravilhosos.

CAPÍTULO I

CONSTRUINDO O CONCEITO DE ESPAÇO SOCIAL

Algumas das melhores geografas do passado foram escritas por historiadores sociais críticos. Nelas, foram sempre o tempo e a história os fornecedores dos conteúdos primordiais. A tendência a interpretar os fenômenos sociais através da lente temporal é conhecida como *imaginação histórica*, uma compreensão prática do mundo como meio de emancipação, que reafirma a possibilidade de mudança através da ação humana ao longo do tempo (Soja, 1993).

A imaginação histórica teve entre as suas primeiras manifestações a obra *The sociological imagination*, escrita por C. Wright Mills e publicada originalmente em 1959. Para Mills (1965) era imprescindível que os homens tivessem consciência da ligação existente entre as suas vidas e o curso da história, assim eles poderiam saber qual o significado dessa relação para o tipo de ser no qual estavam se transformando. Mills descreveu esse tipo de consciência como *imaginação sociológica*, uma qualidade de espírito que permitiria aos homens compreenderem o cenário histórico do qual poderiam participar.

Os homens vivem uma biografia inserida na sequência histórica dos fatos sociais, de maneira que para Mills, o indivíduo só seria capaz de entender a sua própria experiência localizando-se dentro do tempo social. Segundo o autor, a imaginação sociológica se destacaria pelo fato de tornar possível a conexão entre a história e a biografia.

Conseqüentemente, qualquer estudo social deveria se remeter à dita ligação para que a sua fundamentação fosse sociologicamente válida e historicamente relevante.

A imaginação sociológica de Mills revelou-se um tipo de *imaginação histórica* na medida em que a história foi apresentada como a base e o centro do estudo social. A partir dos anos 60, ela fez-se central na teoria social crítica e consolidou-se como a contextualização por excelência do estudo social. Embora desde muito antes de Mills existisse uma eufórica celebração da história, o autor marcou uma etapa da teoria social que se caracterizou pela dissimulação e a dissipação da imaginação espacial. Assim, as primeiras tentativas de conceituação do espaço social inspiraram-se no tempo social espacializando as narrativas históricas (Soja, 1993).

O fim de século XIX trouxe consigo as exigências de um novo sistema econômico, o capitalismo, que procurava mecanismos de controle social e de estímulo à produção e ao consumo. Múltiplas mudanças espaciais tiveram lugar em razão da nova organização social e econômica, mas a despeito dos profundos arranjos locais e globais, as novas formas de relação social com o espaço estiveram longamente esquecidas pelo discurso social.

Até os anos 60, a teoria social encontrou-se de alguma maneira impedida de ver a produção do espaço como um processo social que se originava na mesma problemática de construção da história. Isso deveu-se parcialmente ao fato de a sociedade e a história estarem sendo separadas da natureza e interpretadas como entidades autônomas desprovidas de relação com o espaço / natureza. O realce do olhar temporal sobre os fenômenos sociais também foi um produto da excepcional subordinação teórica e interpretativa à que foi confinada a

geografia humana, julgada, durante mais de meio século, um reservatório de conhecimentos factuais (Soja, 1993).

Tributária de teorizações francófonas, especialmente aquelas que enfatizavam na política da espacialidade e no coletivismo territorial, apareceu, entre finais da década dos anos 60 e início dos anos 70, uma geografia profundamente influenciada pela teoria e o método marxista ocidentais. Assim deu-se início à busca de um olhar espacial do fenómeno social. Refletindo na necessidade de relocalizar o espaço em uma posição central, a nova abordagem geográfica foi fiel ao pensamento francês, o qual insistia na importância de resgatar a produção do espaço do controle social do capitalismo e do Estado, ambos expansionistas e instrumentalistas (Soja, 1993).

A continuação expor-se-á brevemente o percurso da *imaginação espacial*, visando apresentar uma ideia do espaço social constituída ao redor das mais importantes formulações do pensamento espacial. Ver-se-á, também, como elas estiveram significativamente atravessadas pela centralidade do tempo social, até que, com o desenvolvimento da teoria social, a história e o espaço alcançaram uma posição justa e revitalizadora no conceito do espaço social.

2.1 Leituras chaves do espaço para a consolidação da imaginação espacial

Entre os anos 60 e 70 instaurou-se uma leitura do espaço encaixada no marxismo, a que o interpretou como um produto das relações sociais de produção e das leis do capital. Os processos geográficos e suas expressões no espaço eram, para esta nova geografia, um efeito surpreendente e digno de estudo do capital.

O materialismo histórico institucionalizou-se como a via chave para ligar o tema da forma espacial ao processo social, combinando a geografia humana com a análise de classes e relacionando a descrição dos fatos sócio-geográficos às explicações fornecidas pela história e a economia política (Soja, 1993). De maneira geral, a leitura estruturalista do espaço concebeu as formas espaciais e a sua organização como desdobramentos do modo de produção da sociedade e da interação histórica dos seu componentes.

Os argumentos empregados pela nova abordagem geográfica foram influenciados pela forte acolhida da imaginação histórica no âmbito do materialismo dialético. Os geógrafos, os sociólogos urbanos e em geral, os teóricos do espaço, se inspiraram amplamente nas teorias do imperialismo e foi uma prática comum afirmar que nas obras clássicas de Marx, Engels e Lenin havia poderosas intuições geográficas e espaciais (Soja, 1993).

A cidade do capital de Henri Lefebvre, escrito originalmente em 1972, foi uma das primeiras interpretações de corte marxista do fenômeno espacial, embora não fosse um livro especificamente sobre o espaço social. *A cidade do capital* é uma releitura dos textos dispersos de Engels e Marx, que segundo Lefebvre (1999), continham inúmeras indicações sobre a cidade e os problemas urbanos, a despeito de não ter sido sistematizadas em um corpo doutrinal particular. Para o autor, as considerações dos *Manuscritos de 1844* de Marx só têm sentido e importância no contexto social da realidade urbana, onde a cidade é simultaneamente tempo e lugar e um instrumento da enorme metamorfose que vinha sendo causada pela indústria.

Junto com Lefebvre, David Harvey e Manuel Castells foram os autores mais reconhecidos da geografia marxista e suas teses provocaram diversas reações, especialmente

na Grã-Bretanha e na América do Norte. A espacialidade do urbano e a interação entre os processos sociais e as formas espaciais foram os pontos enfatizados pelo pensamento do espaço, que marcado pelo estruturalismo nos seus inícios, chegou a se transformar em uma teoria da dialética sócio-espacial (Soja, 1993).

Embora a abordagem desses autores tenha sofrido enormes mudanças conceituais e analíticas, nos anos 70 eles acentuaram a relação entre espaço, trabalho e capital. Existem também amplas divergências em relação à centralidade que os autores deram aos componentes do modo de produção (forças produtivas, relações de produção entre classes, meios de circulação das mercadorias, meios de conservação e organização) na determinação da realidade espacial da sociedade.

Harvey por exemplo, explicou a forma do espaço urbano tendo como base de sua tese a acumulação de capital e a luta de classes. Utilizando alguns conceitos clássicos da teoria marxista, descreveu a urbanização como um fenômeno radicado na produção, reprodução, circulação e organização do capital. O autor considerou a cidade como um nó espacial de interseção econômica, sendo produto da acumulação do sistema de extração e circulação de mais-valia. Assim, Harvey interpretou a produção da cidade como a padronização espacial dos processos de criação, extração e concentração de mais-valia. Segundo Gottdiener (1993), nos anos 70 Harvey desenvolveu as suas hipóteses da forma espacial fazendo um movimento que inicialmente a interpretava como o lugar de concentração de mais-valia, para posteriormente pensá-la como o lugar criado para estimular o consumo.

The urban question (1977), a adaptação do estruturalismo de Althusser por Castells (Soja, 1993), foi um dos melhores esforços até então empreendidos para localizar e definir o

espaço no marco da relação conflituosa entre a sociedade e o capital. O livro foi um ataque do autor à abordagem da Escola de Chicago, a qual desenvolveu e consolidou, entre os anos 20 e 40, uma perspectiva ecológica da sociologia urbana. Concentrando-se na distribuição espacial dos grupos humanos, na morfologia das sociedades e nos dispositivos institucionais que ordenam o seu funcionamento (Galafassi, 2001), a Escola de Chicago defendeu uma perspectiva comportamental combinada à competição econômica e à ordem social (Gottdiener, 1993). Argumentando que no conjunto dessas obras não havia nenhuma problemática urbana, Castells (1977) apontou o obscurecimento de problemas sociais maiores pelos autores da Escola de Chicago, que analisavam o urbano a partir dos estilos de vida particulares dos grupos sociais na cidade (Soja 1993).

Inspirada na teoria althusseriana, a perspectiva de Castells contribuiu à consolidação da abordagem marxista do espaço. Cabe notar que, segundo Althusser, toda formação social está composta de três estruturas: econômica, jurídica-política e ideológica (EPI), cuja relação dentro da totalidade não é simples ou imediata (Hall, 2003). A estrutura econômica, formada pelas forças produtivas e as relações de produção, é a base estrutural da sociedade a partir da qual se levanta a superestrutura -definida pelas instâncias ideológica e política- (Althusser, 1974). Segundo Hall (2003), a importância da interpretação althusseriana foi romper com o reducionismo das versões clássicas da teoria marxista ao pensar a formação social como uma estrutura complexa em dominância, que exhibe certas tendências e alcança um tipo de configuração e estruturação definidas, sendo impossível reduzir facilmente um nível de prática ao outro.

Althusser desenvolveu um quadro da formação social no que incluía relações entre práticas, níveis e instâncias. Castells inspirou-se nele para desenvolver uma análise urbana sustentada na lógica de que todos os sistemas estruturais (como o capitalismo) contêm subsistemas homólogos à estrutura maior e atuam segundo as mesmas leis (Gottdiener, 1993). Assim, o ponto central em *The urban question* residia em que a teoria do espaço é uma especificidade da teoria geral da organização social. Castells considerou o espaço social como um subsistema da sociedade, e se a análise da ordem social maior faz-se em função do tripé economia, política e ideologia, do mesmo modo deveria-se proceder com o espaço social (Gottdiener, 1993).

A partir de tal lógica, Castells (1977) definiu o espaço como um produto material, que a partir de sua relação com os outros subsistemas, obtém uma forma, uma função e uma significação social. Segundo o autor, o espaço é a expressão concreta da combinação das instâncias econômica, política e ideológica e é também um conjunto histórico destes elementos em interação. O espaço urbano não está organizado ao acaso, ele é estruturado, e os processos sociais ligados a ele exprimem os determinismos de cada período de organização social.

Assim, a questão urbana seria estabelecer as leis estruturais e conjunturais que regem a existência do espaço, a sua transformação e as particularidades de sua articulação com os outros elementos da realidade histórica. Como fazê-lo? Já que o espaço é um produto da estrutura social, analisá-lo equivaleria a estudar a sua formação por elementos do sistema econômico, do sistema político e do sistema ideológico, complementando com as combinações e práticas derivadas deles.

O autor estabeleceu que a estrutura econômica possuía o maior peso conceitual na teoria e na produção do espaço, de maneira que decompor a instância econômica seria o melhor caminho para apreender as qualidades objetivas do espaço. Distinguindo dois elementos fundamentais de dita instância, os meios de produção e a força de trabalho, Castells (1977) concluiu que a divisão social do trabalho produzia o espaço da cidade, assim, a cidade foi interpretada como a unidade espacial de reprodução da força de trabalho. Mas, a despeito de Castells ter tentado se manter fiel às idéias de Althusser, cometeu o erro de voltar a sua análise espacial para uma interpretação especular do espaço com relação à estrutura econômica, um velho hábito marxista que segundo Hall (2003) Althusser esforçou-se por superar.

Lefebvre, por sua parte, desenvolveu uma obra que confrontou freqüentemente as idéias de Castells. Destacou-se especificamente por desenvolver uma teoria marxista do espaço que incluiu a prática sócio-espacial a fim de tentar corrigir e restringir o papel centralizado que Castells atribuiu à base econômica na produção espacial. Lefebvre também insistiu na idéia de uma unidade entre os níveis da análise, que segundo ele, eram freqüentemente separados: a prática cotidiana do espaço, as forças produtivas e seus componentes -natureza, trabalho e conhecimento-, a estrutura -relações de produção- e a superestrutura -as instituições e o Estado- (Soja, 1993).

A forma como Lefebvre apresentou o espaço na análise marxista *Espaço e política* (1976) foi um argumento que desfavoreceu a interpretação espacial como um produto, mercadoria ou instrumento (Sposito, 2003). Para Lefebvre o espaço é multifacetado e não pode ser reduzido às relações sociais de produção, pois ele é o local geográfico da ação e a possibilidade social de se engajar na ação (Gottdiener, 1993). Em *The survival of capitalism*

de 1976, Lefebvre associou a formação de classes às relações sociais e espaciais de produção, inserindo a problemática social em uma divisão simultaneamente social e espacial do trabalho. Embora o autor tivesse reconhecido que de uma forma ou de outra o espaço é um produto do capital, tentou desenvolver um conceito de espaço que o definisse a partir da dialética sócio-espacial (Soja, 1993).

Segundo Lefebvre (1974), o espaço está diretamente vinculado às relações sociais de produção e aos processos por meio dos quais o sistema capitalista amplia sua existência: a ocupação e a produção espacial. Para o autor dita expansão não é só processual. Ela aconteceria através das estruturas definitivas do sistema, apontando o espaço como uma delas. Se a sobrevivência do capitalismo dependeu da produção e da ocupação diferenciais do espaço, o teórico francês viu aquilo que Castells ignorou: o espaço é produtor e produto, relação e objeto, resultado e agente do sistema. Em Lefebvre, o espaço social é ao mesmo tempo um meio de produção e uma força social de produção, é um objeto de consumo, um instrumento político e um elemento na luta de classes (Gottdiener, 1993).

O principal impulso para a construção de uma abordagem dialética do espaço foi a tese teórica cada vez mais elaborada de que o espaço não era apenas um produto social, mas que repercutia na própria formação das relações sociais, tal e como Lefebvre tinha apontado. A melhor reinterpretação do conjunto da explicação geográfica dos anos 70 é fornecida por Derek Gregory em seu livro *Ideology, Science and Human Geography* (1978). O autor adverte que a análise da estrutura espacial não deve ser derivada da análise da estrutura social, como o sugeria a abordagem estruturalista do espaço, especificamente *The urban question* (1977).

Gregory investiu na idéia de que a estrutura espacial é o campo no que as relações de classe se constituem, da mesma maneira como é a arena onde os conflitos de classe se expressam. Assim, tomou força a idéia de que as estruturas espaciais não podiam ser teorizadas sem as estruturas sociais e vice-versa, pois as estruturas sociais não podem ser praticadas sem as estruturas espaciais, e vice-versa (Soja, 1993).

As interpretações estruturalistas do espaço tiveram repercussões evidentes, embora se exaurindo na década dos anos oitenta quando se concluiu que a abordagem marxista da geografia não era suficiente. Surgiram novas combinações e a espacialidade da vida social tornou-se uma porta que conduziu a um cenário contemporâneo de diversas interpretações do espaço que resistia a sínteses simplistas. Vislumbraram-se novas possibilidades para uma geografia humana crítica e embora esta continuasse inspirando-se na racionalidade do marxismo ocidental, não se limitou às fronteiras da geografia moderna, superando o fechamento paradigmático e o pensamento categórico (Soja, 1993).

Surpreendentemente, Castells forneceu um dos melhores exemplos da nova abordagem espacial, quando publicou, em 1983, seu livro *The city and the grassroots*. Segundo Soja (1993), com essa publicação faltou pouco para que Castells chegasse à (questionável) proclamação pós-moderna de que o espaço é mais importante do que o tempo. Há uma diferença enorme na compreensão do espaço entre *The urban question* e *The city and the grassroots*: se no primeiro o espaço foi formulado como um produto estrutural do sistema, em 1983 Castells apresentou um espaço que é a própria sociedade: as formas espaciais são o equivalente das formas sociais.

Castells (1983) também introduziu a questão da expressão espacial dos interesses da classe dominante, das relações de poder do Estado e das táticas de resistência das classes exploradas, um assunto que Lefebvre já tinha considerado no seu livro *La production de l'espace social* (1974). Mas a ênfase de Castells (1983) continuou a ser histórica e o autor insistiu que o processo histórico de resistência e dominação exercido e exprimido no espaço é um produto da história anterior e o suporte de novos interesses, projetos, protestos e sonhos.

É possível argumentar que o esforço obsessivo por adequar a teoria marxista à formulação de uma idéia de espaço foi o ponto crítico das tentativas de consolidação da imaginação espacial. Gerou-se uma teoria geral sobre a produção espacial cujas variáveis foram o tempo, a história e o sistema de produção. As idéias da geografia dos anos 70 demandam uma nova leitura e os seus componentes um novo lugar na equação. Surge a inquietude sobre qual o alcance do modo de produção para definir o espaço. Se de alguma forma se optasse por repensar o seu lugar na equação espacial, qual seria? Que outros elementos viriam a fazer parte do espaço social e como se reorganizariam todos os componentes do conjunto?

2.2 A imaginação espacial renovada

A idéia de espaço denota uma forma física que antecipa o real, o tangível e o próximo. Isso permite qualificá-lo como uma coisa usável, maleável, objeto da ação humana (Harvey, 1989). Esta representação, comum das sociedades modernas, sugere que o espaço é um aspecto objetivo da realidade que pode ser medido e os seus atributos, apreendidos objetivamente.

Entre as repercussões desse olhar sobre o espaço destaca-se a sensação de que as estruturas espaciais -vias de comunicação, prédios, fábricas, mobiliário urbano, etc.- são implantadas e disseminadas no cenário geográfico. Ao interpretar os processos de criação espacial como imposições materiais de um determinado modo de produção que responde às bandeiras da racionalidade moderna -eficiência, produtividade, funcionalidade e mensurabilidade-, veicula-se uma representação frívola e inerte da materialidade. Do mesmo modo, pareceria ser que existe um único esquema de criação e organização espacial, que totalitário, é traçado sistemicamente respondendo às estruturas de poder, às forças do mercado e ao modelo estético dos planejadores e tecnocratas urbanos .

No entanto, há alternativas para pensar o espaço, pois ele é social e socializado. São as cidades simples máquinas para habitar, imposições físicas do movimento de lucros e jogadas financeiras? Certamente não. Santos (1985) fornece uma análise sugestiva do espaço que será utilizada a fim de avançar na resposta.

Segundo o autor, o espaço deve ser estudado em sua *forma*, que é o aspecto visível de uma coisa, o arranjo ordenado de objetos. Também deve se levar em conta a sua *função* -a tarefa ou atividade esperada da forma- e a sua *estrutura*, a inter-relação de todas as partes do todo, o seu modo de organização. A interpretação do espaço deve igualmente incluir o *processo espacial*, que é definido como uma ação contínua, que se desenvolve em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo, continuidade e mudança (Santos, 1985).

A forma, a função, a estrutura e o processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, que tomados individualmente representam apenas realidades parciais e limitadas

do espaço e que ilustram a ‘reversibilidade’ característica do espaço social. Quando considerados em conjunto e relacionados entre si, esses termos / componentes constroem a base teórica e metodológica a partir da qual é possível discutir os fenômenos espaciais em sua totalidade (Santos, 1985).

O autor também estabelece um marco relacional entre as diferentes qualidades do espaço social. Assim, forma, função, estrutura e processo são elementos espaciais que se aplicam a quaisquer tipos de análises, tanto àqueles que dizem a respeito às grandes paisagens regionais quanto aos universos micro-sociais. A casa, o bairro, a cidade e a região possuem formas, funções, estruturas e processos, que em diferentes níveis e instâncias formam conjuntos sujeitos a interpretações hierárquicas.

Certamente o discurso estruturalista percebeu as formas, funções, estruturas e processos espaciais, embora tenha empregado outros termos para nomear esses componentes. É possível sugerir que ele dedicou-se ao estudo das ações estruturais e observou o espaço a partir da interpretação do sistema social de produção. Na leitura estruturalista, a forma era a cidade, as vias de comunicação, as usinas, as favelas, os prédios; a função: a reprodução do capital e da força de trabalho; a estrutura do espaço: o resultado da relação entre base e superestrutura; os processos espaciais: a circulação do capital e as ações acumulativas de mais-valia.

De uma maneira ou de outra, a visão estruturalista parece confirmar a idéia de que as formas espaciais são instaladas na geografia respondendo a um comando central aparentemente invisível e alheio aos homens que habitam o espaço. O estruturalismo esqueceu que entre as funções e os processos espaciais que definem o conceito do espaço social está o habitar humano, o qual, no mais amplo sentido da palavra, diz respeito à cotidianidade, à

existência de um lugar e de um corpo e à constante realização de práticas que acabam recriando as formas espaciais.

O espaço existe como objetividade, mas existe socialmente e em relação à atividade. Assim, as ações estruturais como as do capital convivem com as ações cotidianas como os passeios a pé...Este é um cruzamento inevitável para pensar o espaço social. Gottdiener (1993) avança na teorização do espaço oferecendo a possibilidade de interpretá-lo além do produto contingente da articulação entre a estrutura do sistema e as ações de interesses específicos, como comumente o fizeram os autores dos anos 70. O autor indica que o (conceito de) espaço deve ser entendido através da lente da cultura, abordando-o como uma complexa articulação entre os universos simbólicos de significado, o modo de produção e a realidade material.

O interessante dessa colocação é que ao incluir o domínio cultural, Gottdiener (1993) sugere interpretar espaço social não como um mero suporte da vida social e sim como um domínio em permanente interação com a sociedade. Assim desdobram-se análises do espaço alternativas à concepção especular do espaço com relação à organização estrutural (León Vega, 2000). Tais caminhos diferenciais conduzem de volta à esclarecedora sugestão de Castells (1983) na que afirma que o espaço é a sociedade, de maneira que pensá-lo apenas a partir das forças macrossociais que o organizam é subestimar o fato da experiência subjetiva produzir espaços alternativos à coisa supostamente real (Harvey, 1989).

Com a cultura dentro do espaço, à dimensão produtiva adicionam-se as esferas da prática social, dos símbolos e dos significados. Conseqüentemente, a interpretação estruturalista perde a sua exclusividade, especialmente pelo fato de que se a espacialidade é socialmente produzida, existe como formas substanciais e concretas e faz parte das relações entre os

indivíduos e os grupos. Do mesmo modo, constatar que a espacialidade social compreende simultaneamente uma dimensão concreta e uma dimensão sócio-cultural, que em diferentes intensidades convivem num mesmo todo, sugere que para apreender a complexidade do espaço como o conjunto de forma, função, estrutura e processo, deve se procurar conhecer a múltipla interação desses componentes (Haesbaert, 2002).

A perspectiva de Santos fornece a possibilidade de sair da encruzilhada estrutural e abordar o tema do espaço social com outro espírito. Para o caso particular desta pesquisa, apresento as categorias do espaço social segundo Santos (1985) como uma tentativa explícita em direção à renovação do conceito de espaço social. As formas espaciais são as casas, os bares, o bairro, a rua, o parque, enfim, todas as estruturas físicas que compõem uma área determinada, por exemplo, Belford Roxo. As práticas de lazer que acontecem nas e com essas formas viriam a constituir as funções espaciais. A estrutura espacial seria uma totalidade complexa de articulação entre as formas espaciais e as funções lúdicas e finalmente, o processo espacial formaria-se a partir da interpretação das ações cotidianas lúdicas com relação ao contexto maior de ações estruturais que determinam a construção das formas espaciais e dos conteúdos sociais de uma área particular, no caso, Belford Roxo.

Cabe notar que as formas físicas são duráveis no tempo devido às técnicas que elas encarnam e às quais dão forma. Elas também se revestem de uma finalidade (Santos, 1985), a qual, em princípio, foi ligada ao modo de produção referindo-se diretamente ao papel das ações estruturais na produção do espaço. A finalidade aparece, finalmente, como o aspecto que justifica a entrada das práticas culturais como componentes complementares do espaço social. Santos (1996) propõe, assim, que a realidade material e o sistema de práticas são os maiores

constituintes do espaço social; eles, em permanente interlocução, formam uma complexidade relacional e dialética.

A conjugação da prática social e da materialidade faz do espaço social uma unidade de relações dialéticas que, no processo de interação, constituem uma associação imbricada e transformadora. Os componentes dessa unidade -materialidade e prática social- podem ser apreendidos reversivelmente, como puros objetos e como puras práticas. Mas o desafio teórico e epistemológico da compreensão espacial radica em apreender esses componentes como realidades inevitavelmente mistas e híbridas, definidas em qualquer momento histórico, umas em relação às outras. Tal abordagem espacial é importante na medida em que tenta encontrar uma alternativa para a formulação tradicionalmente binária que localiza, de um lado a materialidade e do outro, a prática social. A rua, a praça, a calçada, a estrada com seus postes de luz, os prédios, etc., são todos objetos ou conjuntos de objetos que incorporam as propriedades que a vida social lhes atribui. A finalidade destes conjuntos é a prática social.

Embora a materialidade seja tão conspícua como para estarmos certos que os objetos são inanimados, a sua constante presença na vida social outorga-lhes um papel fundamental que os reveste de uma aura vívida. O objeto morto e sem vida transforma-se em um objeto caminhado, habitado e fabricado. É um sujeito que participa da ação e integra o espaço social. Assim, pensar os objetos com relação às práticas envolve uma referência direta à prática social em todos os níveis, macro e micro-social. O espaço social abrange tanto os conteúdos fixos/físicos quanto a rede de relações transversais entre as formas materiais e os seus diversos conteúdos sociais de prática humana: ações estruturais e ações cotidianas configuram o espaço.

A essência da abordagem do espaço a partir da vida social apresenta uma realidade material como realidade praticada: objetos e arranjos de objetos operacionalizados alcançam o caráter de sujeito devido a sua interação com a esfera social. O <mundo das coisas> participa da prática humana e nessa medida, o espaço transforma-se em um ator das práticas, um sujeito que se relaciona com os homens. Como sugere Certeau (2000), as coisas são ‘caracteres’ no teatro urbano.

Assim, o espaço social passa a ter novas conotações e propriedades. A prática social define um espaço social contrário à imobilidade e à passividade. O espaço social é simultaneamente campo da ação e suporte da ação; ele fornece a extensão onde acontecem os projetos e as intenções, é o conjunto de lugares que permitem a ação e que participam da ação. O espaço social está aberto às práticas, sejam autorizadas, comandadas ou autônomas, ao mesmo tempo em que está carregado de proibições e de qualidades ocultas. Ele é atual, factual¹ e potencial, é o meio dos possíveis (Lefebvre, 1974).

Por um lado, o espaço social é concreto, mensurável em unidades de medida e portador de uma reunião de materiais (objetos e coisas) e conjuntos de materiais (Lefebvre, 1974). Esses conjuntos de fixos, que servem para defini-lo de maneira objetiva, estão traspassados pelos fluxos, quer dizer, as práticas e as ações que se instauram nesse primeiro conjunto. Os objetos físicos interagem com as práticas sociais, as quais que provêm de grupos de pessoas, de instituições, de esferas sociais, de informação (Santos, 1985). É o momento justo para entrar no campo das práticas, que com e nesses conjuntos de objetos atribuem um significado às paisagens por eles formadas.

¹ Relacionado com a palavra FATO, ou seja, que existe como um fato.

CAPÍTULO II

O ESPAÇO SOCIAL: TEMPO, PRODUÇÃO E INVENÇÃO

A cidade é o espaço social em que, por excelência, ocorre a interação entre fixos e fluxos que o define e explica o seu conteúdo. A cidade também se encarrega de contar as histórias que se traçam no tempo: lega os vestígios da existência passada, é o lugar do presente e intui a intencionalidade futura. Como continente das experiências e das ações humanas, a cidade expressa uma história urbana permanentemente acontecendo: ela é o registro e a escrita das histórias particulares dos homens.

A espacialidade social compreende simultaneamente uma dimensão objetiva, vinculada ao seu caráter produtivo e disciplinar e uma dimensão prática que provem do contexto cultural. Em diferentes intensidades, essas dimensões convivem em um mesmo todo e se fazem explícitas tanto no uso que, de diferentes maneiras e para diversos propósitos o homem faz de conjuntos de objetos, quanto nos sentidos e significados que os homens atribuem às suas paisagens espaciais. É possível indicar que a simultaneidade de usos e de significados é tão importante para a interpretação do espaço social quanto a compreensão biográfica e histórica (Gregory, 1996).

A partir disso, sugere-se que o homem descobre o espaço como um estar, como um habitar entre as coisas, familiarizando-se com elas. O espaço social é o contexto, o âmbito dentro do qual os indivíduos são, fazem, pensam e encontram os outros - sejam objetos ou

pessoas (Choay, 2000). Como Berger e Luckman (1998) apontam, a realidade cotidiana não se esgota nas presenças imediatas como as presenças materiais e, pelo contrário, abraça fenômenos que não estão presentes aqui e agora. Isso significa que a cotidianidade no espaço se experimenta em diferentes graus de aproximação, distância e interpretação.

Como um exercício de construção teórica, o presente capítulo tem o intuito de resgatar novamente a imaginação histórica. Em um movimento que trabalha o tempo em relação com o espaço, recorre-se à idéia de que a espacialidade social requer ser articulada à dimensão temporal. Considerando tal articulação como o ponto de partida, destaca-se a importância da cultura e da biografia populares como os elementos de base para conceber o espaço social como uma esfera de ações e significados contextuais que, através do diálogo, da tensão e da negociação, exprime a multiplicidade referencial.

3.1 Do espaço renascentista ao espaço social

As viagens de descoberta geraram um importantíssimo fluxo de conhecimentos sobre o mundo que, mostrando-se finito e apreensível, teve que assim ser abstraído e representado. Nesse sentido, a Renascença foi o período durante o qual as visões do tempo e do espaço se reconstruíram radicalmente. É possível indicar que a realização vital do renascimento foi a geração de um sentimento de espaço elevado, distante, finito e friamente geométrico (Edgerton, 1976 apud Harvey, 1989).

Dita sensação apoiou-se em uma série de regras fundamentais de perspectiva, que traduzidas nos mapas e quadros, dominaria entre o século XV até grande parte do século XIX. O perspectivismo renascentista, apoiado no novo saber geográfico, gerou a concepção do

mundo a partir do “olho que vê” do indivíduo; a ligação entre o individualismo e o perspectivismo forneceu a fundamentação para os princípios cartesianos de racionalidade que foram integrados ao projeto iluminista (Harvey, 1989).

As implicações dessa lógica relacional fizeram com que o mundo passasse a ser visto como uma totalidade apreensível e com que a geografia fosse concebida como a tarefa e o meio de apreender o todo em sua justa proporção. Ela se serviria de princípios matemáticos a partir dos quais o espaço poderia ser apropriado na imaginação e na ação, de modo que o novo saber geográfico passou a ter um vínculo direto com a idéia de domínio da natureza como um requisito indispensável para a emancipação humana. O espaço, como “fato” da natureza, devia ser conquistado e organizado racionalmente (Harvey, 1989).

A navegação, o transporte, o comércio e a delimitação dos territórios e das fronteiras, faziam imperativa uma representação suficientemente objetiva do espaço que veiculasse os propósitos de acumulação de riqueza, poder e capital. Assim, os pensadores iluministas apropriaram-se das concepções renascentistas do espaço e do tempo e, levando-as ao seu limite, preconizaram a construção de uma sociedade nova, que projetada com a ajuda de sistemas racionais de previsão científica, planejamento, regulação e controle social, faria de todos os lugares espaços vulneráveis à influência do comércio e da ação militar (Harvey, 1989).

Na visão iluminista do mundo, Harvey (1989) nos lembra que mapas e cronômetros foram os instrumentos essenciais. Os mapas conceberam-se como os sistemas abstratos para a organização e a apreensão dos fenômenos no espaço. Paralelamente, o tempo foi ilustrado

através da oscilação do pêndulo, denunciando um senso linear de progressão e regressão, no que a retroversão e a previsão apareciam como proposições simétricas.

Grosso modo, o pensamento iluminista delimitou o tempo e o espaço como entidades homogêneas que operavam de maneira mecanicista. Segundo Harvey (1989), o colapso do absolutismo de tais conceitos foi a história central do modernismo entre o século XIX e XX e teve a sua materialização na primeira crise de superacumulação capitalista de 1846-1848 na Europa. Os eventos desse período provocaram uma crise implícita de representação proveniente dos reajustes nos conceitos de tempo e de espaço na vida econômica, política e cultural.

As certezas sobre a natureza do espaço foram abaladas pela possibilidade real de formação simultânea de crises em uma Europa que tinha alcançado um nível de integração espacial decorrente do poder unificador do dinheiro na economia do continente. Assim, o absolutismo espacial foi substituído pela intuição de que os espaços eram relativos e capazes de mudar: os acontecimentos em um lugar podiam ter efeitos imediatos e crescentes em vários outros. Da mesma maneira, a formação de capitais fictícios, que implicava uma crescente tensão entre o dinheiro do crédito e o dinheiro em espécie, invocou um sentido diferencial e alternativo do tempo. A concepção da temporalidade alterou-se em função do aparecimento de tempos diferenciais como, por exemplo, o tempo de investimento e as taxas de retorno (Harvey, 1989).

De modo geral, a “resolução” da crise de superacumulação dependeu significativamente de uma maior exploração do deslocamento temporal e espacial. Em um processo que dominou o período entre 1850 até a segunda metade do século XX, o espaço euclidiano e perspectivista

assistiu à sua dissolução como sistema de referência (Lefebvre, 1974). A partir de 1850 o capitalismo entrou em uma fase de revitalização servindo-se das inovações técnicas, de amplos investimentos -que incluíam novos sistemas de crédito e novas formas corporativas e de distribuição- e da expansão das comunicações –estradas, canais, telégrafo, navegação a vapor, etc-. Estimulando o caminho para o globalismo, dita revitalização permitiu o aparecimento de novas percepções do espaço social, local e global (Harvey, 1989).

Difícilmente o colapso do absolutismo do espaço iluminista pode ser explicado sem mencionar o fato de que o tempo estava sendo acelerado em virtude do controle econômico estabelecido através da organização e da fragmentação da ordem espacial. Distribuindo as tarefas localmente no espaço para maximizar temporalmente o fluxo produtivo, Ford demonstrou que a espacialização do tempo provocaria maior eficiência global das forças produtivas. A estratégia fordista anunciou uma compressão do espaço na que, para que os processos capitalistas, tão dependentes do tempo, alcançassem satisfatoriamente as metas propostas –circulação e acumulação de capital, era necessário um espaço fixo, específico, fragmentado, imóvel e sujeito à ação do tempo. Assim, a espacialização do tempo deu origem à proclamação modernista: o espaço é aniquilado pelo tempo (Harvey, 1989).

A internacionalização, produto da natureza global do capitalismo, requereu da distribuição dos processos econômicos em um espaço fragmentado e compartimentalizado. O modernismo, como movimento cultural e artístico não foi alheio ao movimento de compressão do espaço, aceleração do tempo e crescente consciência de globalidade. As criações modernistas celebraram a dialética do espaço global versus espaço local, do presente versus o passado: vagando de um lado para outro no paradoxo da identidade de lugar e do

internacionalismo do tempo, exprimiram as tensões entre o sentido do tempo e o foco do espaço (Harvey, 1989).

Uma certa inclinação espacial -utilizada comumente como um dos meios mais produtivos para descrever a lógica cultural contemporânea ou pós-moderna (Jameson, 2004)- começa a ser vislumbrada em razão de suas tentativas por resgatar o espaço do silêncio que lhe foi imposto pelo tempo moderno. Faz-se imperativa uma releitura da relação tempo-espaço, superar sua mútua aniquilação e fornecer uma alternativa para o espaço fixo, estático, morto e fragmentado da história moderna. Nesse sentido, as duas categorias –tempo e espaço - têm de ser consideradas em inter-relação e em simultânea construção a fim de alcançar a validade do conceito de espaço social.

Vale a pena deter-se brevemente na idéia de que a linearidade e o utilitarismo com que a temporalidade foi concebida caracterizaram a modernidade, segundo (Bauman, 2001), como “o tempo em que o tempo tem uma história”. Na modernidade, o tempo da história individual equivale ao tempo da história social (Maffesoli, 2003), todos dois detentores de um propósito e de uma finalidade, tal e como Mills (1965) o expus na sua imaginação sociológica. Assim, não é surpreendente que o progresso tenha sido o objeto teórico da teoria social e o tempo histórico, a sua dimensão primária, pois longamente tributária das compartimentalizações do pensamento ocidental, a teoria social esteve sempre voltada para os processos de mudança social, de modernização e de revolução –técnica, social ou política (Harvey, 1989).

A predominância do tempo foi devastadora com relação às conceituações do espaço,. Usualmente fez-se referência ao tempo como a dimensão crucial da diferença e como único veículo da criatividade. Massey (2005) oferece uma síntese reveladora dessa posição citando

Bergson, para quem o espaço era o lugar da representação, da fixação e do confinamento que se opunha à vida do mundo. Segundo a autora, Bergson clamava pela volta ao contato com o que verdadeiramente está vivo: através da ruptura com a espacialização imposta por nossas mentes, recuperaria-se aquilo que subsiste só na dimensão temporal.

Os representantes da postura estruturalista –entre eles Bergson- declararam o espaço como o equivalente de uma entidade atemporal (Massey, 2005). O fio da meada para tal afirmação construiu-se a partir da definição de tempo e espaço como antônimos, de maneira que, se o tempo era a mudança e dinamismo, o espaço, conseqüentemente, era o estático e o fixo. Mais grave ainda foi a dissipação dos sistemas dinâmicos de relações como aspectos criadores do espaço social, ignorando o fato de que a cidade, um claro exemplo de espaço social, está formada por múltiplas redes de espaço-tempo que ali se sobrepõem e interagem entre si (Thrift, 1996a apud Graham & Healey, 1999).

Em resposta ao divórcio expressado por dita lógica, Harvey (1996) destaca a urgência de pensar em uma teoria relacional do espaço-tempo que esclareça a maneira pela qual diferentes processos definem e caracterizam espaços-temporalidades e relações diferenciais. Latour (1987 apud Graham & Healey, 1999) é igualmente contrário a uma teoria sócio-espacial que trate o tempo e o espaço independentemente, como se fossem estruturas imóveis e diametralmente opostas dentro das quais acontecem os eventos e existem os lugares. A existência de múltiplos processos espaciais que fluem conjuntamente constrói um único sistema de tempo-espaço consistente e coerente que, embora multifacetado, exprime as redes que mobilizam e recombina o mundo entre temporalidades, localidades e globalidades diferenciais.

Do anterior desprende-se a idéia de que o espaço e o tempo são entidades abertas, dinâmicas, articuladas, imprescindíveis uma da outra, incompletas e em constante devenir (Massey 2005). Nesse sentido, o fenômeno urbano deve ser considerado como um processo heterogêneo de espaço-tempo e, portanto, a cidade não pode ser examinada independentemente das diversas espaço-temporalidades que o processo contém (Harvey, 1996). Os espaços sociais estão sendo permanentemente articulados em redes abertas de relações sociais contextuais e temporais, em vez de constituírem entidades atemporais, delimitadas e fechadas. Ao apreender o caráter aberto e articulado do espaço e do tempo, o espaço social transforma-se em uma formação factual e potencial de relações passadas, presentes e futuras (Lefebvre, 1974; Massey, 2005).

Por um lado, parece ser insuficiente considerar as diversas formas de conceituar o tempo e o espaço como produto de interpretações diferenciais daquilo que deveria ser o padrão único e objetivo da flecha do tempo (Harvey, 1996) agindo sobre o espaço e dominando-o. Tentar capturar a multiplicidade e o dinamismo do espaço social exige manejar simultaneamente várias perspectivas da cidade. Harvey (1996) indica que aprender a olhar o mundo a partir de diferentes posições permite compreender como ele, como totalidade, funciona. Por outro lado, é fundamental reconhecer a multiplicidade de qualidades objetivas que o tempo e o espaço, como entidades interdependentes, exprimem devido ao papel que as representações e as práticas sociais possuem em relação à sua construção social.

Nesse sentido, nem o tempo nem o espaço podem ter significados objetivos se negligenciarem o papel dos processos materiais, dos significados e das práticas de reprodução social implícitas no seio da sua produção. Isso significa passar do domínio do inerte, do fixo,

do não dialético, do imóvel, passivo e medível, para uma concepção de espaço social como dinamismo, justaposição, ação e significado (Soja, 1993). Também implica resgatar o fato de que, tanto o tempo social quanto o espaço social, constroem-se de maneira simultânea e diferencial segundo o contexto geográfico e histórico.

Hutchinson (1991) considera importante conceber o senso histórico como aquele que confirma nossa existência em meio a incontáveis acontecimentos sem um ponto de referência definitivo, no mais estrito sentido da palavra. Assim, o conceito de espaço social desdobra-se no fato de que cada forma social incorpora conjuntos de especificidades de práticas e de conceitos de tempo e espaço. O espaço social é construído contextualmente a partir de trajetórias culturais e representações diferenciais que se entrelaçam, justapõem-se e criam zonas de ruptura e negociação. Com o propósito de estender essa idéia, far-se-á referência ao papel das representações na produção do espaço social.

3.2 Desenhando e habitando o espaço: representação e prática social

Em princípio, é possível sugerir que o espaço social tem uma relação com a história e com os sistemas de pensamento particulares de um tempo. Nessa medida, ele está articulado com diversas referências sociais tais como as representações do urbano que inspiram os arquitetos e planejadores. Igualmente, o espaço social tem uma relação com as representações que os grupos fazem para si mesmos dos espaços que habitam. Conseqüentemente, as formas arquitetônicas são representações políticas, econômicas e culturais do urbano, que materializadas através de práticas de planejamento, podem ser lidas e decifradas como se lê e decifra um texto (Rolnik, 1994). Do mesmo modo acontece com os habitantes do espaço

construído. As suas práticas sociais são uma expressão das diversas impressões que eles possuem do espaço que habitam, as quais também podem ser interpretadas.

Embora o presente trabalho investigativo não tenha utilizado o modelo clássico e metodológico das representações sociais, cabe resgatar o que ele tem a dizer com relação à construção social da realidade espacial. O propósito é fundamentar a teoria de que o (conceito de) espaço social abrange a representação do mesmo, e forma assim um tripé entre formas materiais, práticas sociais e representações.

O conceito de representação envolve toda uma série de considerações, a começar pelo pressuposto de que a representação implica uma relação ambígua entre ausência e presença. Ela é a presença de um ausente, que se mostra segundo uma imagem, seja mental ou material e trabalha com uma atribuição de sentido (Lefebvre, 1980). Tendo isso em mente, a teoria das representações sociais baseia-se nos saberes sociais que se constroem coletivamente. Ela também diz respeito aos afetos: os sujeitos sociais procuram entender e dar sentido ao mundo, fazendo-o com emoção, com sentimento, com paixão. Assim, a construção da significação simbólica é, ao mesmo tempo um ato de conhecimento e um ato afetivo. Cognição e afeto encontram sua base na realidade social, pois as vidas individuais não são realidades abstraídas de um mundo social e, pelo contrário, só tomam forma e se constroem em relação a uma realidade social partilhada (Moscovici, 1998). Nesse sentido, o domínio das construções simbólicas sobre o real exige pensar no caráter atribuído à relação entre o mundo material, o mundo simbólico e o mundo da prática social (Jovchelovitch, 1998).

As representações sociais são uma fábrica potencial de produtos comuns, onde cada uma das subjetividades envolvidas vai além de sua própria individualidade para entrar em um

domínio diferente ao de si mesmo: o domínio da vida em comum. Berger e Luckmann (1998) complementam esta visão. Para os autores, a realidade da vida cotidiana é um mundo intersubjetivo, um mundo de significação e de participação conjunta. Embora as pessoas tenham uma perspectiva do mundo comum que não é idêntica para todos, existem denominadores comuns que fazem com que haja uma contínua correspondência de significados e sentidos do mundo partilhado. Em razão de o vínculo social ser um processo de construção conjunta de sentido (Bourdieu, 2001), as representações não consistem em agregados de representações individuais: elas se constituem ao redor de processos sociais de comunicação e de práticas sociais que lhes conferem uma estrutura peculiar.

Como matrizes geradoras de práticas, as representações são reafirmadas pela prática social que complementa a construção de significados comuns do mundo. O diálogo, os rituais, os mitos, o trabalho, o planejamento urbano, o lazer, etc., são exemplos de práticas sociais de mediação das representações (Jovchelovitch, 1998).

Assim, as representações aparecem como um elemento pertinente para compreender um espaço social que por definição tem a força da sua realidade híbrida. Há que considerar que ele é uma espécie de “meio” entre a natureza e a cultura, duas entidades que a tradição ocidental acentuou fortemente, mas cujas fronteiras se diluem nele, formado uma sinergia entre a materialidade das coisas e a imaterialidade da existência. O espaço social é o espaço da comunicação e da sociabilidade; as geometrias físicas perceptíveis não equivalem exclusivamente à mecânica dos sólidos na medida em que são complementados por tudo aquilo que trafega e faz comunicação: informações, imagens, atos, palavras e afetos (Maffesoli, 1996).

Da mesma maneira, o espaço social não é um prolongamento mecânico do modo social de produção, como comumente foi defendido pela geografia estruturalista, e as suas representações não são imposições do planejamento urbano, que tradicionalmente trabalhou em função de modos produtivos particulares da sociedade. O seu conteúdo exprime múltiplos quadros de referências sócio-culturais assentados em arranjos de objetos físicos, representações e práticas. Assim, prédios, praças, esquinas e bairros são sujeitos de reconstrução simbólica, laboratórios de relações, práticas sociais e representações. Complementando a visão de Santos (1996) exposta no capítulo I, além das práticas e das materialidades, as representações são um outro componente do espaço social, agenciando o diálogo entre fixos (materialidades) e fluxos (ações e práticas).

O espaço social pode ser pontualizado no modo como ele é pensado, concebido, construído, percebido e vivido em um contexto e momento social particulares. A cidade pode ser interpretada através de um olhar macro que a reduz, paradoxalmente, a formas espaciais construídas em função de modos de produção, a meros suportes estruturais para desempenhar funções econômicas. E a sua representação, em concordância, pode ser abordada estritamente através daquilo que o planejamento têm a dizer sobre as formas que desenha no mapa e que serão traduzidas através da prática do planejamento urbano. É um olhar plausível, sim, mas que fazendo apologia à cidade como se fosse uma foto tirada de um lugar longínquo, tenta sustentar um distanciamento que possui profundas insuficiências.

O espaço social, mais que constituir formas inertes associadas a processos espaciais, tem a carga da vida que ali transcorre e que lhe imprime uma marca de vitalidade. Isso não quer dizer que ele tenha que ser abordado exclusivamente através das geografias populares. Há que

considerar, como acima mencionado, que o espaço social é o encontro de vários níveis de reprodução da sociedade, de maneira que os aspectos macrosociais devem ser conjugados com as realidades dos universos microsociais. Laboratórios de relações e práticas, os elementos urbanos como os prédios, as vias de comunicação, as praças e as esquinas são sujeitos de reconstrução simbólica do que tem sido construído pelo sistema produtivo. Os lugares da cidade, as suas formas e texturas também participam da cotidianidade, fazendo do fenômeno urbano um cenário animado, uma materialidade dotada de vida na que as construções são estrelas de primeira grandeza, tão protagonistas quanto as pessoas que o vivem (Certeau, 2002; Maffesoli, 1996).

Por sua parte, o viver popular pensa, experimenta e produz um espaço social repleto de afetos, idéias e emoções comuns. Através de representações e de práticas, marca e refabrica o espaço social a partir do que diz, vê, sente e vive, de maneira que a arquitetônica cultural é tão importante quanto a arquitetônica física das cidades. O tripé formado pelo dito, o pensado e o praticado constitui não só grupos, mas cria e delimita o espaço social (Maffesoli, 1996). Desenhando uma geografia que ultrapassa a linha geométrica e as aparentes imposições espaciais do modo de produção, a cultura popular produz um espaço social representando, vivendo e praticando as estruturas físicas com as que interage.

Nesse sentido, a coexistência entre objetos e pessoas estende-se até a reapropriação de uns e outros através da representação e da participação coletiva da vida cotidiana (Maffesoli, 1992). Segundo Halbwachs (1950) os grupos desenham a sua própria forma sobre o solo e encontram as suas lembranças e afetos coletivos no quadro espacial. Disso decorre o fato de haver tantos modos de representar e praticar o espaço quanto grupos existentes, pois a

interação entre a sociedade e o espaço físico se materializa na produção do “nós” que lhe é correlativa (Maffesoli, 1996).

Na prática social dos grupos há uma função de “religação” inegável entre eles e o espaço físico: as representações e as práticas cotidianas têm uma forte carga emotiva que diz respeito ao “estar – junto” a pessoas e objetos cotidianos. Fazendo uso de distintas formas de representar o espaço, os grupos criam espaços concretos de ação (Harvey, 1980). Neles reside um pluralismo cotidiano, no qual os mínimos gestos da vida, as criações minúsculas de situações existenciais (Maffesoli, 2000), decorrem *em* e *com* o espaço.

Assim, investindo na prática, os espaços de ação dizem respeito aos laços referenciais – afeto, cognição, simbolismo- com diversas porções de espaços físicos, transformando-os em espaços sociais e dando origem a uma espécie de materialidade mística. Esta pode ser alternativa ao projeto original do espaço planejado: nos espaços de ação reside também a inventividade e a criatividade humana e os usuários do espaço, através de suas práticas re-inventam e re-produzem o espaço social (Certeau, 2002; Santos, 1996).

Em relação ao anterior, os laços profundos habitante/grupo - espaço físico ganham sentido através da prática. Privilegiando o singular, a inteligibilidade do espaço social revaloriza a prática, a que por sua vez, encontra suporte nas representações e na intuição. As idéias e os sentimentos espaciais tomam forma na experiência do espaço e traçam um horizonte que o apreende em função da apropriação cotidiana (Sposito, 2003). Assim, o espaço concreto, palpável, real, objetivo, essa extensão exterior a nós, é ao mesmo tempo interior, subjetiva, intangível e incomensurável fisicamente (Lefebvre, 1980). O modo de aproximação à realidade é produto da prática do espaço social, entendida como uma relação

múltipla de representação, sensação e ação (Lefebvre, 1974) e relacionada com temporalidades diferenciais, histórias de vida e contextos culturais.

Com relação às idéias apresentadas surgem alguns interrogantes: sendo possível discriminar reversivelmente os componentes do espaço social -espaço físico, a representação do espaço e o espaço da prática- e levando em conta que cada um desses *espaços* implica e supõe os outros, como nomear a separação que os mantém a distância? Proveniente de Lefebvre (1974), uma profunda desconfiança de caráter estrutural assentou-se: tal discriminação é uma distorção, um corte, uma discrepância na conceituação do espaço social?

É possível indicar que o espaço social é uma corporificação e um meio da própria vida social que conota o espaço físico, o espaço da prática social e a representação do espaço, nenhum deles sendo seus equivalentes absolutos por separado, embora apreensíveis diferencialmente para propósitos interpretativos. Concordando com Soja (1993), definir as interligações entre estas três entidades presentes no espaço social é um dos mais importantes desafios da teoria social contemporânea, especialmente se consideramos que eles se inter-relacionam, se superpõem e se articulam com o tempo e com a cultura.

Um entrelaçamento criativo originará novas possibilidades para a compreensão do espaço social, desenhando simultaneamente um horizonte de renovação para que a imaginação espacial outorgue importância tanto à história quanto à geografia. Assim será possível definir uma dialética entre o espaço, tempo e ser social. Quase que invertendo por completo a imaginação sociológica de Mills, qualquer narrativa contemporânea que ignore a urgência da dimensão espacial é incompleta e adquire o caráter supersimplificador de uma fábula (Soja, 1993).

Tendo exposto as articulações que residem no seio do espaço social, a idéia é desenvolver um tratamento alternativo à produção do espaço social a partir das relações culturais. A importância dessa alternativa teórica reside no fato de apresentar uma lógica relacional entre a representação e a prática do espaço social, que igualmente revela o poder inscrito no espaço da cultura popular. Ela, que não é alheia ao tripé do espaço social, desenha visões do mesmo consensuais, tensas, submetidas ou reivindicativas, mais por excelência, imersas no diálogo e na negociação.

3.3 Um espaço, um significado, um poder?

Condição, meio e produto da sociedade, o espaço social é um fato em constante (re)produção. A análise dos conjuntos espaciais nascidos da representação e complementados pela materialidade e pela prática requer da justaposição de vários níveis e momentos diferenciados de reprodução da sociedade (Carlos, 2001). Mencionar tal cruzamento não tem como propósito fazer referência à conceituação do espaço social, bastante ênfase tem-se atribuído ao seu caráter híbrido. O aspecto a ser discutido é a relação que entre as diversas representações fundam um espaço social. Este, como fato objetivo, produzido por um sistema de pensamento e modo de produção particulares, confronta-se com um espaço social subjetivo, produto das visões compartilhadas do mundo e da prática do viver popular.

Como um dos produtores do espaço social, o planejamento concebe a cidade e a desenha; orientado por representações que residem no seu interior a transforma através de práticas específicas, as práticas de planejamento. De uma forma ou de outra, no planejamento há uma cidade imaginada e sonhada, que pode vir a realizar-se ou não. Assim, a cidade concebida

existe como uma elaboração simbólica, como uma mensagem a ser transmitida por meio da construção da cidade.

O anterior funciona como uma provocação a partir da qual desdobram-se alguns aspectos a serem observados. Em princípio e de maneira geral, cabe destacar que os modelos ideológicos sobre desenvolvimento e modernidade estiveram sempre presentes nas práticas de planejamento (Gregory, 1996) e foram expressos no desenho de estruturas espaciais nos planos piloto. Como uma forma de racionalidade instrumental, as práticas de planejamento apoiaram-se em visões deterministas do espaço (King, 1996 apud Graham & Healey, 1999) e agenciaram a concepção do espaço social como um agente disciplinar.

Impregnado desses modelos, o planejamento urbano tem participado ativamente na legitimação dos mesmos. Como prática política pública, ele foi tradicionalmente gerido e agenciado pelo Estado. Pluricentrado e multidimensional, o Estado exhibe tendências variadas - mas dominantes- e o seu papel é unir e articular toda a gama de discursos políticos e de práticas sociais, que de diferentes maneiras e em diferentes locais, participam da transmissão e da transformação do poder (Hall, 2003). Como um dos locais cruciais para as práticas do capitalismo, atualmente as mais diversas instâncias, estatais, corporativas, organizacionais, etc, condensam-se no Estado e participam das práticas de planejamento.

Tendo como base as idéias de Hall (2003), é possível sugerir que sendo o Estado a principal instância de atuação do conjunto de “participantes” do planejamento urbano, ele é o lugar da interseção de práticas específicas de produção do espaço urbano e agencia a regulação e a normalização dessa forma social. Porém, em virtude de sua tendência à complexidade, os processos espaciais não respondem unilateralmente aos padrões de ordenamento e organização

projetados e construídos. Como será apresentado no capítulo IV, toda uma série de articulações e de eventos desencadeia-se com a tradução do plano ao espaço real, dando forma ao fenômeno urbano.

Em certa medida, o planejamento tem a marca indelével e paradoxal da ação e da omissão, de maneira que, tanto na teoria quanto na prática, existem zonas que se escapam ao controle do ordenamento espacial. O Estado como uma forma contraditória revela-se insuficiente para manejar as múltiplas variáveis que entram na equação urbana. Na posterior seqüência de eventos à materialização das linhas do mapa, a lógica causa-efeito funciona parcialmente: a articulação dos determinantes econômicos, das dinâmicas de população e das mudanças na implementação das políticas públicas possui um papel fundamental na complexificação dos processos espaciais.

A despeito dos alcances favoráveis com relação à organização e à dinamização do tecido urbano, no caso brasileiro as práticas públicas de planejamento foram questionadas desde a sua origem. O autoritarismo com que foram implementadas, a eventual impossibilidade dos planejadores em interpretar as carências sociais e a ampla influência de interesses particulares, traduzidos em criações espaciais servindo-se da técnica, foram alguns dos aspectos criticados. A idéia de um espaço social disciplinante também provem do fato dele ter sido objeto de uma intervenção pública orientada à imposição de ordem no tecido social visando toda uma série de necessidades industriais e econômicas específicas (Penalva Santos, 2003).

O ponto a ser destacado, como Shields (1995 apud Graham & Healey, 1999) sugere, é que as representações do planejamento, as suas descrições, planos e imagens da cidade, são

perspectivas parciais que virão a determinar a produção social do espaço. São, assim, atos discursivos e de intervenção que carregam um poder e irão destacar algumas representações e necessidades urbanas e inevitavelmente negligenciarão outras. Nesse sentido, Harvey (1996) afirma que produzir uma imagem cartográfica é um ato que possui uma carga de dominação a partir do momento em que se materializa, subestimando a multiplicidade das cidades. Assim, o planejamento consiste em forçar um discurso representacional singular e cuja prática, a despeito das cartografias populares, consiste na supressão da diferença e o estabelecimento da homogeneidade da representação do espaço social.

Porem há que considerar o fato de que as relações sociais possuem existência real como existência espacial concreta na medida em que produzem efetivamente um espaço. Daí que a produção do espaço social também deva ser indagada ao nível da cultura popular. Se por um lado sabe-se que as representações sociais do espaço operam com toda a força proveniente da materialidade sistemicamente produzida (Harvey, 1996), por outro, como os universos microsociais respondem ao espaço disciplinar? A representação e a produção popular do espaço social evidenciam a supressão da diferença?

Um aspecto intrínseco das relações sócio-culturais é que elas são, em essência, relações de poder cultural, de dominação e de subordinação. Em razão disso, não existe uma cultura popular íntegra, plenamente autêntica e autônoma que esteja livre das forças de poder cultural. Afirmar que as forças de dominação não influenciam as formas culturais equivale a interpretar a cultura popular como um núcleo isolado, livre do circuito das relações de poder e das redes de distribuição do poder cultural. Contudo, embora a dominação cultural tenha efeitos concretos, ela não é “todo-poderosa” nem “todo-abrangente” (D’Ávila, 2005; Hall, 2003).

Isso significa que os usuários dos produtos culturais –entendendo o espaço social como um produto cultural, não são submetidos ou aviltados cegamente pelo poder (Hall, 2003) – sendo o planejamento urbano uma expressão de dito poder. A cultura não consiste, em receber unilateralmente as imposições do poder: marcando aquilo que lhe dado, ela equivale à arte do jogo, uma proliferação de invenções em espaços circunscritos (Certeau, 1995). Caberia considerar a resposta às perguntas acima formuladas levando em conta que as formas sociais, como formas culturais, são profundamente contraditórias, não sendo totalmente corrompidas ou totalmente autênticas (Hall, 2003).

As representações culturais que classificam a realidade não são neutras, nem reflexas ou puramente objetivas; elas estão imersas em redes de atribuições de sentido em consonância com as relações sociais de poder. Em essência, o espaço construído funciona como uma mensagem transmitida que, ao ser decodificada por seus usuários traduz-se imediatamente em uma constelação de referências (Lefebvre, 2004; Certeau, 1995). Há, assim, a necessidade de destacar a decodificação como elemento crucial na produção do espaço social. Por um lado, ela reconhece a legitimidade das definições hegemônicas que produzem as grandes significações, como por exemplo, o progresso e o desenvolvimento; por outro, em um nível mais restrito e localizado, a decodificação faz as suas próprias regras, funciona com as exceções à regra (Hall, 2003), expressa as suas discordâncias do que lhe é imposto, dispõe de modo diferente o que a autoridade faz (Certeau, 1995).

Privilegiando e outorgando concessões às definições dominantes, a cultura popular não deixa de se reservar o direito de fazer delas uma aplicação mais negociada em função das condições locais e das suas próprias posições. Assim, os códigos transmitidos estão sujeitos a

negociações e a re-elaborações através do que Hall (2003) chama de lógicas específicas ou localizadas, que estão sustentadas por sua relação diferencial e desigual com os discursos e as lógicas de poder.

Nesse sentido, os modos de apropriação do espaço imposto denunciam uma articulação complexa de adoções, rejeições e transformações simbólicas. Instaurando um intercâmbio comunicativo, a cultura popular negocia as representações do espaço social e organiza iniciativas e práticas espaciais próximas ou distantes daquelas intuídas pelos planejadores do espaço. Relendo Featherstone (1995), sugere-se que para compreender a produção do espaço ao nível da cultura popular é preciso observar como um código construído pelo planejamento é representado e usado diferencialmente nas práticas cotidianas.

Os usos do espaço social são considerados criações e invenções a partir do aparato de produção do sistema; os usuários do espaço, longe de ser considerados receptores passivos das mensagens implícitas no espaço construído, desenvolvem uma produção secundária, encoberta, segundo Zubietta (2004), uma arte de reciclagem e apropriação do espaço previamente organizado pela técnica.

O fato de que as pessoas sejam capazes de criar composições espaciais próprias, revela que as maneiras de utilizar o espaço fogem à planificação urbana e dão origem às expressões culturais (Certeau, 1995). A negociação da ordem, através da decodificação, significa que os grupos sociais acolhem espaços impostos e simultaneamente produzem espaços de ação alternativos, revelando que as suas práticas espaciais não são unilateralmente determinadas pela forma construída e têm o poder de escapar da circunscrição de todo esquema fixo de representação (Harvey, 1989).

Por conseguinte, de uma problemática baseada na homogeneidade das representações e na supressão da diferença, passa-se a uma perspectiva centrada na criatividade cultural, que encontra as suas melhores expressões nas práticas, nas relações humanas e nas transformações das estruturas da vida social (Certeau, 1995). Se por um lado o poder hegemônico depende da divisão, da classificação, do delineamento e do ordenamento do espaço, por outro, o poder da cultura popular reside em que ela apreende o espaço social como se fosse uma espécie de território aberto à invasão, ao redesenho das fronteiras, à projeção de novos mapas (Bauman, 2001).

O espaço social na cultura popular oscila entre aquilo que é concebido e permanece e aquilo que se inventa e se ritualiza. Como uma criação coletiva, envolve interrogações, aspirações, precauções, incoerências. Como uma geometria de poder (Massey, 2005), a cidade é o lugar de confronto entre as táticas cotidianas e as estratégias hegemônicas, na que as representações e as práticas da cultura popular se estendem como uma forma de poder sub-reptício inerente a toda vontade construtiva de espaço social.

Nesse sentido, a produção do espaço social carrega em si o peso de uma luta cultural pela representação, que contínua, acontece nas entrelinhas das práticas, elas mesmas como formas de resistência e de aceitação, de submissão e de reivindicação, de recusa, de re-elaboração, de acolhimento passivo e silencioso. Na produção do espaço social, as vitórias não são definitivas, o fundamental são as posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas (Hall, 2003) .

Considera-se importante retomar a interpretação althusseriana da ideologia como sistemas de representação, conjuntos de idéias que as pessoas utilizam para compreender o

mundo e representar as condições de existência (Althusser, 1974). Relendo Althusser, Hall (2003) reconhece o caráter discursivo e semiótico da ideologia, resultante das práticas específicas envolvidas na produção do significado, sem que isso signifique que não há nada na prática social além do discurso. Se o social está condicionado pela sua permanência dentro do significado, não existe prática social fora da ideologia.

Há, porém, que considerar inadequada a divisão determinista entre uma ideologia dominante e uma ideologia subordinada; o que existe é uma complexa interação de representações/ideologias que dialogam e se contestam umas às outras a partir de um repertório comum de conceitos. Perante representações que se confrontam na produção do espaço social, existe, relendo a Hall (2003), um movimento de rearticulação e desarticulação dessas visões do mundo dentro de sistemas de equivalência e diferença.

Igualmente, se a experiência é o produto dos códigos de inteligibilidade, dos esquemas de interpretação, não há experiência fora das categorias de representação ou de ideologia. Mais que indagar as falências da nomenclatura althusseriana deseja-se recuperar a ênfase atribuída por Althusser (1974) à relação entre a prática e as idéias, ao afirmar que as idéias possuem uma existência material e estão inscritas nas práticas sociais. Não temos possibilidades de desenvolver uma prática social sem representar as condições de existência para nós mesmos, como o demonstra a produção popular do espaço social enquanto conceito, prática e representação.

Contudo, na leitura althusseriana existe o risco de se remeter imediatamente ao nível econômico como a instância determinante do caráter das idéias. Perante isso, é possível seguir a Hall (2003), quem contesta a interpretação das idéias como meros reflexos econômicos.

Assim, no que diz respeito à produção do espaço social é essencial que no seio do conceito estabeleça-se uma múltipla articulação entre a estrutura espacial, a representação e a prática espacial, tanto no nível de produção sistêmica, quanto na instância do viver popular.

Propositalmente relê-se Hall (2003), quem sugere que a estrutura, entendida como as condições reais e dadas da existência é o resultado de representações e práticas anteriores e o ponto de partida necessário para novas gerações de representações e de práticas. Nesse ponto, o tempo reaparece na medida em que fazemos a história, mas com base nas condições anteriores, não produzidas por nós mesmos. Porém, a representação e a prática atual são a forma como a estrutura é ativamente reproduzida ou re-elaborada, de maneira que a história não é uma máquina internamente estruturalista (Hall, 2003).

O espaço social, real e imaginado, é análogo a essa máquina histórica: não é inteiramente condicionado pela história, mas não está livre do tempo anterior. Ele continua aberto ao futuro e à prática, a despeito das condições do presente. Vivido e planejado, fruto de recapitulações ou táticas de invenção, o espaço social evidencia as articulações entre grupos, práticas e representações. A seguir, apresentar-se-á o lazer como uma das práticas sócio-culturais que, através tempo social particular, o tempo livre, constitui uma das formas de representar e viver o espaço social.

CAPÍTULO III

O LAZER: DA TEORIA SOCIOLOGICA DO LAZER AO LAZER DOS JOVENS

Os sentimentos, os simbolismos paisagísticos e a atividade comunicativa têm um papel essencial nas atividades lúdicas. O lazer é um dos atos teatrais da vida, uma espécie de *<mis en scene>*, e suas práticas são uma referência cultural importante na compreensão de fatos sociais particulares. Apesar de as práticas culturais de lazer terem se expandido amplamente nas áreas urbanas, a teoria social subestimou-as por um período considerável (Dumazedier, 1988) e a constituição de uma sociologia do lazer se deu tardiamente em relação aos outros ramos da sociologia.

Objetivando constituir uma ciência social que interpretasse e valorizasse o conjunto de práticas lúdicas, a sociologia do lazer encarou o que provavelmente tem sido o maior desafio desta disciplina: indicar as características do lazer.

O lazer é um fato social ligado a todos os outros. Ele forma um conjunto mais ou menos estruturado de atividades relacionadas às necessidades do corpo e do espírito: existem lazers físicos, práticos, artísticos, intelectuais, sociais, etc (Dumazedier, 1979). Aponta-se o lazer como o lugar de emergência de uma vasta série de práticas sociais, sedutoras e ambíguas, que embora limitadas e determinadas, exercem uma influência crescente no conjunto da vida social (Dumazedier, 1988).

Ditas práticas constituem uma linguagem quotidiana, um modo de expressão individual através do corpo, dos sentidos, dos sentimentos, da imaginação e do espírito, cujo acontecer pode ser catalogado como a evidência da vitalidade contida na vida do dia-a-dia. As pessoas se entregam livremente ao lazer para repousar, divertir-se, recrear-se, expressar-se, entreter-se (Dumazedier, 1973; 1988).

O lazer exprime parte da natureza humana que se inclina pela *belle vie*. Seu fim é ocupar o tempo livre de forma prazerosa. Ao evocar um universo simbólico, ele serve como uma referência importante para a definição dos valores, paixões e interesses do homem. Este homem é aquele que, através das atividades lúdicas, abandona as obrigações e restrições quotidianas e reencontra um tipo de liberdade de movimento, de iniciativa e de autonomia (Provonost, 1993a).

Nesse sentido, desdobra-se a que talvez seja a qualidade mais notória do lazer: seu caráter liberatório. O lazer é a liberação das obrigações impostas pelas instituições sociais de base, paradoxalmente tão caras a sua própria definição. Isto não significa a exclusão de obrigação no lazer; como todo fato social e como uma maneira de empregar do tempo livre, o lazer depende das relações sociais, particularmente das obrigações e restrições interpessoais. Através dele é possível a liberação das exigências do tempo de trabalho, das instituições familiares, cívicas, religiosas, etc. Mas quando o lazer se transforma em uma obrigação profissional, escolar ou familiar, desde o ponto de vista sociológico, ele muda sua natureza e perde o nome de lazer (Dumazedier, 1966).

O hedonismo é um dos valores que ocupa uma posição privilegiada (Provonost, 1993a) e está estreitamente associado à busca da liberdade. As práticas lúdicas procuram um estado de

satisfação e alcançá-lo é a finalidade principal. Quando não visa a alegria e o prazer, o lazer não é mais totalmente ele mesmo e se transforma em uma atividade empobrecida (Dumazedier, 1966). Em concordância, o lazer é diversão, evasão, descanso e ruptura momentânea da rotina, de forma tal que a busca do prazer tem a sua mais forte legitimação (Provonost, 1993a).

Como toda prática humana, as práticas lúdicas possuem um tempo - o tempo livre - e um espaço particulares que, animados culturalmente, marcam momentos e lugares para a diferenciação e a integração. Valores como a individualização são importantes para as atividades lúdicas (Leite, 1995). Também existe a possibilidade de interação social e de comunicação, como é o caso das atividades grupais (de la Durantaye, 1993), que têm como característica a adesão de vários indivíduos a uma mesma prática, participando ativamente dela (Leite, 1995).

Em geral, a prática de lazer inclui tanto atividades individuais, tais como os atos personalizados, mas também práticas integradoras e comunicativas. É possível a existência de “invasões” de território e porosidades dos limites: as práticas individuais podem se converter em ocasiões para o desenvolvimento de atividades de lazer grupais e vice-versa. Em todo caso, é importante considerar que, no lazer, a subjetividade e a intersubjetividade tornam-se por si mesmas valores sociais (Dumazedier, 1979).

Embora o lazer pertença ao domínio da livre escolha, ele é influenciado por uma série de parâmetros gerais, como o estilo de vida e os tempos sociais. O estilo de vida faz referência a questões como a faixa etária, o tipo de educação, o status sócio-econômico, aspectos que configuram as características das atividades de lazer. Os tempos sociais dizem respeito aos

tempos dedicados ao trabalho, ao transporte, ao lazer, às práticas religiosas, políticas, familiares (Durantaye, 1993); são eles que determinam as possíveis formas de empregar o tempo livre.

Ao contrário dos tempos de trabalho e escolar, o tempo de lazer tem a qualidade de ser móvel, elástico, de poder ser substituído facilmente em resposta às necessidades da ocasião. Segundo a natureza das atividades, certas porções de tempo consagradas ao lazer podem se situar em diferentes momentos do dia ou da semana (Provonost, 1993a). Com respeito ao tempo de lazer, é possível dizer que ele valoriza a errância, sem se tratar fatalmente da degeneração do indivíduo, embora isso possa acontecer. Uma função freqüente e importante do lazer é a tentativa por se desligar temporalmente da tutela ordinária das instituições, organizações, associações, o que não se trata de romper os laços, mas de se liberar periodicamente das rotinas, de seus estereótipos e dogmas. Assim, o lazer permite viver alguns instantes antes de reencontrar o espaço real das redes que formam a nossa identidade social. Após a errância, mais ou menos transgressora ou respeitosa das regras, retorna-se às necessidades e obrigações da vida cotidiana (Dumazedier, 1988).

Algumas escolas de sociologia do lazer concentraram-se na relação entre os estilos de vida e o lazer, enquanto outras atribuíram maior importância à influência dos tempos sociais na utilização do tempo livre. Contudo, a sociologia do lazer em geral foi influenciada pelos diferentes tempos e lugares nos quais se desenvolveu e foi tributária da transformação dos problemas e dos atores sociais.

O estudo das práticas lúdicas tem participado da história da institucionalização do lazer, da trajetória social e cultural que este tem conhecido segundo os diferentes grupos sociais. Isso

explica, parcialmente, a diversidade de teorias que tem surgido em relação ao lúdico (Provonost, 1993a). Embora a sociologia do lazer tenha sido comumente criticada pela sua tradicional referência a outros campos de estudo social, isso também tem sido, de certa forma, proveitoso, pois assim, vem traçando as características deste fenômeno social tendo em vista o ambiente sócio-cultural e dialogando com outros saberes sociais.

O trabalho, a sua institucionalização e suas mudanças de forma e conteúdo têm contribuído no estabelecimento de um forte laço entre a sociologia do lazer e a sociologia do trabalho. Em razão disso, esboçar-se-á um breve percurso pela história moderna das idéias sobre o lazer a partir da criativa oposição entre as práticas lúdicas e a instituição do trabalho. Esse percurso não é linear. Os temas que ligam trabalho e lazer resistem à passagem do tempo e continuam sempre atuais.

4.1 Oposições configurativas para uma teoria social: o lazer e o trabalho

Introdutoriamente é importante fazer a distinção conceitual entre tempo livre e práticas de lazer. O tempo livre é um dos tempos sociais que se caracteriza por ser o tempo liberado das obrigações institucionais. O lazer, por sua parte, é o fenômeno social que tem lugar durante o tempo livre, e diz respeito às práticas sociais que são de livre escolha, a qual, no entanto, está condicionada pelas obrigações primárias dos indivíduos e dos outros tempos sociais (Dumazedier, 1979).

Os tempos sociais se limitam e se definem uns em relação aos outros. Assim, a representação do lazer e do tempo livre comumente aparece como uma relação de oposição ao tempo de trabalho e ao trabalho em si. A idéia de oposição tem sido tão amplamente difundida

que, de fato, uma das definições do lazer o descreve como um conjunto de práticas que acontecem no tempo liberado de trabalho. Essa oposição entre lazer e trabalho foi extremamente rica, especialmente para a moderna institucionalização do lazer como uma prática em um tempo social particular. Contudo, as novas formas de empregar o tempo e as novas possibilidades de lazer fazem com que as oposições tenham que ser repensadas.

Inspirado na situação da Inglaterra de finais do século XIX, Paul Lafargue escreveu a refutação do *Direito ao trabalho*, uma série de artigos de política econômica intitulada *O direito ao ócio* (1880) e publicada no jornal *L'Égalité* (De Masi, 2001). No contexto inglês após a revolução industrial, evidenciava-se a força esmagadora da economia monetária sobre a produção de subsistência. Nas regiões industriais inglesas era observável a expansão da disciplina fabril, em que a campainha e o relógio forneciam a marcação das horas de trabalho, a passagem destas às horas de lazer e dos dias úteis ao *Sabbath* (Thompson, 1987).

Neste contexto, e sem se posicionar diretamente contra o trabalho em si, *O direito ao ócio* é uma proclamação do ócio e do lazer como formas de equilíbrio existenciais às quais todas as pessoas têm direito (De Masi, 2001). Embora reconhecesse as virtudes do progresso tecnológico, Lafargue (1880) criticou os propósitos e as idéias de automatização e eficiência perseguidos pela nova economia que, segundo o autor, padronizavam a vida de trabalho como uma frenética carreira contra a máquina e limitavam as possibilidades de desenvolver outras atividades durante um tempo livre quase inexistente:

Uma boa operária só é capaz de fazer cinco malhas por minuto com seu fuso. Algumas máquinas circulares de tricotar fazem trinta mil nesse mesmo tempo. Cada minuto da máquina equivale, por tanto, a cem horas de trabalho da operária. Ou, de outra forma, cada minuto de trabalho da máquina permite

que a operária tenha dez dias de descanso. O que é verdadeiro para a indústria da tecelagem também é em maior ou menor grau verdadeiro para todas as indústrias renovadas pela máquina moderna. Mas o que vemos na prática? À medida que a máquina se aperfeiçoa e reduz o trabalho do homem com uma rapidez e precisão que não param de crescer, o operário, em vez de prolongar seu descanso na mesma proporção, redobra seus esforços, como se quisesse competir com a máquina (Lafargue, 1880. In: De Masi, 2001, p. 160).

A redução do tempo de trabalho na Inglaterra começou oficialmente em 1840. Na França só até 1848 aceitou-se a lei que limitou o trabalho nas fábricas a doze horas diárias (De Masi, 2001). Porém, segundo Lafargue (1880), a menor quantidade de horas de trabalho não foi traduzida em um aumento proporcional de tempo livre. Deixando transparecer em meio à crítica do sistema capitalista uma brilhante escrita política e literária, impregnada de um fascínio pelo lazer e pela liberdade, o autor faz referência ao paradoxo dos tempos modernos:

Um poeta grego do tempo de Cícero, Antipatros, assim cantou a invenção do moinho de água para moer grão que iria emancipar as mulheres e trazer de volta a idade de ouro: “Poupem o braço que faz girar a moenda, ó moedeiras, e durmam tranqüilamente! Que o galo cante em vão ao amanhecer! Dao impôs às ninfas o trabalho dos escravos e lá estão elas saltitando alegremente sobre a roda, enquanto o eixo gira com seus raios, movendo a pesada pedra rolante. Vivamos da vida de nossos pais e, ociosos, alegremo-nos pelas dádivas que a deusa nos concede”. Infelizmente não chegaram até nós os lazes sobre os quais falava o poeta pagão. A paixão cega, perversa e homicida pelo trabalho transforma a máquina libertadora em instrumento de escravização dos homens livres: sua produtividade os empobrece. (Lafargue, 1880. In: De Masi, 2001, p. 159).

As citações de Lafargue são úteis para ilustrar o conteúdo das primeiras discussões com respeito à configuração moderna do trabalho, simultaneamente desvirtuando os benefícios

sociais da indústria e da nova economia. *O direito ao ócio* é uma importante mostra de como o interesse pelo tempo livre está, desde há muito tempo, ligado à crítica ao trabalho e os seus valores. Desse laço desdobra-se a atenção pelo lazer como um uso do tempo livre.

Não foi exclusivamente Lafargue quem reivindicava o direito a mais tempo livre para os operários europeus. No fim do século XIX e início do século XX, apareceram, junto com a proclamação do direito ao trabalho, outras declarações então apregoadas em favor dos trabalhadores: o direito à preguiça, defendido por Moreau-Cristophe; o direito ao lazer, de que muitos já então tratavam e o direito ao prazer, teorizado por Henri Rochefort (De Masi, 2001).

Todas elas tinham como comum denominador exigir para os trabalhadores um tempo livre em igual proporção ao tempo livre das classes favorecidas, assim como denunciar a paixão insensata pelo trabalho, ao qual, segundo De Masi (2001) os homens entregam ingênua e ardentemente seu corpo e sua alma, produzindo muito mais que o necessário. No século XX, ditas reivindicações fizeram-se mais críticas na década dos 60, quando se difundiu a idéia de que o futuro da sociedade repousa e repousaria progressivamente na maneira em como as pessoas utilizam o seu tempo livre (Sue, 1985).

Atualmente, o direito formal reconhece a necessidade de um tempo livre para ser empregado de forma prazerosa. A Constituição brasileira inclui o direito ao lazer como um dos direitos sociais tão importante quanto os direitos à educação, à saúde e à previdência social. O lazer é considerado como uma das necessidades básicas do trabalhador que o salário mínimo deve atender (Leite, 1995).

Em 1935 Bertrand Russell redigiu o *Elogio ao ócio*, no que defendia explicitamente o lazer como um fato indispensável à civilização, reprovando a devota convicção de que o trabalho é o caminho à felicidade e à prosperidade. Três quartos de século passaram desde que Russell (1935) escreveu seus artigos para jornais na Inglaterra e nos Estados Unidos e, se a crença na virtude do trabalho persiste - ter um trabalho já é um valor em si mesmo! -, hoje ela se acompanha por uma contestação, igualmente generalizada, das condições, do conteúdo e da utilidade do trabalho (Russell apud De Masi).

O tempo constata uma evolução intensa da forma do trabalho, mas este é cada vez menos uma fonte de compromisso e de realização individual (Sue, 1985). Estamos em um momento da história em que a redução do volume de emprego e a progressão constante do desemprego são claras manifestações de uma crise da instituição do trabalho. Sue (1982) e Maffesoli apud Leite (1995) concordam em apontar que não se trata exclusivamente de uma crise do emprego, mas, sobretudo, de uma crise do valor do trabalho. Parece, segundo os autores, que as pessoas não acreditam mais no trabalho como o valor predominante para a realização pessoal.

Essa mutação social exige que sejam levadas em conta algumas questões complementares. O tempo livre aumenta gradualmente, e diferentemente de 1800, hoje ele ocupa quase o triplo das horas dedicadas ao trabalho. Isso é resultado não só da redução do tempo de trabalho, mas também dos avanços tecnológicos e das mudanças na higiene e na saúde (De Masi, 2001). Além disso, não pode ser desprezado o fato de que a população, crescente, entre desempregados e aposentados, possui mais tempo livre.

Esse contexto sugere que novos valores estão surgindo (Sue, 1985). Surge a necessidade de que o tempo livre não mais seja tratado como um tempo residual; as práticas de lazer no

tempo liberado devem ser objeto de atenção tanto para teóricos, quanto para políticos e intervencionistas. No plano econômico e psicossocial, as atuais circunstâncias têm sido objeto de preocupação trazendo à discussão a questão do lazer como direito e a problemática do seu acesso. Também formaliza a necessidade de investimentos sociais, pedagógicos e políticos, importantes para uma sociedade em transformação que faz do lazer e do tempo livre aspectos centrais.

Na sociedade moderna, a institucionalização do tempo livre resultou da pressão de organizações sindicais e da força das idéias pioneiras de alguns humanistas. No entanto, isso não significou o desaparecimento das críticas que a economia e os órgãos sociais mais conservadores – como, por exemplo, a igreja metodista inglesa - tinham com respeito a novas rotinas e costumes populares. Com o percorrer do tempo, generalizou-se a idéia de que o lazer não se opunha tão agudamente ao trabalho, nem representava uma ameaça aos fundamentos de uma sociedade produtivista, pelo contrário, lhe era favorável (Sue, 1985).

Dito de outro modo, o tempo livre e as suas práticas lúdicas foram percebidos como aspectos que poderiam favorecer o consumo, de tal maneira que a liberação de um tempo de não-trabalho influenciaria positivamente a produção. Segundo Sue (1982), uma vez que o tempo liberado não foi visto mais como uma ameaça à produção, o raciocínio “mais e melhor produção libera tempo livre, tempo livre instiga o sistema econômico” se repetiu constantemente e sem erro algum durante todo o século XX. Em tal fórmula, o nível de renda permitiria o consumo de bens e serviços lúdicos, o que junto com ajuda da publicidade, instigaria o consumo de atividades lúdicas lucrativas para o sistema econômico.

O lazer-consumo é, segundo Sue (1982), uma referência distante dos símbolos e dos valores de um lazer livre, criativo, responsável e de acesso a todos. Para o autor, ele acentua as desigualdades e a segregação social durante o tempo de lazer. Uma vez que a privatização e a comercialização dos lazeres se ampliam, as qualidades do lazer poderão ser medidas em função da renda. No entanto, opor as práticas de lazer submetidas ao regime de consumo àsquelas livres de toda contingência material é uma visão incompleta da variedade de atividades lúdicas. É claro que as práticas do tempo livre são sensíveis ao sistema econômico, particularmente ao status sócio-econômico, mas outros elementos também devem ser considerados, como, por exemplo, as representações sociais do lazer, o nível de escolaridade e a oferta cultural, etc.

O tempo livre e o conteúdo de suas práticas adquirem determinadas características em função dos fatos sociais. A discussão em torno do lazer vai mais além das repercussões da renda. Se, por um lado, o momento social está fortemente atravessado pelos problemas que a sociedade de consumo representa e o lazer esteja marcado por aspectos contingentes, por outro, as práticas lúdicas ultrapassam as determinações econômicas. Tendo isso em vista, estudar o lazer consiste em trafegar entre as proibições e as permissões. A seguir, uma breve revisão dos estudos mais importantes sobre o lazer fornecerá a possibilidade de aproximação aos variados significados desta prática social.

4.2 Uma breve revisão do percurso da sociologia do lazer

Com a sociologia do lazer apareceram novas maneiras de conhecer algumas dinâmicas culturais fundamentais das sociedades contemporâneas (Dumazedier, 1988). O aporte da sociologia do lazer à sociologia em geral é uma mistura do que Provonost (1993b) chama de

reflexões de primeira linha e reflexões de abertura às dimensões ocultas dos fenômenos sociais. Os conteúdos incluídos nela mostram a diversidade e riqueza de temas explorados: orçamento familiar, estratificação social e cultural, relações trabalho-lazer, família, ciclos de vida, etc. A esses, é possível adicionar várias questões referentes à animação cultural, à educação popular, à cultura urbana e de massa, às associações voluntárias, políticas, culturais, etc. Tópicos como a cultura popular, os significados da vida cotidiana, os fenômenos de sociabilidade e os tempos sociais, entre alguns exemplos, são melhor conhecidos atualmente graças aos trabalhos pioneiros sobre o lazer (Provonost, 1993b).

Uma das críticas mais severas feitas a essa sociologia é a ausência de referências histórica e sociológica, em razão do lazer aparecer comumente como um fenômeno isolado e sem um passado histórico verdadeiro. Provavelmente a insistência no caráter contemporâneo do lazer e a busca de traços únicos e distintivos, têm contribuído para fomentar este tipo de críticas (Provonost, 1993b). Porém, existiram várias aproximações sócio-históricas que se esforçaram por apreender toda uma série de perspectivas de causalidade mais amplas, fazendo apelo de forma implícita à importância dos tempos e dos espaços sociais para o entendimento dos diversos aspectos de uma ciência do lazer.

Uma importante interpretação sócio-histórica das práticas lúdicas é o pensamento americano, cuja essência atual tomou a sua forma e estrutura distintivas entre os anos 1900-1930. Um dos seus mais importantes pontos de referência foi a natureza humana, fazendo um apelo a alguns aspectos freqüentemente inspirados no mundo da infância. O jogo é um desses traços dominantes e foi interpretado como uma espécie de tendência vital que permitiria ao homem exprimir suas habilidades motoras e intelectuais (Provonost, 1993b).

Pensado no contexto do “free time”², a teoria do lazer americana foi concebida durante o boom tecnológico e permeou-se dos valores liberais de democracia e liberdade. O lazer foi percebido como uma espécie de movimento geral, um aumento do tempo favorável ao exercício das liberdades democráticas, das liberdades individuais e vitais graças às mudanças sócio-técnicas (Provonost, 1993b).

Os principais autores americanos, Thorstein Veblen, Robert e Helend Lynd, e o grupo de George Lundberg, Mirra Kimarovsky e Mary Alice McNerny, influenciaram significativamente o desenvolvimento ulterior da pesquisa sobre o lazer em América do Norte (Zuzanek, 1993).

The theorie of the Leissure Class, a obra de Veblen (1899), marcou o início da pesquisa sociológica do lazer no norte do continente. Veblen optou por um forte viés na estratificação social e atacou de maneira aguda o estilo de vida da classe burguesa americana, que, para o autor, era portadora de um lazer ostentoso. O autor discordava da ideologia liberal que caracterizou os autores da época, os quais faziam apologia aos valores lúdicos da individualidade, da espontaneidade e da livre expressão de si. Para Veblen, o lazer, mais que o trabalho, deixava em evidência as diferenças sociais e inclusive as reforçava, pois fez-se do lazer uma coisa puramente honorífica, individualista e profundamente desigual (Zuzanek, 1993).

Contudo, esse economista, comumente considerado como um verdadeiro sociólogo, conseguiu focar o lazer no ângulo de um símbolo de classe, chamando a atenção sobre as significações sociais e as funções da prática lúdica. Localizou as suas observações em um

² Termo traduzido em tempo livre.

contexto maior de mudança social, a maior marca deixada por este precursor da teoria em América do Norte (Zuzanek, 1993).

Se o interesse de Veblen centrou-se nas relações entre o lazer e a estratificação social, os Lynd escolheram as mudanças sociais como centro de análise. Os autores trabalharam a questão da classe social, apontando as diferenças entre as funções do lazer na classe trabalhadora e na dos homens de negócios. *Middletown* (Lynd & Lynd, 1929), a sua obra principal, é uma exploração dos fatores que contribuíram para as mudanças sócio-culturais em Midwest, Indiana, no período de 1890-1924. O estudo acabou sendo considerado como um clássico entre as pesquisas americanas sobre comunidades locais. Para os autores, o cinema, o automóvel, a rádio e as mudanças na jornada de trabalho foram os aspectos definitivos na produção de novas tendências de lazer e reestruturações da vida social de Midwest (Zuzanek, 1993).

O último dos autores americanos a mencionar é Lundberg (1934), cuja obra "*Leisure. A Suburban Study*" foi a primeira publicação americana em fazer referência ao lazer no sentido moderno do termo. O autor descreveu-o como uma série de atividades que tem lugar num período de tempo discreto disponível, e se concentrou nas práticas de lazer da população urbana na periferia. O estudo destacou o laço existente entre as mudanças tecnológicas, a industrialização e a urbanização contínuas na América do Norte. O grupo de autores liderado por Lundberg interessou-se pelas modificações a nível físico, institucional e social que a mudança tecnológica introduziu nas possibilidades e nas atividades de lazer, as quais, tributárias de um tempo crescente para o seu desenvolvimento, associaram-se a novos valores (Zuzanek, 1993).

Após a segunda guerra mundial e aproximadamente até 1965, a sociologia do lazer - americana e européia - preocupou-se por desenvolver uma extensa conceituação sociológica, provavelmente em resposta ao consenso acadêmico de o lazer constituir uma questão central para as sociedades modernas (Zuzanek, 1993). Assim, o interesse em questões que até então foram principais, por exemplo, a tecnologia, os estilos de vida e a classe social, estendeu-se para o setor da intervenção cultural.

Na sociologia americana apareceu o termo “recriação” para designar uma atividade temporalmente delimitada que se apropria das características inerentes ao jogo e se generaliza progressivamente através de diversas instituições. O conceito permitiu vislumbrar o movimento de institucionalização do lazer, sugerindo estabelecer estruturas públicas, centros esportivos e culturais, terrenos de jogo, etc (Provonost, 1993b). Desde então verifica-se a necessidade de estudar e discutir tópicos como a intervenção pública e a animação cultural, que, por sua vez, giram ao redor das qualidades do lazer e das possibilidades de acessar a ele.

O pensamento social britânico inspirou-se tardiamente nos trabalhos americanos, mas, diferentemente desses, desenvolveu um olhar histórico amplo e foi mais diversificado nos temas, mais aberto e atento às questões de políticas públicas (Provonost, 1993b). A partir de 1945, o interesse britânico concentrou-se nas questões urbanas, na gestão de serviços públicos em relação ao melhoramento do meio ambiente e nas relações institucionais do lazer, o que levou à consolidação de uma sociologia do lazer cara à justiça social e à luta contra a pobreza. Nos anos 70, as idéias de vários autores britânicos tomaram força, construindo uma abordagem sócio-histórica do lazer e da cultura popular (Provonost, 1993b). Ela encontraria

seu par na França com a vasta tradição inspirada na educação popular e no desenvolvimento cultural, cujo maior representante é Joffrey Dumazedier.

A abordagem francesa insistiu em desenvolver uma sociologia do lazer diferenciada da sociologia do trabalho. Enfatizando na noção de cultura no sentido sociológico e antropológico, empreendeu a tarefa de estabelecer, por ela mesma, os traços sócio-culturais do lazer e as suas funções sociais específicas.

Em 1965 foi publicado *Loisirs ouvriers chez les métallurgistes toulousains*, cuja autora, Larue, foi a primeira psicóloga que, em suas hipóteses, atribuiu importância ao lazer dos trabalhadores. Seus resultados mostraram a relevância do papel das atividades lúdicas na formação e no desenvolvimento tanto da personalidade individual, quanto das características do grupo social. Trabalhando inclusive nas representações do lazer na classe obreira, a autora estabeleceu uma série de relações entre o trabalho, a família e o lazer (Dumazedier, 1976).

As conclusões do trabalho de Larue apontaram o fato de que, mesmo que as condições materiais de vida dos trabalhadores melhorassem, seriam insuficientes para o desenvolvimento da personalidade sem o lazer. Além disso, segundo esse ponto de vista, o lazer necessário para o desenvolvimento da personalidade deveria ser um lazer inserido em uma ação cultural, que visasse romper o subdesenvolvimento cultural (Dumazedier, 1976). Assim, deu-se início a uma fase da sociologia do lazer francesa que se concentrou nos valores, na educação permanente e na educação popular (Provonost, 1993b), tendo em vista a relação do lazer com as instituições sociais.

Dumazedier dedicou-se por longos anos ao estudo do lazer e do desenvolvimento cultural. Obtendo resultados indiscutivelmente marcantes, o pesquisador francês ultrapassou o tratamento que freqüentemente deu-se à problemática do lazer, situando-a em um contexto de contingência sócio-econômica e indicando a relação dialética entre os valores sociais e as formas de associação criadas através do lazer com o trabalho, a política, a economia, a educação, a família e a religião (Roberts, 1993).

Dumazedier interessou-se na dinâmica histórica produtora do lazer. Em todas suas obras, o autor indica que o aumento do tempo livre é uma função do progresso científico e técnico, mas as suas análises complementam-se com a ênfase atribuída à história das instituições. Insiste, também, na relação existente entre a regressão dos tempos e controles institucionais e a emergência de uma nova necessidade social de o indivíduo se dedicar a si mesmo (Provonost, 1993b).

O estudo empírico levado a cabo por Dumazedier entre 1954 e 1974 na cidade francesa de Annecy revelou que os conteúdos culturais dos lazeres de diferentes classes sociais guardavam mais semelhanças entre si do que no século passado. Também sugeriu a inexistência de oposições radicais entre as práticas de lazer dos grupos mais carentes e àquelas dos mais favorecidas. Embora a obra tenha sido publicada em 1976 e em um contexto que difere significativamente dos países da América do Sul, ela abriu um novo horizonte analítico sobre o lazer na perspectiva do desenvolvimento cultural, instigando paralelamente a somar outros aspectos capitais da dinâmica social às questões da renda e da estratificação social.

O revelador do estudo em Annecy é a estreita relação entre os níveis de escolaridade e a seleção das atividades de tempo livre. Quanto maior o grau de instrução das famílias, maior a

freqüência das exposições artísticas, da literatura e da música clássica entre as escolhas. A partir disso, Dumazedier (1976) insiste na necessidade de combinar uma reforma educativa ao desenvolvimento de uma ação educativa pós-escolar, a fim de instaurar um sistema organizado de formação permanente que ultrapasse a educação restringida à escola e ao trabalho. Dito sistema deve se estender à preparação das pessoas para confrontar o tempo livre de forma construtiva e deve estimular a participação voluntária em atividades lúdicas culturalmente mais elaboradas. Para tanto, o autor considera fundamental conhecer as condições da formação extra-escolar e a oferta sócio-cultural.

Segundo Dumazedier (1976), o lazer também está condicionado pelas necessidades culturais que dependem, de uma forma ou de outra, dos critérios escolhidos e oferecidos pela indústria de bens e serviços do lazer. Mas a problemática do lazer não se restringe a este tipo de oferta, especialmente pelo fato de o tempo livre ter se convertido em um tempo de emergência de novos valores individuais e de valores de engajamento social. Esse conjunto de mudanças é denominado pelo autor como a *revolução cultural do tempo livre*, na qual o lazer se consolida como uma esfera autônoma de produção de novos valores sociais, e as suas práticas não se restringem ao consumo, pois o leque de possibilidades amplia-se no atual contexto de mudança cultural.

As questões levantadas por Dumazedier são pertinentes na atualidade e têm um alcance tal que faz de qualquer abordagem do lazer uma tentativa que exige estabelecer perspectivas mais amplas às tradicionais formulações de renda e consumo. Nesse sentido, caberia pensar quais outras variáveis fazem parte do fenômeno do lazer em determinado grupo social e como se fazem as escolhas lúdicas.

Parece, então, que compreender as práticas de lazer é algo bastante complexo, especialmente quando o lazer é pensado em contextos de difícil situação sócio-econômica. Além de ser necessário considerar questões básicas como a qualidade e as características da oferta cultural – a oferta cultural inclui a oferta institucional de lazer e a oferta do mercado de lazer -, aspectos como as representações coletivas do lazer, a relação do lazer com as práticas em outros tempos sociais, os interesses lúdicos particulares, o contexto social e familiar e a existência de espaços para seu acontecer. Tudo isso é crucial no desenvolvimento de uma perspectiva crítica e construtiva sobre esse fenômeno social.

Portanto, é imprescindível que o estudo das práticas sociais de lazer se detenha no conhecimento do grupo em questão. Há aspectos gerais que possuem um papel definitivo na modelagem das características do lazer quanto prática social, como, por exemplo, o estágio tecnológico atual e as modulações impostas pela publicidade. Mas, o lazer é de uma profundidade maior. A sua riqueza não se esgota nos fatores sócio-econômicos de base. A plasticidade dos conteúdos lúdicos brinca de mãos dadas com a plasticidade dos grupos sociais, mesmo aqueles que se encontram em contextos desfavoráveis. O desafio consiste em apreender as novas possibilidades de sociabilidade e subjetivação que estão sendo agenciadas através do lúdico.

4.3 Lazer jovem!

No Brasil, o termo juventude tornou-se a convenção para nomear o grupo de idade entre os 15 a 24 anos e que corresponde, de modo geral, ao período de tempo em que ocorre o processo relacionado à transição para a vida adulta (Abramo, 2005). Contudo, as fronteiras que separam a infância e a vida adulta são porosas, o que faz com que a juventude seja uma

“zona” ambígua, de difícil entrada no mundo adulto, ao mesmo tempo em que se distancia do mundo infantil (Skelton & Valentine, 1998). Este é talvez o maior problema encontrado ao traçar uma linha divisória que, delimitando categorias discretas, interrompe um processo que é naturalmente contínuo, o da constituição do sujeito (Sibley, 1998).

A categoria de juventude tem matizes próprias. Elas correspondem a sua localização no mapa sócio-cultural. Suas características dependem de fatores sociais, que vão desde o nível de renda e de escolaridade, até características familiares e do entorno social, a religião, etc., somados a aspectos da subjetividade. Nesse sentido, o estudo do lazer apresenta-se como uma ferramenta útil para abordar as questões sócio-culturais da juventude, devido à riqueza de informação que proporcionam. Ele permite compreender o modo de inserção social dos jovens, a diversidade de formas de ser jovem, a suas dificuldades, seus desejos, suas aspirações ou seus desarraigues, etc (Segre, 1998).

É possível dizer que, para os jovens, o lazer é uma das maneiras de ser e estar no mundo, que ancora os códigos que regem a vida das práticas juvenis, caracterizadas por ritmos sociais intensos e dinâmicos e permeadas pela sensação de eterno presente do ser jovem (Maffesoli, 2003).

Considerando o fato de o lazer ser uma das formas que agenciam a integração, sugere-se que as práticas lúdicas formam um conjunto de atividades extremamente importantes nesse período da vida, pois a interação com os outros é fortemente valorizada pelos jovens. Daí provém que o lazer agencie o estabelecimento de relações, códigos e representações coletivas do mundo que irão atravessar o conteúdo das práticas. No lazer e através do lazer também se

afirmam e se constroem identidades grupais, o que significa que, de alguma maneira, ele atua como uma referência.

Para Elias & Dunning (1996) existe a comunidade de lazer, a *leisure-gemeinschaften*, formada por participações afetivas (Maffesoli, 2000) e caracterizada pela experimentação do prazer de estar em companhia dos outros sem compromisso algum, sem nenhuma obrigação com eles diferente daquela que cada um esteja disposto a criar.

As comunidades de lazer são feitas de emoções, de sentimentos, de iras e alegrias compartilhadas por aqueles que dela participam. Para melhor ou pior, nelas há uma vibração conjunta, uma sintonia coletiva. Na juventude, esta vibração da qual o autor nos fala, desdobra-se numa espécie de ética do divertimento (*divertissement*) que, se sabe, rege o tempo livre (Pais, 1993) dos jovens. O lazer jovem está modelado por uma busca insistente de diversão e aventura, de novidade, de encontros e descobertas. Nesse sentido, é possível indicar que a *leisure-gemeinschaften* está composta de participações afetivas inesperadas e convidados de última hora. É uma comunidade que não possui um fim diferente da busca prazerosa da aventura e da diversão e valoriza a errância – que é por onde tudo pode começar.

A importância do lazer como agente de interação e de comunicação não desvaloriza o poder de significado que possui o lazer individual. O “estar com os outros” tem uma transcendência indiscutível e as atividades de lazer personalizadas são tão valorizadas quanto os lazes grupais. Os jovens procuram sempre momentos de recolhimento individual, nos quais o lúdico também tem lugar. Esse tráfego entre lazes coletivos e lazes individuais é crucial para o desenvolvimento da personalidade e para a busca do sentimento de ser e estar no

mundo. Conseqüentemente, as práticas de lazer são para os jovens portadoras de uma forte carga afetiva, simbólica e comunicativa (Provonost, 1993a; Dumazedier, 1979).

As práticas lúdica dos jovens em situações menos favorecidas têm um importante valor de expressão e participação (Franch, 2002) e seu estudo deve ir consideravelmente além do tradicional interesse que se atribui à marginalidade e à delinquência da juventude pobre.

Existe ampla documentação em relação ao declínio da educação, da saúde e dos serviços sociais orientados para o bem-estar dos jovens. Porém, temas como as situações de risco geradas pela degradação e a diminuição de espaços lúdicos adequados nas comunidades são menos conhecidos e detalhados (Katz, 1998). Uma situação semelhante apresenta-se no que diz respeito às debilidades da rede institucional de oferta e animação cultural, o que marca a ausência de avanços em políticas sociais de intervenção e gestão cultural.

Além do comum interesse pelas atividades lúdicas tais como os bailes *funk*, as festas *raves*, os atos de vandalismo e consumo de drogas associado ao lazer, o lazer é um campo do estudo social que têm muitos outros aspectos a serem explorados. O lazer é um fenômeno social que fala sobre outras realidades da sociedade. Assim, esta pesquisa considerou que a realidade do lazer vivida é ainda mais ampla do que aquela que problematiza a juventude pobre. Embora o grupo de jovens com os quais se desenvolveu a pesquisa habitem áreas de condições precárias – no sentido mais forte do termo: habitação, educação, saúde, oferta cultural etc. –, suas práticas de lazer são variadas e freqüentemente superam a precariedade da sua realidade contextual.

Como Provonost (1993a) sugere, a chave para estudar o lazer consiste em traçar e descrever o conjunto simbólico mais o menos estruturado a partir do qual o lazer obtém sua significação comum. Tendo tal recomendação em mente, a pesquisa tentou interpretar o lazer em favor de um campo social específico: as representações e apropriações do espaço social.

CAPÍTULO IV

CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA ÁREA DE ESTUDO

Ao longo do século XX o processo de urbanização brasileiro associou-se com a criação e a expansão de núcleos de pobreza. A grande cidade brasileira converteu-se em um cenário de conflitos e na arena geográfica e política das possíveis soluções. Percorrer a história da cidade é também percorrer uma história de paradoxos freqüentemente exprimidos nas dinâmicas e nos processos espaciais.

A seguir, tentar-se-á traçar uma breve história da Baixada Fluminense indicando alguns fatores que foram historicamente determinantes para a configuração da região. O objetivo desse percurso é apresentar os conteúdos sociais e espaciais resultantes da história de transformação social da Baixada. Mais que fornecer um quadro informativo da realidade local e regional de Belford Roxo, o presente capítulo pretende ser uma introdução à realidade do espaço construído e do espaço vivido pelos jovens que integraram o grupo de trabalho.

5.1 A Baixada Fluminense: alguns dados introdutórios

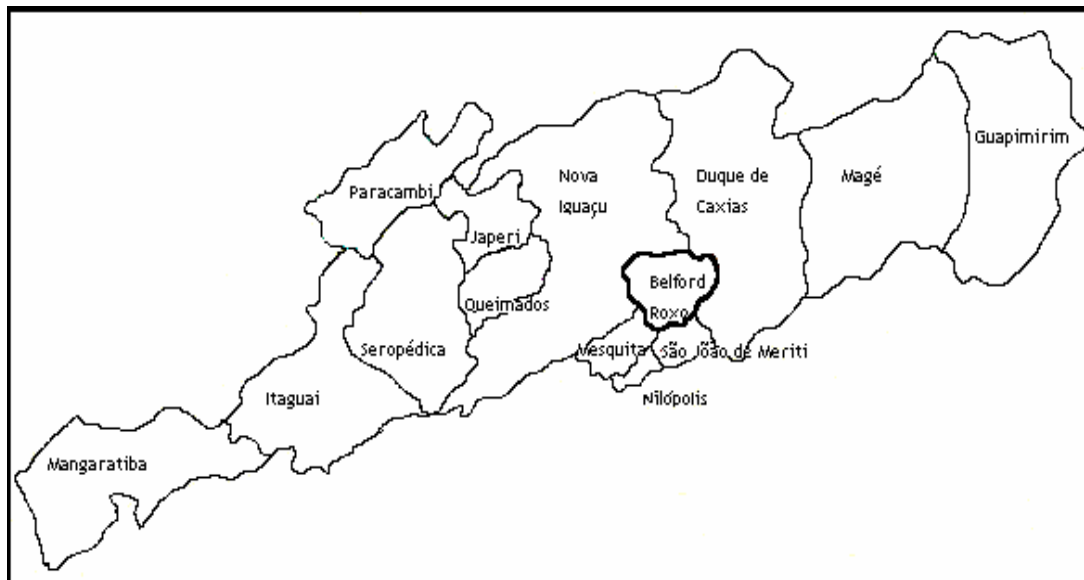


Figura 1. Mapa da Baixada Fluminense.

A Baixada Fluminense tem uma área aproximada de 3.800 km². Os rios Meriti - Pavuna, Iguaçu, Estrela - Inhomirim, Surui, Magé, Macacú e Guaxindiba nascem nas serras e nos maciços, e pela ação do relevo drenam em direção às duas grandes bacias da Baixada: a Baía de Guanabara e a Baía de Sepetiba. Na planície eles formam meandros até chegarem ao mar. Com o assoreamento dos rios causado pelo desmatamento nas margens, formam-se áreas inundadas que dão lugar a brejos e alagados. Nos núcleos urbanos da Baixada, a maioria dos rios está canalizada (Secretaria de Estado, ciência e inovação, 2005).

O rio Iguaçu é o principal rio da Bacia da Baía de Guanabara, para a que correm outros afluentes como o Botas e o Tinguá. O rio Iguaçu, que atravessa o município de Mesquita, foi ligado artificialmente ao Sarapuí. Na Bacia de Sepetiba, o principal rio é o Guandu, cujo grande volume de água é captado para o abastecimento do Grande Rio de Janeiro. Os rios de

ambas as bacias estão poluídos pelos esgoto doméstico e industrial, mas nos seus altos cursos, próximos às nascentes no seio das serras, eles permanecem limpos. Somando-se aos rios que formam estas bacias, no passado havia uma infinidade de pequenos riachos, lagoas e pântanos (Secretaria de Estado, ciência e inovação, 2005).

A Baixada Fluminense possui uma população aproximada de 3.400.400 habitantes distribuída nos 14 municípios que compõem a região. Nova Iguaçu é o maior município (523 km²) e Nilópolis o menor (19 km²). 775 mil habitantes fazem de Duque de Caxias o município que concentra a maior população. Nova Iguaçu tem 754 mil habitantes; São João de Meriti, 449 mil e Belford Roxo 435 mil habitantes (Secretaria de Estado, ciência e inovação, 2005).

5.2 Percorrendo a história da Baixada Fluminense

A partir da colonização, o Brasil foi formado por subespaços que evoluíram segundo uma lógica de relativa autonomia. Em cada um desses subespaços houve pólos dinâmicos internos que se estruturaram em torno a pequenos núcleos e atividades, definindo as características internas das micro-regiões e a relação delas com outras regiões (Santos, 1995).

A Baixada Fluminense foi um núcleo notável do Rio de Janeiro, um dos mais importantes pólos do sudeste brasileiro a partir do século XVII, junto com a cidade de São Paulo. As terras da Baixada, no entorno da Baía de Guanabara, constituíram por um longo período de tempo a retaguarda econômica da cidade do Rio através da produção agrícola, especialmente o cultivo da cana de açúcar (SEDUR, 1990).

Nos séculos XVII e XVIII todos os caminhos que ligavam o porto do Rio de Janeiro às zonas mineiras tinham que atravessar a Baixada Fluminense. A sua proximidade à Baía e a sua

densa rede fluvial fizeram dela um lugar de passagem obrigatória no transporte de produtos como a cana e as pedras preciosas. Como resultado da posição estratégica e dos seus altos níveis de produtividade agrícola, criou-se uma infra-estrutura propícia às operações comerciais nos primeiros núcleos urbanos da área: Magé, Porto de Caxias, Iguaçu e Estrela, os quais viveram na época uma fase de apogeu como entrepostos comerciais (SEDUR, 1990; Abreu, 1987).

Os tempos de riqueza produtiva sofreram as conseqüências da recessão econômica derivada da diminuição na produção de cana. Esse quadro mudou antes de alcançar a segunda metade do século XIX, quando o Estado de São Paulo encontrou na produção de café o meio para se tornar o pólo dinâmico de uma vasta área que incluiu, embora incompletamente, o Rio de Janeiro e Minas Gerais (Santos, 2005).

Estabeleceu-se uma nova ordem econômica resultante das atividades associadas ao café. Essa nova dinâmica regional trouxe avanços nos sistemas de engenharia e produziu toda uma série de transformações sociais. Na Baixada Fluminense implantaram-se estradas de ferro, como a Estrada de Ferro “Dom Pedro II” que ligou a freguesia de Santana a Queimados -um distrito de Nova Iguaçu- e funcionou para o transporte de passageiros. Em 1833 foi inaugurada a Estrada de Ferro “Rio D’Ouro”, inicialmente concebida para o transporte de materiais para as obras de construção da rede de abastecimento de água do Rio de Janeiro e posteriormente aberta para o serviço de passageiros (Abreu, 1987).

Atravessando as terras mais baixas, a “Rio de Janeiro Northern Railway Company” ou também chamada Estrada do Norte, teve um papel importantíssimo, e sua primeira linha, aberta em 1866 para fazer o percurso entre São Francisco Xavier e São João de Meriti, acabou

interligando vários núcleos semi-urbanos. A ferrovia dava acesso ao centro do Rio, o que influenciou nos ritmos de desenvolvimento dos pequenos núcleos urbanos. Em 1883, a Estrada de Ferro “Melhoramentos do Brasil” foi inaugurada e em 1903 foi incorporada à Central do Brasil. Essa via ligou Mangueira a Japeri, passando por São João de Meriti, Duque de Caxias, Belford Roxo e Nova Iguaçu (Abreu, 1987).

Entre outros empreendimentos é possível indicar a melhora dos portos, a criação de meios de comunicação, que junto com as inovações da rede de transportes, deu uma nova fluidez a essa parte do território brasileiro. Instalaram-se, também, formas capitalistas de produção, trabalho e consumo, que ativaram de maneira efetiva, mas polarizada, dita fluidez (Santos, 2005).

No ano de 1906 iniciou-se um outro momento da organização social que alcançaria seu auge na Revolução de 30 como uma fase de decadência da aristocracia do café. Este, superproduzido no país, encontrou uma cotação cada vez mais baixa no mercado internacional (Abreu, 1987). Se grande parte do estado do Rio de Janeiro beneficiou-se da economia cafeeira, foi só durante a sua fase inicial, depois essa atividade migraria para o planalto paulista (Penalva Santos, 2003).

O cultivo de laranja foi progressivamente substituindo a produção de café e ocupando as antigas fazendas cafeeiras e de cana da Baixada Fluminense. A produção de laranja consolidou-se como uma das mais importantes atividades agrícolas. A garantia do transporte ferroviário favoreceu a rápida expansão dessa atividade, a que alcançou níveis tão significativos que, entre o período 1920 - 1930, Nova Iguaçu deu-se a conhecer como o maior produtor de cítricos do país (SEDUR, 1990).

Com a afirmação dessa produção econômica vieram alguns investimentos públicos de importância. No auge da produção de cítricos, o impulso vindo do mercado incentivou um processo de industrialização e uma nova lógica econômica que prevalece desde então. Mas as modificações da forma urbana do Rio de Janeiro no decorrer do período de 1906-1930 refletiram substancialmente as contradições do sistema político-econômico da época. Se por um lado os poderes dos Governos da União e do Distrito Federal atuaram incentivando a continuidade do processo de renovação urbana, por outro, as ações planejadas deram preferência à área central e à zona sul. Assim, as indústrias multiplicaram-se na cidade e iniciaram um processo de expansão desregulamentado em direção à periferia (Abreu, 1987).

A industrialização foi um processo social complexo, que além de incluir o mercado nacional esforçou-se em equipar o território para torná-lo integrado, expandindo um consumo que impulsionou a terceirização e ativou o processo de urbanização decorrente da atração de mão-de-obra para as atividades fabris (Santos, 2005). Em função disso, efetivou-se a expansão do tecido urbano para além das fronteiras do Distrito Federal, iniciando-se a integração física da Baixada Fluminense ao espaço da cidade do Rio de Janeiro.

A despeito das recentes formas de integração, para o final do período as contradições entre centro e periferia acentuaram-se de tal maneira que se fez imperativa a intervenção política sobre os processos espaciais de crescimento da cidade e da região metropolitana. Assim, no final da década de 1920, surgiu a idéia de estabelecer o plano urbanístico da cidade, que viabilizasse o ordenamento e a regulamentação geral do uso do solo. Porém, a sua implementação não foi concretizada, em parte devido ao novo momento político e de organização social (Abreu, 1987).

Esse período é conhecido como a revolução dos anos 30, que tinha como objetivo restabelecer um poder político diferente ao poder da aristocracia cafeeira. Diversos grupos como a burguesia industrial e financeira, a pequena classe média, as forças armadas e o proletariado associaram-se em uma tentativa de coalizão que levou ao Estado Novo. Até 1964 esse período representou, grosso modo, uma época de transição no cenário nacional, que finalizou com a consolidação do poder político de uma burguesia industrial cada vez mais associada à burguesia financeira (Abreu, 1987).

A partir de 1930 o Estado interveio fortemente com o objetivo de favorecer a acumulação industrial, o que resultou em uma combinação do crescimento urbano com regimes arcaicos de produção agrícola (Maricato, 1995). Os objetivos públicos de saneamento visavam dotar a capital do Brasil de um cinturão agrícola, mas como indica Segada Soares (1962), a Baixada Fluminense era estratégica demais para lhe outorgar o simples papel de zona rural. A metrópole também precisava dessa área para instalar a sua produção industrial e abrigar os novos trabalhadores. Assim, até 1964 a intervenção de caráter populista na Baixada Fluminense efetivou uma política de concessão de subsídios aos serviços públicos, iniciando em 1934 com o programa de saneamento e a expansão da rede elétrica (SEDUR, 1990). A partir de então, favoreceu-se a expansão industrial, adotaram-se políticas habitacionais paternalistas e, acompanhando a legalização das ocupações ilegais, inúmeros conjuntos habitacionais foram construídos por diversos órgãos governamentais (Abreu, 1987).

Paralelamente à expansão das atividades industriais e de construção civil houve um crescente movimento migratório em direção às áreas da Baixada, em razão do qual a partir da década de 1940 a região foi alcançada pela onda loteadora. Favorecendo-se da proibição de

exportações de laranja, a qual não atendia mais ao mercado interno (Segada Soares, 1962), o processo de loteamento concentrava-se nas zonas que foram dedicadas a esta atividade, convertendo as antigas fazendas em lotes urbanos e estendendo-se cada vez mais longe das linhas de transporte.

Esse movimento fez-se explícito em todos os centros urbanos brasileiros, entre os quais a área de Baixada Fluminense foi mais um exemplo. Nessa área, o processo de urbanização deu-se sem nenhum tipo de planejamento e ela caracteriza-se atualmente pela precariedade das condições de moradia, pela insuficiência de equipamentos urbanos e pelos baixos níveis de renda e escolaridade (SEDUR, 1990). Por outro lado, é possível notar que a ocupação dos novos espaços foi instigada de maneira progressiva. O crescimento demográfico foi intenso e a integração do território, produto dos avanços realizados no sistema de transportes e as melhoras nas condições de saneamento, foram alguns dos atrativos para os novos empreendimentos industriais e habitacionais.

O crescimento industrial em associação com o movimento migratório, facilitado pela construção de várias vias de comunicação, foi determinante. Construíram-se rodovias que ligaram o Rio a importantes centros do Nordeste e da Bahia (Abreu, 1987), expandiu-se o sistema de transportes com a construção de rodovias como a Washington Luiz, a antiga Rio - São Paulo e a Avenida Automóvel Clube (SEDUR, 1990). Contudo, esses fatos não devem ser reconhecidos isoladamente. As lideranças políticas, considerando o ímpeto industrial reinante, buscaram nas cidades o respaldo necessário à legitimidade governamental. Assim, a instância política atuou favorecendo os interesses das fábricas e indústrias, investindo recursos públicos nas áreas fabris (Abreu, 1987).

Em complemento, toda uma série de leis trabalhistas foi proclamada, como, por exemplo, o salário mínimo, as jornadas de 8 horas de trabalho, o repouso semanal obrigatório, as férias remuneradas, a assistência e a indenização por dispensa sem justa causa. Se por um lado tal legislação foi um produto parcial do interesse em controlar a capacidade de organização operária e de interferir direta ou indiretamente nas liberdades sindicais, por outro favoreceu o fluxo migratório em busca de emprego, pois a aplicação das leis trabalhistas se restringia às áreas urbanas (Abreu, 1987).

Embora não existam dados precisos sobre a localização da população migrante, o recenseamento de 1940 e 1950 apresenta cifras reveladoras. Nesse período, o crescimento populacional de Nova Iguaçu aumentou em um 162%, em Belford Roxo 219%, em Duque de Caxias 226%, em Nilópolis 108% e em São João de Meriti 93%. Dessa maneira, foram os subúrbios da Baixada Fluminense os que abrigaram a migração desencadeada pela revitalização industrial e a ativação da urbanização na área (Abreu, 1987).

É possível resumir a seqüência de fatos que determinou, grosso modo, a formação da Baixada. Primeiro, houve um desenvolvimento enorme na configuração do território com a criação das condições e da infra-estrutura de trabalho e com os inúmeros avanços nos sistemas de transportes, telecomunicações e energéticos. Acompanhando o movimento migratório, o crescente desenvolvimento da produção industrial e comercial propiciou o aparecimento de novas formas econômicas: saúde, educação, lazer, informação, energia. O espaço tornou-se fluido, permitindo que a produção, o trabalho, os produtos, as mercadorias e o capital tivessem a mobilidade suficiente para constituir um cinturão urbano articulado com outros enclaves regionais (Santos, 2005).

Em 1960, com a mudança da capital para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro passou a constituir uma nova unidade da Federação. A criação do estado da Guanabara formalizou a separação entre o núcleo central e a periferia da região metropolitana e apesar dos esforços históricos de integração, a alocação de recursos privilegiou o estado e reforçou a polarização da riqueza em termos espaciais, confinando a periferia a condições econômicas hierarquicamente menores às do estado da Guanabara (Penalva Santos, 2003).

A separação prolongou-se até 1975, quando todos dois estados foram incorporadas em uma só. A fusão foi parcialmente justificada em função do eventual efeito negativo que a capital estadual poderia ter na economia do interior do estado. Contudo, as disparidades entre as duas áreas não diminuíram e a partir de então a região metropolitana do Rio de Janeiro é a mais polarizada do país (Penalva Santos, 2003).

O movimento de descentralização institucional –política, social e econômica- tornou-se ininterrupto desde os anos 70 – 80, atingindo inúmeras zonas e pontos longínquos do território nacional, que de uma forma ou de outra, tinham um nexos com a modernização capitalista. É dessa maneira que o Brasil experimentou a intensificação da ocupação periférica. A industrialização em várias regiões, a crescente ocupação territorial e as decisões geopolíticas tiveram uma influência relevante no processo de ocupação. O mercado também desempenhou um papel chave, viabilizado pelas novas infra-estruturas de transporte e comunicação e pelos mecanismos reguladores comandados pelo Estado e os agentes econômicos (Santos, 2005).

Nas últimas décadas, os procedimentos direcionados à provisão de moradia e ao estabelecimento de redes e serviços viram-se afetados por uma crise do setor público. A difusão das ocupações ilegais por todo o tecido urbano metropolitano acompanhou-se da

elitização do mercado residencial de ponta e da emergência da produção empresarial em áreas restritas da periferia. Em conjunto, esses aspectos acentuaram as transformações espaciais de urbanização (Lago, 2000) e afetaram os procedimentos de alocação de recursos, os mecanismos de ocupação do espaço e as características do espaço urbano periférico.

Inúmeras tentativas têm sido formuladas e desenvolvidas com o objetivo de estabelecer padrões de urbanização que possam beneficiar a crescente população das periferias urbanas. Com essa intenção, a estrutura interna do espaço metropolitano tem sido objeto de uma série de análises que focam o processo de ocupação e concentração populacional na periferia urbana. Segundo Lago (2000), nesse campo foi pioneiro o estudo de Brasileiro (1976) “Região metropolitana: serviços de interesse comum”, no qual a organização do espaço metropolitano do Rio de Janeiro foi caracterizada e avaliada com base nas variáveis de distância do centro, de nível de equipamento e serviços urbanos. Esse modelo passou a ser utilizado na teoria e na ação com relação à habitação popular e à ocupação periférica.

Outras questões também têm sido consideradas na explicação do processo de estruturação urbana, entre elas a desigual distribuição dos investimentos públicos em infraestrutura e equipamentos. A análise dos processos de loteamentos populares, tão frequentes na Baixada, também faz parte do olhar sobre dita estruturação. Nesse ponto, tem se refletido com respeito às estratégias especulativas dos loteadores e dos proprietários da terra, ações que se inscrevem no contexto da omissão do poder público em relação ao controle do uso de solo e falhas nas políticas de investimentos (Lago, 2000).

O certo é que a partir dos anos 90, os investimentos públicos para favorecer a infraestrutura necessária à habitação passaram a ser geridos pela esfera local dentro de uma lógica

renovada de intervenção municipal. Desde então, os programas de remoção convivem com os de urbanização e somam-se a projetos de ordenamento e controle dos espaços públicos (Lago, 2000). Atualmente, os municípios são os principais agentes responsáveis pelos processos de ordenamento espacial e pelo fornecimento de equipamentos urbanos.

No Rio de Janeiro, foi apresentado em 1990 o Plano de Ação Integrada para a Baixada Fluminense (PAI), cuja programação esteve definida de modo a atingir uma série de metas de ordenamento do espaço geográfico que elevassem os níveis de urbanização e de prestação de serviços públicos. As ações, projetos e obras do PAI deram preferência às questões de ordenamento do uso do solo e aos procedimentos de saneamento, habitação e transportes. Uma das prioridades do PAI foi a de fortalecer a integração espacial entre as diversas funções urbanas das sub-regiões da Baixada. A partir do reconhecimento dos vazios urbanos, formularam-se ações estratégicas para a localização de vias de comunicação e para o estabelecimento de diversos equipamentos urbanos. Igualmente, traçaram-se alguns referenciais geográficos para o investimento em atividades geradoras de emprego (SEDUR, 1990).

5.3 Belford Roxo no panorama social urbano

Embora a estrutura centro-periferia ainda seja sedutora em termos da interpretação da configuração do espaço urbano das grandes cidades, há fortes indícios de novos arranjos urbanos. Atualmente, as cidades exprimem uma forma de organização polinucleada, onde os núcleos ou enclaves possuem toda uma articulação entre si, além de se desdobrarem em subnúcleos. A desconcentração e a reconcentração que neles têm lugar são produto de toda uma história de transformações sociais e de novos processos espaciais acontecendo, que em

conjunto formam um processo espacial produtor de reorganizações sócio-espaciais (Gottdiener, 1997).

Diante da nova organização do espaço construído e progressivamente mais despolarizado, o centro da cidade perde a exclusividade como a referência da concentração de atividades econômicas, sociais e institucionais. Entre as mudanças que parecem estar acontecendo na periferia urbana é que o fenômeno de metropolização da pobreza atualmente atinge alguns pontos dentro dos próprios núcleos de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo e São Gonçalo, os quais vêm constituindo suas próprias periferias (Penalva Santos, 2003).

O perfil sócio-econômico e institucional de Belford Roxo apresenta um panorama de carências perante a reformação do espaço urbano. O município faz parte integrante de todo esse contexto social e histórico de transformações. Atualmente, com uma área de aproximadamente 80 km², constitui um importante núcleo urbano da periferia do Rio de Janeiro. A população de 435 mil habitantes de Belford Roxo, distribuída em 12 bairros, alcança uma densidade demográfica de 5 mil a 8 mil habitantes por quilômetro quadrado (Secretaria de Estado, ciência e inovação, 2005).

O índice de desenvolvimento humano –IDH–, criado pela ONU para medir a qualidade de vida de países e regiões, expressa-se em uma escala de 0 a 1. O índice leva em conta o rendimento médio *per capita*, a taxa de alfabetização, a frequência escolar e a esperança de vida. No 2005, o IDH para Belford Roxo foi de 0.74. No entanto, o município apresenta 58% de déficit habitacional, quer dizer que a metade dos domicílios possuem uma infra-estrutura inadequada; deles, só a metade conta com rede de esgoto –aproximadamente um 53%. O

percentual de óbitos de crianças de 0 a 4 anos motivados por doenças é de 25%. O 7.5% da população possui vínculos formais de trabalho. A área também é indicada como uma das mais violentas do estado do Rio de Janeiro. Sendo que os altos índices de criminalidade são uma constante na Baixada Fluminense, o dado mais recente para Belford Roxo é uma taxa de 53 homicídios por cada 100 mil habitantes. Não existem dados oficiais referentes a instituições de animação cultural, teatros, cinemas, museus, parques e bibliotecas (Secretaria de Estado, ciência e inovação, 2005).

A seguir apresentam-se os resultados da pesquisa.

CAPÍTULO V

DESCOBRINDO O ESPAÇO SOCIAL DOS JOVENS EM BELFORD ROXO

6.1 A escolha do método e o procedimento metodológico

O fato de a proposta investigativa exigir a coleta de uma série de dados qualitativos com respeito à cotidianidade de jovens em uma área de difíceis condições sociais, representou, de antemão, uma séria contingência para a escolha do método. Procurou-se uma opção que facilitasse o acesso a Belford Roxo e que, paralelamente, permitisse vislumbrar a formação do espaço social através do diálogo entre espaços e atividades lúdicas juvenis.

Considerou-se adequado desenvolver uma metodologia participante, tendo como núcleo de interpretação as atividades e as expressões de um grupo local de jovens. A obtenção dos dados seria viabilizada com a formação de um grupo permanente. Com ele seria desenvolvido um procedimento baseado na participação contínua e dinâmica dos jovens em oficinas planejadas em função dos objetivos da pesquisa. O pesquisador seria um facilitador. Motivaria o grupo a participar das oficinas, conduzindo-as de tal maneira que deixasse os jovens à vontade para reagirem diante das questões apresentadas e estimularia a discussão dos resultados.

Assim, estabeleceu-se o vínculo com o Centro Comunitário Sem Fronteira, que apoiou as atividades associadas à pesquisa abrindo um espaço para pôr em prática as oficinas

participantes com um grupo de jovens ligados ao centro. Todo um processo de aproximação e conhecimento dos participantes fez-se necessário, gerando momentos iniciais de diálogo e integração.

Prevaleceram as oficinas que produziram material gráfico, por exemplo, aquelas dedicadas ao desenho e à escrita, individual ou grupal. Nelas os participantes tiveram momentos de recolhimento, de discussão grupal, de diálogo com o facilitador, de exposição dos produtos ao grupo. A esse tipo de oficinas somaram-se aquelas que se centraram na participação dinâmica em atividades reflexivas e de discussão, utilizando anotações em painéis.

Pequenos exercícios teatrais e de relaxamento também tiveram lugar. Mais que fornecer resultados explícitos, estimularam a integração com o grupo. Os resultados foram construídos através das observações partilhadas pelo grupo. Cada oficina teve a duração de aproximadamente duas horas semanais, o que, no decorrer dos três meses de pesquisa de campo, estabeleceu uma continuidade de trabalho. Reconhece-se que a intensidade do processo não abriu espaço para gerar um distanciamento suficiente para a autocrítica do facilitador, que teve de ser feita ao longo do tempo em Belford Roxo.

É possível que a maneira de condução das oficinas tenha influenciado os resultados obtidos. Minha própria inexperiência e a distância natural entre pesquisador e pesquisados revelaram-se uma dificuldade. Esta circunstância tentou ser manejada a fim de dar o tratamento certo tanto à metodologia quanto aos resultados. Estes foram interpretados em conjunto, visando obter uma perspectiva sensata e abrangente do espaço social desses jovens.

Os jovens e o pesquisador constituíram como um grupo de trabalho. Os jovens ultrapassaram o papel de simples informantes. A participação deles nas oficinas viabilizou o procedimento metodológico e promoveu atitudes de compromisso para com o próprio grupo e para com as atividades propostas.

6.2 Descrição do grupo de trabalho

Os jovens pertencem ao Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano da Secretaria Municipal de Assistência Social, e está vinculado à Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC). Coordenado por educadores, este programa é uma ação de assistência que combate a exclusão social, a violência e a eventual inserção na delinquência. Em funcionamento desde 1996, tem beneficiado 3.300 jovens na faixa etária de 15 a 17 anos.

O programa propõe uma alternativa de ocupação do tempo livre dos jovens em situações de risco e vulnerabilidade social. Estimula-se, principalmente, a sua permanência no sistema educacional, possibilitando experiências que os preparam para uma futura inserção no mundo de trabalho (Secretaria Municipal de Assistência Social, 2006). Nesse sentido, o programa é uma ação que busca diminuir a evasão do sistema escolar em jovens cujas condições familiares e sociais são desfavoráveis para o seu desenvolvimento.

O programa funciona em vários pólos dos municípios vinculados à ação da Secretaria Municipal. Eles dão assistência diariamente durante um ano a grupos de aproximadamente 25 jovens. Alguns deles são indicados pelos Conselhos Tutelares ou pelas autoridades escolares, que vêm no projeto possibilidades de apoio e de reeducação social. A Secretaria outorga a Bolsa Agente Jovem de R\$ 65,00/mês, condicionada à frequência assídua e à qualidade de

participação dos jovens. Eles são treinados para se converterem em agentes multiplicadores de informação, partilhando entre vizinhos, amigos e familiares os conhecimentos que têm aprendido sobre saúde, meio ambiente, educação e cultura. Os jovens exercem atividades em sua comunidade como parte de sua formação humana e social. O Programa propõe-se também a contribuir para a diminuição dos índices de violência, do uso de drogas e a promover educação sexual e afetiva dos jovens. Em suma, as iniciativas do programa estão direcionadas ao estímulo do desenvolvimento pessoal, social e comunitário.

A pesquisa desenvolveu-se em um dos pólos de Belford Roxo, cuja sede é o Centro Comunitário Sem Fronteira. O grupo contou com a presença de 17 jovens provenientes de diferentes bairros de Belford Roxo e pertencentes a uma faixa etária entre os 14 e os 18 anos.

As características dos seus vínculos familiares, as suas condições econômicas, suas personalidades e interesses definiram-no como um grupo heterogêneo. Porém, nada melhor do que deixá-los se apresentarem através dos resultados de uma das primeiras oficinas, na qual expõem a visão que têm deles mesmos (Figura 2) e do ser jovem (Ver Figura 3). A oficina se desenvolveu em torno a um mapa que localizou geograficamente Belford Roxo em relação à cidade do Rio de Janeiro e à região da Baixada Fluminense (Ver Anexo A). A idéia da oficina foi motivar os jovens a pensarem nas características que os definem e a que considerassem os aspectos semelhantes e diferentes em relação à juventude de outros lugares da Baixada Fluminense e da cidade do Rio de Janeiro. As definições que eles apresentaram foram complementadas por trechos de músicas que eles associaram com os aspectos da sua identidade.



FIGURA 2. Características autodefinitórias e trechos de músicas que os jovens relacionaram com elas.

Como complemento, os jovens definiram o que é ser jovem (Figura 3).



FIGURA 3. Algumas idéias do que significa ser jovem.

Também quis-se conhecer os desejos para o futuro. A continuação, a figura 4, expõe estes anseios.

QUANDO EU CRESCER, EU QUERO SER...

- **MÚSICO**
- **DANÇARINO**
- **TRABALHADOR**
- **SER UM HOMEM**

- **SER ALGUÉM NA VIDA**
- **SER ENGENHEIRO**
- **SER POLICIA**
- **SER UM PROFESSOR E TER UMA CASA EM NITERÓI**
- **TER TUDO O QUE DEUS REALMENTE DESEJA PARA MIM**
- **SER ALGUÉM IMPORTANTE**
- **EU QUERO SER MARINHEIRA**
- **EU QUERO SER VENDEDORA DE LOJA**

FIGURA 4. O futuro através do que querem ser.

6.3 Conhecendo as práticas de lazer do grupo

O grupo de jovens descreve o lazer como alegria, emoção, felicidade. Ele também é descanso, diversão, liberdade, descontração. Para eles, o lazer é um tipo de atividade que se associa a sentimentos prazerosos e satisfatórios. A Tabela 1 contém o inventário de suas atividades lúdicas, registradas em uma oficina. Tendo-as escrito em um painel, cada pessoa sublinhou as atividades que pratica e escolheu a sua preferida, explicando porque é a sua favorita (Ver Anexo B). A tabela também indica o número de jovens que pratica cada atividade.

TABELA 1. Inventário das atividades lúdicas dos jovens e preferências.

Lazer	Eu prefiro essa atividade porque...	N.
Andar de bicicleta		4
Andar por aí		2
Cinema	“Porque é bom sair, pegar um cineminha”.	4
Curtir baile	“Porque eu fico muito feliz”. “Porque eu gosto e fico muito crazy!!!”.	2
Dormir	“Nem sempre temos tempo de dormir o suficiente”.	7
Escutar música	“Porque é bom demais”. “Porque eu gosto de ficar em casa”.	7
Fazer esporte		4
Ir à cachoeira		4
Ir à Lan House	“Porque eu gosto de jogar”.	1
Ir à festa		4
Ir à piscina	“Porque eu gosto de dar saltos nela”.	6
Ir à praia		4
Ir ao parque, à praça		5
Ir ao sítio	“Porque é divertido”.	1
Jogar baralho		2
Jogar bola	“Porque distrai a mente”.	4
Jogar queimados		2
Jogar vídeo –game		3
Namorar	“Porque é bom e é legal”. “Porque é muito gostoso e me dá muito prazer”. “Porque é bom!!!”.	8
Navegar em Internet		4
Sair com os amigos	“Porque me divirto muito e este engloba outras coisas que eu gosto como namorar, cinema, praia, festas...”. “Gosto de sair com amigos verdadeiros porque é	7

	bom”. “Porque é a melhor distração”. “Porque com eles faço todas aquelas coisas que estão escritas no painel. Saio para cinema, festa, encontro eles na Internet. Não gosto de fazer nada sozinha!”.	
Ir ao shopping		2
Soltar pipa		1

As preferências são diversas. Namorar e sair com os amigos são considerados formas de lazer que entretêm, que são divertidas e satisfatórias. Entre a juventude em geral os vínculos afetivos são de uma importância indiscutível e formam um universo de socialização que valoriza fortemente a prática de lazer. Como constatado pelos dados da tabela anterior, namorar e sair com os amigos, formas lúdicas por si mesmas, envolvem e agenciam o exercício de outros tipos de lazer. Assim, os encontros com os amigos, vizinhos ou familiares englobam atividades como o jogo de bola, andar de bicicleta, ir ao cinema ou à praia. Alguns dos lazes como ir ao parque, à praça ou às festas têm justamente como intenção a vivência dos vínculos sociais, materializada através da interação e da diversão em grupo.

Os lazes individuais são igualmente valorizados. O descanso em casa, soltando pipa, dormindo ou escutando música, são momentos de um recolhimento prazeroso. Alguns dos lazes individuais não excluem a possibilidade de um encontro repentino ou a intenção de encontro. Por exemplo, andar de bicicleta pode transformar um passeio individual em uma oportunidade para ter companhia. Nesse sentido, as atividades lúdicas estão sujeitas à possibilidade de transfiguração, dependendo da disposição de espírito, das obrigações pessoais e do acaso. Inicialmente, os amigos podem reunir-se com a intenção de andar por aí, para

depois o encontro se transformar em um jogo de futebol ou de queimada, ou em um momento para namorar.

Cabe notar que a errância tem um lugar importante no lazer dos jovens. Andar de bicicleta é um lazer sem um destino concreto, que valoriza os passeios sem direção certa. Sair com os amigos para “*andar por aí*” é também um exemplo de vaguear pelas ruas de maneira descontraída. A errância abre espaço para o improviso, para as oportunidades: é provável que sair com os amigos tenha um começo incerto e tome uma forma determinada ao longo do encontro e dos percursos errantes.

As atividades que envolvem meios audiovisuais também foram indicadas: ir ao cinema, ir à Lan House, navegar na internet e jogar videogame. Podem ser grupais ou individuais e são sempre meios para a diversão, a distração e o estímulo à imaginação.

As atividades de lazer não se restringem aos espaços determinados. Certamente elas costumam acontecer nos arredores dos lugares mais freqüentados pelos jovens, por exemplo, na vizinhança, em casa, na praça do bairro, nos percursos comuns quando são liberados da escola ou do centro comunitário. Porém, existem deslocamentos maiores que objetivam realizar uma atividade lúdica. Entre esses estão ir à cachoeira, às piscinas comunitárias do Amapá ou de Ramos, à praia longínqua, ao sítio, aos bailes e festas em lugares nem sempre próximos de casa.

Além de escutar música em casa, os jovens assistem a grupos de funk em alguns bailes e bandas de rock que ocasionalmente se apresentam em palcos em Duque de Caxias, Nova Iguaçu ou São João de Meriti. Talvez seja esse o contato mais próximo com atividades

artísticas, pois se destaca a ausência de visitas a museus, teatros, bibliotecas, e a leitura não consta entre seus lazeres.

Embora as suas atividades lúdicas não sejam radicalmente diferentes das atividades de lazer de jovens em outros contextos urbanos -ou pertencentes a um status econômico mais favorecido- há um contraste significativo pelo fato de as atividades inventariadas não registrarem práticas vinculadas a instituições que estimulem o lazer. Há uma ausência marcante de animação cultural que motive a prática de atividades artísticas, esportivas ou de qualquer outro tipo. Reconhece-se que o lazer do grupo tem um caráter próprio, definido por toda uma série de aspectos sócio-culturais e subjetivos. No entanto, é possível sugerir que dita ausência influencia as características gerais do lazer do grupo e, em consequência, os conteúdos lúdicos.

Conhecer as atividades de lazer dos jovens tem como objetivo realizar um cruzamento com as noções de espaço e com os espaços nos quais elas têm lugar. Até o momento tem sido vislumbrado um panorama geral dos espaços físicos que os jovens provavelmente iriam ocupar em função das suas práticas de lazer. Porém, faz-se necessário abordar o espaço através do olhar dos jovens em uma leitura dos resultados que constantemente invocará o lúdico, tentando assim traçar uma linha em direção ao espaço social.

6.4 O espaço social como universo da prática e dos afetos

Compreender espaço dos jovens exigiu um conhecimento dos lugares com os quais eles estão familiarizados. Um dos objetivos de uma oficina foi inventariar os locais das atividades de lazer, também estimulando os jovens a escreverem sentimentos associados a eles. Embora o

exercício tenha sido proposto levando em conta exclusivamente os espaços lúdicos, no decorrer da oficina a escola foi se demonstrando como um lugar fortemente valorizado pelos jovens. Entre outras razões que explicam a importância da escola para eles está que, além dela ser um centro de educação formal, também representa um lugar de afeto e socialização. A Tabela 2 condensa os resultados.

TABELA 2. Inventário dos lugares das atividades de lazer.

PRAÇAS	ESCOLAS
▪ Wona: “<u>Conheci o Júlio Wona</u>”. “<u>Onde eu fico alegre</u>”. “<u>Lugar bom</u>” ▪ Praça do Galo: “Lugar bom” ▪ Santa Marta ▪ Glauber Lopes ▪ Invasão ▪ Parque Alfonso ▪ São Simão	▪ Várzea da Alegria: “<u>Amor e carinho</u>”. ▪ Aarão Steinbruch: “<u>Aprendi muito nesse colégio. Gosto muito de lá porque lá encontro meus amigos</u>”. ▪ Roberto Silveira “<u>Ela me dá esperança</u>”. ▪ Vinicius de Moraes ▪ E.E Jardim Ipê ▪ Parque Amorim
RUAS	CASA DE SHOWS
▪ Magnesita ▪ Boa Sorte ▪ Rua da Farmácia ▪ Érika Reis ▪ Juscelino Kubisheck ▪ Av. Presidente Kennnedy ▪ Avenida Brasil	▪ Quadra da Caneta “<u>Festa e música</u>”. ▪ Líbano-brasileiro “<u>Festa, alegria, amizade</u>”. “<u>Alegria e diversão</u>”. ▪ Magnesita “<u>Cantinho onde eu tive uma experiência boa</u>”.
ÁGUA	
▪ Cachoeira do Tinguá	▪ Gramachão

<u>“Diversão”</u>. ▪ Cachoeira de Pau Grande ▪ Piscina de Ramos ▪ Piscina do Amapá CINEMA BELFORD ROXO 5 CAMPOS FUTEBOL PARQUE DO LOTE IV LAN HOUSE CASA	<u>“Conheci o Falcio”</u>. ▪ Rio Sampa ▪ Tribunal do Chopp ▪ Boro ▪ Veneno da cobra ▪ Ponte do Ferreira ▪ Dito e feito ▪ Toca de Rato ▪ Pirâmide
---	--

Os dados apresentados localizam as atividades de lazer inventariadas na tabela 1 em lugares determinados. As ruas citadas são os cenários da errância, dos encontros, dos percursos, dos passeios. Destaca-se a quantidade de casas de show que os jovens freqüentam, constatando a importância da festa. Entre os espaços abertos estão as praças, os campos de futebol. De maneira geral, estes resultados reforçam a idéia de um lazer restrito às suas próprias iniciativas, sem relação alguma com ofertas institucionais de lazer.

A oficina “Eu amo um lugar...” desenvolveu-se a fim de complementar os resultados produzidos pelo inventário. Esta constou de um exercício de relaxamento. De olhos fechados, os jovens ouviram as palavras do facilitador que os convidava a sair às ruas, a percorrer as calçadas, a reconhecer os lugares familiares e empreender o caminho em direção a um lugar amado. Cada um deles escreveu o nome desse lugar e o apresentou ao grupo.

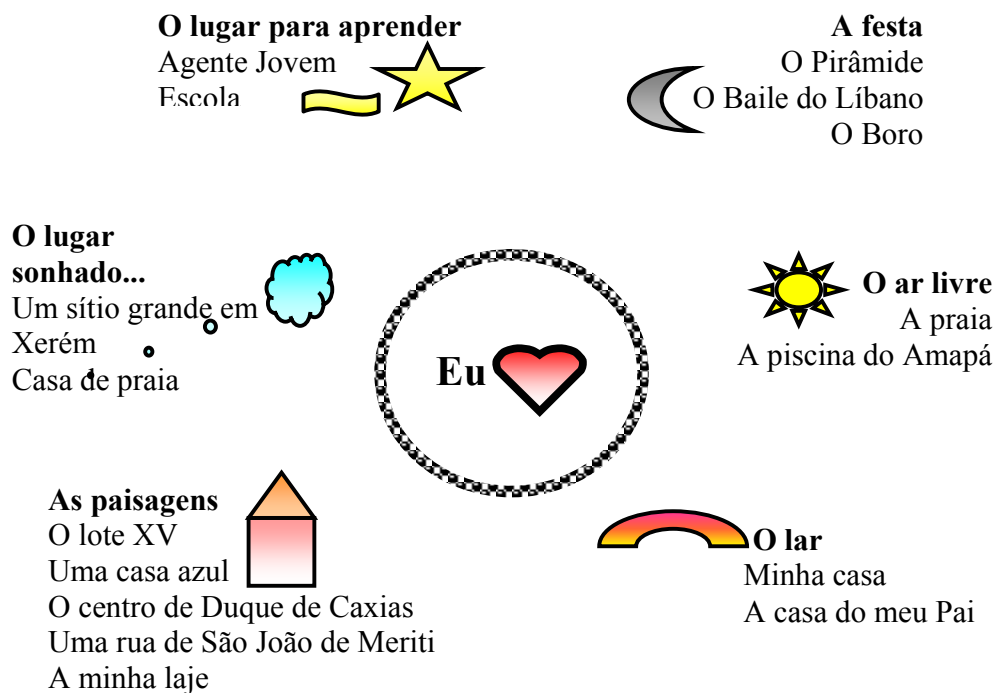


FIGURA 5. O lugar amado (Ver Anexo C).

Sem se limitarem a Belford Roxo, os jovens escolheram lugares em diversas localizações. No sonho e na vida real, eles circulam pela grande cidade, desafiando os confins da periferia. Atravessam as fronteiras transparentes da delimitação urbana, percorrem outras localidades, outros bairros, chegam ao mar. Alguns deles preferem ficar em casa, embora se tenha insistido na sugestão de percorrer as ruas. É uma opção que não deve ser subestimada: o lar é um espaço incondicionalmente amado e também lúdico. A escola e o programa Agente Jovem também foram escolhidos, reforçando a idéia de esses lugares representarem espaços afetivos, não só educacionais.

A diversidade de lugares tem como comum denominador o afeto. Certamente todas as preferências sustentam-se pela ligação simbólica e afetiva com o lugar e algumas estão complementarmente vinculadas à carga lúdica que os lugares possuem.

Um exemplo dessa integração entre carga lúdica e afetiva é “a minha laje”, lugar do lazer favorito de seu proprietário: soltar pipa. O valor dessa prática de lazer está associado à atmosfera criada nesse espaço: a laje que sobressai em meio às casas amontoadas é, segundo ele, um dos poucos lugares tranquilos e silenciosos, onde é possível relaxar, desfrutar da brincadeira e da paisagem formada pelos tetos, dos sons distantes, das antenas de televisão, do céu, do vento... Uma sensação de abertura que se revela necessária para ele, ao constatar que construiria um “mega-espaço” para se divertir (Ver Figura 15).

O Líbano-brasileiro é um dos lugares indicados. O Baile do Líbano foi descrito como “a festa, a alegria, a amizade” (Ver Tabela 2) por um jovem que tem como lazer preferido “curtir baile”. Tanto o Líbano quanto o Boro, o Pirâmide e todos os outros bares ou casas de shows mencionadas, são espaços de uma das diversões mais tipicamente juvenis. A festa é quase uma instituição para esse grupo social, definitiva não só pelo fato de ser o meio para a descontração carnavalesca, mas também porque é o lugar onde muitas vezes os encontros são vividos de forma alegre e emocionante. O Líbano-brasileiro tem uma atmosfera totalmente diferente da laje, mas uma igual integração entre lazer e espaço estimado.

Algumas escolhas são motivadas pelo aspecto estético dos lugares e certamente pelas evocações que isso desperta. Uma casa azul e uma rua em São João de Meriti foram indicadas como lugares “bonitos”. O lote XV em Belford Roxo e o centro de Duque de Caxias foram destacados pela sua aparência geral, as ruas pavimentadas, o comércio, a movimentação.

Dois lugares que chamam a atenção são um “sítio grande” em Xerém e uma casa de praia. Estes lugares são materialmente irreais, mas de alguma forma existem para dois jovens. A melhor prova disso é terem sido escolhidos como os lugares amados. Dificilmente se pode estabelecer com exatidão as razões da escolha, mas o exercício de relaxamento os levou a esses lugares ilusórios. A falta de opções é uma resposta sugestiva, porém insuficiente.

Havendo apresentado os lugares freqüentados, as atividades lúdicas e os afetos associados a eles, faz-se necessário avançar na compreensão das representações coletivas do espaço social. Tem-se constatado uma interação entre lazer e cargas simbólico-afetivas na determinação da importância dos lugares. Porém, existe toda uma elaboração representacional que veicula as maneiras de os jovens praticarem os espaços e desenvolverem sentimentos relacionados a eles. Ela está baseada em um universo de significados que os jovens atribuem ao seu espaço social.

Visando obter informações sobre as representações coletivas deste, planejou-se uma oficina direcionada à criação grupal de pequenos textos narrativos. Compôs-se uma lista de palavras que, de maneira geral, dizem respeito à cidade e seus objetos. Ela também incluiu adjetivos e alguns atos cotidianos, tomados a partir das atividades lúdicas indicadas na tabela 1.

Formaram-se grupos para redigir os textos. Seus integrantes escolheram aleatoriamente 5 palavras da lista, sem ter conhecimento de quais eram estas. Cada grupo recebeu adicionalmente 7 palavras que deveriam ser de uso obrigatório nos textos (Ver Tabela 3). A finalidade do exercício foi a de estimular expressões textuais sobre usos lúdicos -coletivos e

cotidianos- do espaço, os sentimentos associados a ele e as opiniões que os grupos têm ao seu respeito.

TABELA 3. Palavras para a criação dos textos.

Espaço	Cenário	Onde	Felizes	Nós	Amigos	Dia-a-dia
Liberdade	Música	Construções	Pessoas	Conhecido	Papo	
Urbano	Casas	Paisagem	Bola	Encontros	Maneiro	
Maravilhoso	Bairro	Cores	Futebol	Bicicleta	Estar	
Ruas	Asfalto	Curtir	Carros	Andar	Olhar	
Pipa	Vontade	Forma	Árvores	Ficar	Verde	
Palavras de uso obrigatório				Palavras não empregadas nos textos		

Serão apresentados aqueles textos que contribuíram com resultados significativos, pois nem todos os grupos responderam às expectativas da proposta. Sublinharam-se as palavras escolhidas por sorteio, as de uso obrigatório estão marcadas em negrito.

“Fico **feliz** quando me encontro com os **amigos** para andar de bicicleta em uma cidade urbana”.

Ao lhes perguntar o que significa “cidade urbana” para eles e o que ela expressa no seu texto, responderam: “o urbano é buraco, é sujeira”. O encontro com os amigos representa uma felicidade que cresce com a diversão do passeio em bicicleta. É uma felicidade que tem lugar nessa cidade “urbana”, cujas características os jovens parecem reprovar.

“**Onde nós amigos** iremos curtir a nossa liberdade **feliz** no **dia-a-dia** sem um **cenário** montado! Sem **espaço** para todos nós, chega de asfalto, o **espaço** conhecido por todos **nós**, chutando a bola, andando na linha, sem paredes ao nosso redor”.

Nesse texto aparecem alguns elementos sugestivos. O espaço tem uma conotação material, fala-se em espaços físicos, construídos. Tendo esse sentido em mente, o asfalto é invocado como uma presença que qualifica o espaço que habitam e o protesto exprime um certo inconformismo com as suas características. De alguma maneira, deseja-se natureza, cores.

O grupo diz-se portador de uma liberdade “feliz” -um sentimento próprio da juventude- que não pode ser plenamente realizada. Os jovens desejam divertir-se -“chutar a bola”- sem passar dos limites -“andar na linha”-, mas o espaço parece não ser suficientemente amplo para isso. Disso decorre uma outra conotação de espaço, mais abrangente que o significado físico. O espaço é estreito no mais forte sentido da palavra. As expressões “sem espaço para todos nós”, “sem paredes ao nosso redor” indicam por um lado a falta de extensão, de grandeza física reclamada para os momentos do jogo e da diversão que têm de acontecer entre a disposição amontoadas das construções de Belford Roxo. Por outro, parecem evocar uma espécie de espaço mental para a liberdade de espírito, um desejo imanente nos jovens.

“O menino brincalhão”

“O **dia-a-dia** do menino brincalhão é brincar com seus **amigos** nas ruas, jogando futebol, onde o **espaço** é pequeno, é também muito maravilhoso. Ao lado estão as construções, onde há muitas casas, **cenário**. Onde estava um carro tocando música e eles ficaram muito tristes porque a música só fala de morte e tinha muitos tiros nela”.

Este texto é especialmente descritivo do espaço físico. Muitas casas povoam a rua, sempre rodeando-a. As construções formam em conjunto uma paisagem cuja estreiteza é percebida: “o espaço é pequeno”. Há uma carga afetiva e lúdica que faz desse “espaço

pequeno” um espaço prezado, maravilhoso. Percebe-se também um movimento entre opostos para descrever o espaço: a rua é simultaneamente o espaço da brincadeira e da violência, da alegria e da tristeza.

“Encontros **onde nós amigos** saímos para bater papo. **Nós amigos** temos encontros maneiros no **dia-a-dia**. As pessoas felizes saem para passear, para curtir a paisagem, apreciar a vida moderna, apreciar o **cenário** da mãe natureza, as cores do arco-íris. As pessoas batem papo, para estar por dentro das notícias, estar à par de tudo. Um papo entre **amigos** ajuda a se relacionar, mas um perdão pode ajudar qualquer pessoa, pode se identificar e também classificar o bonzinho e o malvado”.

Selecionou-se esse texto pela ênfase que atribui aos encontros entre amigos, à comunicação e aos vínculos. Nas entrelinhas, inúmeras interpretações, além da atividade comunicativa, poderiam ser destacadas, mas para apurá-las precisa-se de um outro tipo de análise que ultrapasse a leitura do texto.

A seguinte figura apresenta os significados do espaço obtidos através de uma pergunta direta ao jovens: o que é o espaço?



FIGURA 6. Definições de ESPAÇO dadas pelos jovens.

Em um primeiro momento da leitura nota-se que o espaço forma um campo triangular que faz referência a objetos, volumes e localizações físicas. Ele é definido como estruturas materiais, indistintamente construídas ou não. Um pedaço de terra, um habitat e um território funcionam como analogias de terrenos, casas, ruas.

Posteriormente constata-se que a subjetividade tem lugar no espaço: ele é individualidade e liberdade. Para os jovens, o espaço é uma liberdade existencial, tanto expressão mental quanto liberdade de movimento. A liberdade e a individualidade sugerem um espaço que caracteriza a própria existência do ser, representando em um percurso flexível movimentos entre a privacidade do ser, a abertura à ação, a possibilidade de ser e de fazer. O tempo possibilita esses movimentos, entrando a fazer parte da definição do espaço.

O espaço também é definido através de sua ausência. Esta pode hipoteticamente denunciar alguns aspectos, como a falta de amplitude física das construções, a pequenez dos terrenos, a alta densidade da ocupação. Dita ausência também remete à idéia de liberdade, pois parece reclamar um espaço que seja liberdade do espírito, de ser e de fazer, evocando a forte necessidade de os jovens encontrarem e se apropriarem do seu lugar no mundo.

A amalgama de conceitos que definem o espaço complementa-se pelas características com que os jovens o descreveram:



FIGURA 7. Algumas características do espaço dos jovens.

O espaço dos jovens é da cor do asfalto, da ausência de jardins, de árvores, de parques: cinza. Ele também é “chato” e complementam imediatamente: “não tem muita opção”, “não tem nada para fazer”. Os jovens estão sempre procurando opções de diversão e de aventura e o

seu espaço parece não lhes oferecer suficientes lugares para a realização desse ímpeto e curiosidade.

Apesar disso, o espaço “é legal, grande, divertido, maneiro”. A leitura da Figura 7 condensa um espaço caracterizado pelo encontro de opostos que se sobrepõem e fusionam, de polaridades tão ambíguas que passam do absoluto ao relativo sem prévio aviso. Por vezes o espaço é estreito, por outras cresce livremente e estende-se até achar a grandeza física. Tem a invisibilidade da ausência diante dos olhos que procuram amplidão de espírito e de movimento. É cinza em alguns momentos, em outros adquire a cor da liberdade existencial. É individualidade momentânea e eterna. É tão “maneiro” quanto a diversão e os amigos que ele abriga, é tão “chato” quanto o asfalto inerte ou quanto um pedaço de terra vazio.

Algumas das respostas ante a pergunta “porque o seu espaço é maravilhoso?” condensam a abrangência de conotações do espaço, assim como as ambigüidades por ele representadas.

“Não diria maravilhoso, mas essencial. No meu espaço há várias concentrações de coisas importantes para mim, porque em cada ponto há uma história. Minha casa, meu colégio e este lugar onde estou com os agentes...”.

“Maravilhoso eu não acho, mas é um espaço maneiro de viver”.

“O meu espaço maravilhoso é quando estou na piscina e na quadrilha”.

“Olha, o que eu acho de mais maravilhoso sou eu e meus amigos”.

“Não é maravilhoso, mas é maneiro de viver”.

O espaço adquire a tonalidade positiva do adjetivo “maravilhoso” através das vivências que nele têm lugar, dos amigos que nele se encontram, da carga lúdica e afetiva que alguns

lugares possuem. De uma forma, as respostas parecem sugerir que o ambiente construído não é uma entidade absoluta para a definição do conceito de espaço. Este, enquanto paisagem, estrutura e volumes físicos, não é considerado maravilhoso; eles são simplesmente parcialidades de um conjunto que começa a ser vislumbrado. São as experiências, os conjuntos de atos -lúdicos ou não- e os vínculos sociais que a materialidade abriga, os elementos que complementam o conjunto do espaço social; elas lhe imprimem a marca do maravilhoso. Assim, é possível indicar que o percurso da Figura 7, lida no sentido das agulhas do relógio, traça-se através de toda uma série de referências que vão desde o ambiente construído até a experiência vivida. Elas atravessam a definição do espaço como materialidade e liberdade existencial, todas duas agentes das experiências dos jovens. Por outro lado, solicitou-se aos que jovens complementassem a frase “É uma pena que o meu espaço seja...”. Estas são algumas das respostas:

“Um lugar com toda essa imundície, esse abandono, essa favelada, essa violência, essa perdição, esse descaso!!!”.

“Um lugar esquecido no mapa”.

“Violento e abandonado”.

“Belford Roxo é um lugar muito chato porque não tem nada para fazer!! T.C.P”.

“Tão chato e feio”.

“Um lugar chato, feio, sem graça, sem nenhum lugar para se divertir com dignidade”.

O espaço é retratado através da reprovação das suas formas estéticas, das difíceis condições sociais, da pobreza, da ausência de opções de diversão. Em suma, elas parecem condensar todas aquelas características negativas do espaço social que os jovens expressaram

de maneira menos explícita nos anteriores exercícios. Esse é o caso dos textos narrativos que redigiram a partir das palavras sorteadas. A violência, a estreiteza da organização das construções, a primazia do asfalto foram mencionadas, mas não do modo reivindicativo como nas frases acima apresentadas. O que isso sugere é que as representações que os jovens têm do seu espaço social certamente não estão polarizadas em uma ou outra conotação do espaço. Elucidativamente, este aparece sempre como *espaço social*, a despeito dele estar desprovido do “social” na linguagem cotidiana. Os resultados das oficinas apontam para um espaço que inclui todo um universo de socialização, de individualização, de grupos, de afetos, de materialidades, de símbolos lúdicos. Sejam quais forem seus aspectos negativos ou positivos, todos fazem parte do espaço social.

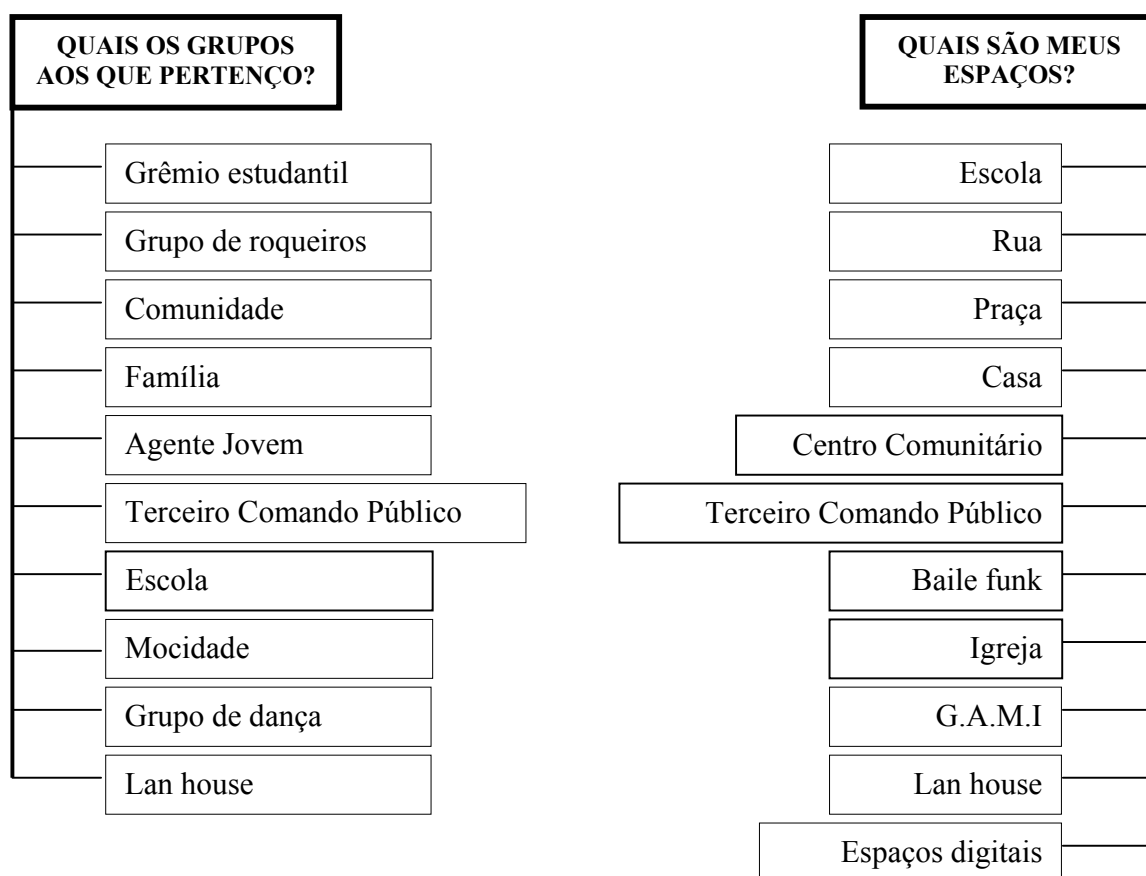


Figura 8. Grupos e espaços aos que os jovens pertencem.

Cada um dos jovens escreveu três espaços que ele considera seus, e em outra atividade lhes foi solicitado que escrevessem os grupos aos que pertencem. A figura 8 é um inventário de todos os grupos e espaços mencionados; o propósito de apresentá-los é destacar algumas questões que surgem de sua leitura conjunta.

Primeiro, é possível indicar que alguns dos grupos têm ou fazem referência direta a um local determinado. Nesse sentido, o espaço aparece como a estrutura material que abriga o grupo. A mocidade remete à igreja, o agente jovem ao centro comunitário, a família à casa, o grêmio estudantil à escola. Contudo, isso não significa que a noção de espaço tenha sido exclusivamente empregada para fazer explícita uma localização física ou uma construção. De fato, todos são espaços praticados e vivenciados, o que faz que alguns deles sejam explicitamente homólogos aos grupos. O jovem se identifica com o grupo da Lan house e um dos seus espaços é precisamente a Lan house, o mesmo acontece com a escola e com o Terceiro Comando Público.

Isto sugere que a linha que separa o espaço do grupo é difusa. As duas noções estão atravessadas pela experientiação, de forma tal que o grupo ao qual *pertencemos* é também percebido como o *nosso* espaço. Assim, a rua é um espaço físico que remete à comunidade em quanto grupo social. Grupos e espaços físicos parecem formar toda uma entidade complexa de coisas físicas, pertencas e afetos, sem referências discretas ou estritamente unidirecionais.

Os grupos de pertença estreitam os laços com os espaços de ocupação, formando o espaço social. Isso aponta para o fato das representações do espaço social estenderem-se até integrarem um conjunto que abrange decididamente o objeto, a localização, a construção, a prática social, as pessoas e as histórias de vida em um único conceito.

6.5 O espaço social desejado: amplidão, natureza, lazer

Para finalizar, apresenta-se uma série de figuras realizadas pelos jovens em uma oficina que teve como propósito conhecer quais e como eram os espaços desejados. Entregou-se aos jovens uma folha de papel em branco. Essa folha, foi-lhes dito, era um *espaço*. Eles teriam de decidir o que fariam com ele.



Figura 9. A cidade mais limpa

“Desse espaço, eu faria da cidade onde eu moro a cidade mais perfeita com ruas e calçadas limpas, fora de sujeira”.



Figura 10. Um parque



Figura 11. Uma igreja

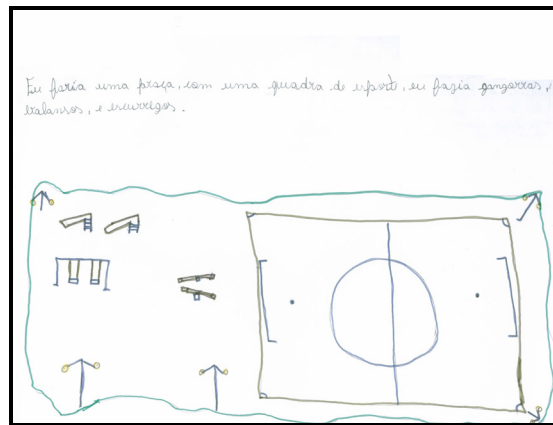


Figura 12. Uma praça para brincar

“Eu faria uma praça, com uma quadra de esporte, eu faria gangorras, balanços e escorregas”.

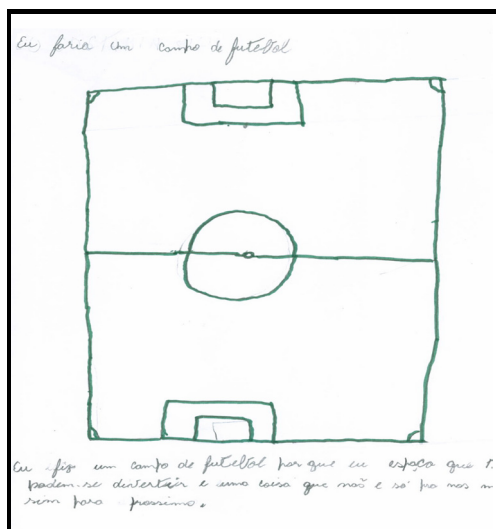


Figura 13. O campo de futebol

“Eu faria um campo de futebol. Eu fiz um campo de futebol porque é um espaço que todos podem-se divertir e uma coisa que não é só para nós mas sim para o próximo”.



Figura 14. Um jardim

“Eu escolho o jardim porque tem muitas coisas legais, porque tem plantas e terras e terras e é muito bom para mim”.



Figura 15. Um megaespaço

No verso da página: “Eu construiria um megaespaço para treinar capoeira: o chão liso, o teto coberto, com aparelho para malhar, saco de areia para chutar e muitos aparelhos de proteção para ninguém se machucar”.



Figura 16. As cores do espaço

“O trabalho que eu fiz mostra as cores no meu espaço, as cores indicam a alegria”.

Os espaços que os jovens construíram nos desenhos são tão diversos quanto expressivos dos seus desejos. Espaços para o lazer como o parque, o campo de futebol, a praça para brincar e o espaço para o treinamento da capoeira revelam a nostalgia por lugares que permitam a descontração e a diversão. Apesar de os jovens terem mencionado inúmeros locais de prática de lazer, o contexto em que habitam parece estar marcado pela ausência de espaços apropriados para o pleno desenvolvimento de seus interesses no tempo livre, de outra forma, não teriam expressado essa falta através do desenho.

De igual maneira, os espaços ilustrados são indiscutivelmente coloridos, cheios de vida, alegres, tanto quanto o revela a Figura 16. A cor cinza é substituída pelo azul do céu, do verdor das muitas árvores. Os espaços querem ser amplos, extensos -“terras e terras”, “um megaespaço para treinar”- limpos e equipados adequadamente.

Assim finaliza-se a exposição dos resultados. Espera-se ter fornecido um panorama da formação do espaço social lido através das representações de um grupo de jovens e suas atividades de lazer. A idéia é prosseguir com uma discussão que conjugue o resultado geral da interpretação dos produtos das oficinas com toda uma série de pontos formulados sobre a importância das representações do espaço que materializam-se no mundo real e chegam a construir espaços sociais como o dos jovens em Belford Roxo.

CONCLUSÕES

O tripé formado pelo lazer, o espaço social e as representações, faz com que as considerações do presente trabalho possam ser articuladas e estendidas em uma discussão panorâmica. A primeira questão a ser abordada diz respeito à forma como se construiu o conceito de espaço social. A geografia estruturalista consagrou uma imagem do espaço social que dava maior crédito às funções econômicas, as quais foram vistas como os aspectos primordiais na criação e modelagem das formas espaciais, que imóveis, serviriam-lhes de suporte. Assim, o espaço social foi reduzido a um conjunto de objetos a ser analisado especularmente com relação à estrutura econômica, onde as funções espaciais espelhavam as funções econômicas.

As insuficiências conceituais dessa abordagem permaneceram, em princípio, ocultas em razão toda uma série de idéias das quais a geografia e a sociologia do espaço foram tributárias. Formou-se, assim, uma tradição estruturalista de interpretação espacial, que foi amplamente acolhida entre os teóricos do espaço. Ela afirmava ser inquestionável o papel dos processos econômicos na criação do espaço social. Seguindo religiosamente os princípios da imaginação histórica, o estruturalismo espacial proclamou um espaço que, embora fosse um mero suporte estrutural, estava sujeito às possibilidades de mudança. Imóvel e fixo, ele não detinha, pelo menos conceitualmente, um caráter performativo. A mudança provinha fundamentalmente da ação, ao longo do tempo, de processos econômicos diferenciados. O tempo e a economia

submetiam o espaço à passagem da história e à ação do capital, de maneira que as geometrias construídas eram criadas e modeladas em função do percurso temporal e da acumulação e circulação de capital.

Essa interpretação, mais temporal do que espacial, abalou-se à medida que a teoria do espaço abriu-se aos conceitos de multiplicidade e diferença e abraçou o tempo de maneira alternativa, não mais como um fato dominante, mas como uma categoria, que também múltipla e diferencial, devia ser articulada no seio do conceito do espaço social. Repensando a imaginação histórica, atribuiu-se maior atenção ao papel que a cultura popular -ainda inserida na história e influenciada pelos processos econômicos-, poderia ter na (re)criação e (re)produção do espaço social.

A multiplicidade do espaço social é um aspecto evidente nos dados coletados em Belford Roxo. Para os jovens, o espaço não é uma categoria única e fechada. O seu discurso sugere que o espaço é um campo múltiplo de definições, coerente, embora multifacetado. Ele abrange a materialidade - volumes e localizações físicas -, constatada nas expressões “um pedaço de terra”, “território” e “habitat”. Esse triângulo de elementos sólidos e fixos é complementado com a “liberdade” e a “individualidade”, sentimentos que dão ao espaço uma conotação subjetiva. Assim, ele vem a ser o *espaço* da existência que, ao mesmo tempo subjetivo e objetivo, é o espaço do *ser* e o espaço para *fazer*.

Na medida em que o tempo também entra na sua representação, é possível sugerir que no espaço dos jovens conjugam-se tempos/espacos de liberdade e de individualidade. A conjugação é expressa em espacos concretos e em tempos sociais particulares, por exemplo, o tempo livre, no que espaço abre-se à expressão pessoal através da prática social –individual ou

coletiva- em locais determinados. Mas tal conjugação só faz sentido ao considerar que o espaço, para eles, tem uma carga implícita de sentimentos e de tempos subjetivos: há espaços/tempos de recolhimento individual e espaços/tempos de liberdade. Da associação de espaços subjetivos e objetivos desprende-se o fato de que o espaço seja eventualmente apontado como uma ausência. Os jovens também sentem que não há suficientes espaços para ser e para fazer. Se por um lado há uma necessidade de espaço físico, de amplidão, de locais para desenvolverem as suas atividades, há, complementarmente, uma necessidade de espaço mental que permita a livre expressão do ser.

Descobrir como o grupo representa o seu espaço social requereu, igualmente, conhecer a história desse espaço particular, Belford Roxo. Tendo esse objetivo em mente, decidiu-se abordar a história como um aspecto que viria a complementar a representação. Pressupondo que haveria algum tipo de relação entre a história espacial e a experiencição cotidiana do espaço, optou-se por confrontar na análise dos dados o espaço objetivo e histórico com a representação que o grupo faz do seu espaço social.

Os resultados obtidos confirmaram que as características do espaço social dado historicamente estão articuladas às idéias que os jovens possuem sobre ele. Nessa articulação há uma espacialização, embora sutil, da narrativa histórica da Baixada Fluminense. Vale notar que de nada valeria a história se ela fosse apagada no presente: as representações e as práticas anteriores marcam o conteúdo social e produzem formas espaciais a serem vividas no presente. Dessa maneira, a representação atual do espaço social, como uma elaboração simbólica do real, assimila o passado histórico e o inclui no seu discurso.

Assim, as representações do espaço social dos jovens não estão livres daquilo revelado pela história sócio-espacial da Baixada Fluminense. Pretender que algumas de suas impressões não possuem algum tipo de relação com a história da área é negligenciar a força da imaginação histórica na formação de representações espaciais no presente. Qualificando o seu espaço atual como “esquecido do mapa”, “violento e abandonado” e “feio e sem graça”, os jovens não só fazem referência às características da região: nessas expressões há uma carga oculta proveniente da história de urbanização e do fenômeno urbano. Nessa medida, elas são plausíveis de serem interpretadas como uma espacialização da narrativa histórica. Isso não quer dizer que ao serem empregadas pelos jovens, eles estejam inteiramente cientes das condições históricas do espaço social e as utilizem pensando-as como produtos históricos. As expressões fazem parte de um discurso espacial que, através das percepções do espaço cotidiano e presente, revelam a história, aparentemente oculta, da construção desse espaço.

A partir do vínculo entre a materialidade factual e o espaço subjetivo, nascem os espaços de ação, nesta pesquisa caracterizados pelo lazer. O lazer dos jovens é diverso e conseqüentemente, os espaços de ação são diversos também. Entre as práticas de lazer, individuais e coletivas, estão escutar música, andar de bicicleta, ir à piscina, ir aos bailes, sair com os amigos, perambular pelas ruas. O aspecto a destacar é que na medida em que as práticas de lazer dos jovens possuem uma enorme carga afetiva e a maioria das vezes envolvem vínculos sociais, os espaços onde elas têm lugar acabam sendo locais profundamente valorados pelos jovens. Assim, as casas de shows, a rua, os campos de futebol e as praças, entre outros, são locais de uma grande importância afetiva. As práticas de lazer que neles têm lugar não são estritamente condicionadas pela finalidade objetiva do espaço.

Através do lazer os jovens produzem novos espaços sociais, cujas formas têm as funções da errância, do perambular, da diversão, dos encontros e dos laços sociais.

Assim, a forma espacial –o factual - está sujeita às invenções cotidianas, que através do ser, do sentir, do pensar e do fazer, recriam o espaço inerte e lhe dão uma potencialidade proveniente da abertura, do movimento e do significado. Nesse sentido, o lazer como liberdade, como alegria individual e como comunicação, define o espaço social dos jovens a partir desses sentimentos. Até então exterior e objetivo, ele adquire um caráter subjetivo, interior e intangível, transformando-se no lugar das possibilidades, das intenções, dos sentimentos e das ações. O lazer é uma prática definitiva para a transformação da factualidade em potencialidade, pois ele tem a qualidade de possibilitar a re-produção cotidiana do espaço social através de práticas que valorizam o movimento, a invenção e a criatividade.

As práticas de lazer do grupo criam espaços de ação e através delas os jovens ganham movimento em um espaço explicitamente estreito, encontram algum tipo de liberdade existencial, re-fabricando, assim, as formas factuais. É dessa maneira como o espaço “cinza”, que “não tem muita opção” e é “chato”, transforma-se em “legal, maneiro e divertido”. Há ali, em princípio, um movimento entre pólos contrários do espaço social, embora nenhum deles seja o seu equivalente absoluto. O que de fato acontece é que as características do espaço são reinventadas através do universo existencial dos jovens, no que o lazer, os vínculos sociais, os afetos e os sentimentos de liberdade são elementos de base.

A refabricação que os jovens fazem do espaço evidencia-se, por um lado, pelas formas com as que empregam diferencialmente um espaço que por ação ou omissão não foi planejado consistentemente, pensando na vida social que ali teria lugar. Exemplo disso são as ruas, que

não são exclusivamente para o trânsito e o comércio. Elas são o lugar por excelência da errância, dos jogos de futebol, dos encontros, da diversão. Outra forma de refabricação é revelada ao constatar que os jovens marcam o espaço social com os vínculos afetivos. A associação entre espaço físico e grupos chega a construir espaços absolutamente análogos aos grupos e aos laços sociais. Dessa maneira, o lazer e a afetividade são cruciais tanto na reinvenção quanto na consolidação de uma representação de aprovação do espaço social.

Nesse sentido, é possível sugerir que as práticas de lazer são táticas de reinvenção do espaço social e são expressas em espaços de sentimentos e de ação. Desse ponto deriva-se o fato dele ser o terreno onde as estratégias e as táticas se confrontam, pois é o lugar onde diversos universos de representação e prática se encontram. Dito encontro torna o espaço social a arena de negociação das suas representações, por vezes recapitulando-as através da espacialização de narrativas históricas que não oferecem mais nada de novo do que o eterno desconforto perante as ações estratégicas e as omissões do planejamento urbano. Por outras, a reinvenção do espaço factual através do lazer cria narrativas alternativas a partir daquelas pré-existentes. É assim como se forma uma narrativa particular do espaço social dos jovens. Ela tem a força do presente e da inventividade. Abrangendo a espacialização da narrativa histórica e as características negativas do espaço, inclui também as representações que, derivadas da prática de lazer, parecem aprovar as qualidades do espaço social.

Em meio à constante tensão entre a recapitulação e a reinvenção, há, mais importante ainda, uma negociação de representações. Ela, no meio do vaivém de táticas que confrontam as imposições estruturais, tenta despojá-las de qualquer vestígio de dominação, não sendo sempre um empreendimento vitorioso. Dita negociação faz com que representações trafeguem

entre o lado operatório e instrumental do espaço, que serve aos processos de dominação, e o conteúdo ligado ao lado clandestino da vida social, que resiste às estratégias do poder. Dessa maneira, as representações do espaço social dos jovens refletem a aparente contradição entre a produção espacial que de uma forma ou de outra articula modelos sistêmicos e produtivos, e a produção do espaço no seio da sua experiência social e lúdica.

As representações dos jovens partilham a reprovação e a aprovação das características do espaço social, sem por isso deixarem de ser uma reconstrução do mundo concreto. Diferenciais ou repetitivas, elas formam uma totalidade em tensão e em permanente negociação. Um exemplo disso é a linha difusa que separa os contrários: o espaço é “chato”, mas é “divertido” e “maneiro”; ele “não existe” e ao mesmo tempo é “grande”. Essas contradições não vêm exatamente das formas racionais do espaço social, mas dos seus conteúdos práticos e sociais.

O lazer, como um desses conteúdos, agencia diferencialmente modos de representação e de apropriação que se relacionam com essa totalidade ambígua. Ele tem um papel fundamental na formação de representações que trafegam entre aspectos opostos do espaço social. Os jovens sentem que não há “nenhum lugar para se divertir com dignidade”, ao passo que, tendo um número razoável de práticas de lazer, há espaços “maneiros de viver” como a quadrilha, a rua, a piscina, os amigos. O anterior sugere que o espaço social é um complexo de vínculos, de relacionamentos efetivos e de representações ambíguas que estão sendo permanentemente negociados. Nessa totalidade, as ações, os afetos, os sentimentos e as idéias conjugam-se entre si, formando um conjunto sócio-espacial coerente mas ambíguo e que detém uma relação performativa e em permanente mudança com as formas materiais.

Perante um espaço social que quer ser racional em função do saber e das estratégias provenientes do seu planejamento e organização, é possível dizer que elas têm só uma autonomia relativa, pois a realidade da organização técnica não é suficiente para a produção social do espaço. Como conjunto formado pela projeção das relações produtivas, das representações do planejamento e das ações estratégicas, o espaço social é uma abstração concreta e incompleta, que ignora a vitalidade contida na prática sócio-espacial cotidiana. A cidade, como uma geometria de poder, não exprime um único sistema de representações, mas vários e em diversos níveis.

Os resultados coletados em Belford Roxo apontam para uma decodificação do espaço construído, que múltipla e contraditória, reflete as características da cultura popular. Análogo a ela, o espaço social dos jovens não é um, nem autônomo ou livre das relações de poder. Ao contrário, há múltiplos processos, que complexos e convergentes no tempo, o constituem como uma heterogeneidade. O espaço social dos jovens é um laboratório de relacionamentos entre os mais diversos setores da sua vida social. Existe como formas construídas, ruas, campos, praças, etc.; existe também como subjetividades, tempos e vínculos sociais.

Não seria possível finalizar este percurso e descoberta sem fazer referência ao espaço social como o espaço do sonho, da ilusão e da fantasia. A materialidade mística não é uma realização de todos, pois não são todos os afortunados. Entre os jovens há um desejo de injetar cor à paisagem cinza, de ampliá-la até conseguir fugir da estreiteza, de limpá-la e construir ali praças, quadras, igrejas, jardins, parques e campos. A partir de um espaço concebido por eles como “terra, habitat, individualidade, liberdade, tempo e ausência”, decidiram criar, numa

folha em branco, tudo aquilo que efetivamente lhes dá terra, habitat, individualidade, liberdade, tempo e presença.

O importante do conjunto de reflexões suscitadas pela experiência em Belford Roxo é que ele aponta em direção às potencialidades de uma verdadeira articulação política entre o planejamento urbano e as ações públicas orientadas à animação cultural e à oferta de lazer. Se existem táticas de representação e apropriação do espaço urbano não é simplesmente pelo fato dos jovens serem um exemplo a mais da cultura e do viver popular. Entre eles há uma necessidade de se representar aprobativamente o lugar que habitam e o praticam através de formas universais de lazer jovem. Do contrário, estariam criando profundos desarraigues.

De alguma maneira, os aspectos generalizados do lazer: a sua inventividade, criatividade e alegria, proporcionam-lhes o mecanismo para a apropriação de um lugar sujeito a difíceis condições econômicas e sociais. Mas, o inventário dos espaços onde acontece a sua prática denuncia a ausência de outras possibilidades e escolhas. Embora não estejam confinados à periferia do Rio de Janeiro, como o evidencia o seu movimento pela grande cidade, nem estejam absolutamente submetidos às contingências determinadas pelas carências, há sim amplas restrições com relação ao acesso à atividades artísticas, esportivas e informativas.

Há que discutir a temática do espaço e do lazer através das idéias da pedagogia para a vida ou como outros preferem chamá-la, a educação permanente. O sistema educacional como totalidade, seja dentro do Agente Jovem ou dentro da escola formal deve oferecer possibilidades de educação técnica, artística ou esportiva. Uma escola desligada do mundo de trabalho e da importância do desenvolvimento das potencialidades humanas reduz a educação a uma mera ferramenta de ocupação dos tempos sociais. Deve, assim, haver uma coerência de

investimentos e estratégias políticas entre a educação formal, o mundo de trabalho e o universo cultural, sendo que a educação para a vida deve ser a base de dita coerência.

Por outro lado, os jovens devem ser considerados como verdadeiros participantes do processo de formulação de políticas para a educação e para o espaço social. Eles devem participar da seleção dos conteúdos educacionais alternativos da escola e das prioridades espaciais para a revitalização do tecido urbano. Uma participação articulada com educação faz da democracia uma verdadeira revolução cultural, na qual os participantes são os principais atores das escolhas e das ações de mudança. Uma verdadeira política da juventude deveria considerar o espaço social como uma articulação entre lazer, educação e espaços saudáveis.

Ocupar o tempo livre dos jovens é um ganho perante o tempo de risco, mas é um fato imediatamente contrabalançado pela diminuição do tempo de gozo, de encontro, de vida social. É uma contradição que se paralisa perante as potencialidades do homem e do ser jovem, e negligencia a busca de alternativas consistentes perante a desvalorização dos espaços sociais. É um esforço que se cega perante múltiplos alvos e investe, embora de maneira não totalmente errônea, nas folhas da árvore esquecendo a qualidade da terra e o sol e a água que ela precisa. Em vez de consolidar uma política pública que defenda a ocupação perpétua, seria mais proveitoso investir em animação cultural, em centros de lazer, em ruas limpas e com árvores, na revitalização do conteúdo humano. A verbo prioritário do Programa Agente Jovem não deveria ser ocupar, mas ensinar a *fazer*, ensinar a *ser*, a *ter* tempo livre saudável e desenhar fórmulas abrangentes sobre onde ter tempo livre.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- ABRAMO, H. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: Abramo, H.; Branco, P.P. *Retratos da juventude Brasileira*. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005.
- ALTHUSSER, L. *Ideología y aparatos ideológicos del Estado*. Medellín: Oveja Negra, 1974.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 16. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIN, A. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CARLOS, A.A. *Espaço – tempo na metrópole. A fragmentação na vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTELLS, M. *The city and the grassroots*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- _____. *The urban question*. Cambridge: MIT Press, 1977.
- CERTEAU, M. *A cultural no plural*. Papirus: São Paulo, 1995.
- _____. *A invenção do cotidiano*. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- D'AVILA, M.I. La participation ambiguë. In: *Courrier de la planète*. n. 74, p. 41 - 43. Paris, 2005.

DE LA DURANTAYE, M. Évolution culturelle, vie quotidienne et temps libre. In : Provonost, G.; Attias-Donfut, C.; Samuel, N (Org). *Temps libre et modernité*. Mélanges en l'honneur de Joffre Dumazedier. Paris: L'Harmattan, 1993.

DE MASI, D. (Org). *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: GMT Editores, 2001.

DUMAZEDIER, J. *Loisir et culture*. Paris: Éditions du Seuil, 1966.

_____. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *Société éducative et pouvoir culturel*. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

_____. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *Révolution culturelle du temps libre*. 1968 – 1988. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.

ELIAS, N.; DUNNING, E. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FRANCH, M. Vai ter festa hoje? Um estudo sobre comemorações de final de semana entre jovens da periferia da cidade do Recife (PE). *Praia Vermelha*. Estudos de Política e Teoria Social. n. 7, p. 102-121. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.

GRAHAM, S.; HEALEY, P. Relational concepts of space and place: Issues for planning theory and practice. *European planning studies*. v. 5,n.7, p. 623-647. 1999.

GREGORY, D. Teoria social e geografia humana. In: Gregory, D.; Martin, R.; Smith, G. *Geografia Humana*. Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2002.

HALBWACHS, M. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

HALL, S. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2003.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *Condição pós-moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. Ed. São Paulo: Loyola, 1989

_____. *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

HUTCHINSON, L. *Poética do pós-modernismo*. História. Teoria. Ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JAMESON, F. *Pós-modernismo*. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2004.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: Guareschi, P.; Jovchelovitch, S. (Org). *Textos em representações sociais*. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

KATZ, A. Disintegrating developments. Global economic restructuring and the eroding of ecologies of youth. In: Skelton, T.; Valentine, G. *Cool places. Geographies of youth cultures*. Londres: Routledge, 1998.

LAFARGUE, P. (1880). O direito ao ócio. In: De Masi, D. (Org). *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: GMT Editores, 2001.

LAGO, L.C. *Desigualdades e segregação na metrópole*: o Rio de Janeiro em tempo de crise. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

LAMAS, J. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. São Paulo: Fundação Caloste Gulbenkian, 2005.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace social*. Paris: Anthropos, 1974.

_____. *La présence et l'absence*. Contribution à la théorie des représentations. Tournai : Casterman, 1980.

_____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2004.

LEITE, C. B. *O século de lazer*. São Paulo: LTR, 1995.

LEÓN VEGA, E. El tiempo y el espacio en las teorías modernas sobre la cotidianidad. In: Lindón, A. (Org). *La vida cotidiana y su espacio-temporalidad*. Barcelona: Anthropos, 2000. p. 45 – 76.

MAFFESOLI, M. *La transfiguration du politique: L'être ensemble anthropologique*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1992.

_____. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *À sombra de Dionísio*. Contribuição a uma sociologia da orgia. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. *O instante eterno*. O retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. São Paulo: Zouk, 2003.

MASSEY, D. La filosofía y la política de la espacialidad: algunas consideraciones. In: Arfuch, L. (Org). *Pensar este tiempo*. Espacios, afectos, pertenencias. Buenos Aires: Paidós, 2005. pp 102-127.

MARICATO, E. O urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção sistemática. In: Gonçalves, M.F. (Org). *O novo Brasil urbano*. Impasses. Dilemas. Perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1965.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: Guareschi, P.; Jovchelovitch, S. (Org). *Textos em representações sociais*. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

PENALVA SANTOS, A. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PROVONOST, G. *Loisir et société*. Traité de sociologie empirique. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1993a.

_____. Comprendre la société: Un bilan critique de la sociologie du loisir. In: Provonost, G.; Attias-Donfut, C.; Samuel, N. (Org). *Temps libre et modernité*. Mélanges en l'honneur de Joffre Dumazedier. Paris : L'Harmattan, 1993b.

PAIS, J. M. L'«étique du divertissement» dans les cultures juvéniles. In: Provonost, G.; Attias-Donfut, C.; Samuel, N. (Org). *Temps libre et modernité*. Mélanges en l'honneur de Joffre Dumazedier. Paris: L'Harmattan, 1993.

ROBERTS, K. De quelle société du loisir s'agit-il? In : Provonost, G.; Attias-Donfut, C.; Samuel, N. (Org). *Temps libre et modernité*. Mélanges en l'honneur de Joffre Dumazedier. Paris: L'Harmattan, 1993.

ROLNIK, R. *O que é a cidade?* 3. Ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994.

RUSSELL, B. (1935). O elogio ao ócio. In: De Masi, D. (Org). *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: GTM Editores, 2001.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5. Ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Studio Nobel Ltda. São Paulo, 1985.

SEDUR - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL. *Programa de ação integrada da Baixada Fluminense – PAI*. Rio de Janeiro, 1990.

SEGADA SOARES, M.T. Nova Iguaçu : absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de Geografia*, v.2, n. 24, p. 155 – 255, 1962.

SEGRE, M. Les enfants et les adolescentes face au temps libre. In: Dumazedier, J. *Révolution culturelle du temps libre. 1968 – 1988*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.

SIBLEY, D. Geographies of exclusion. In: Skelton, T.; Valentine, G. *Cool places. Geographies of youth cultures*. Londres: Routledge, 1998.

SKELTON, T.; VALENTINE, G. *Cool places. Geographies of youth cultures*. Londres: Routledge, 1988.

SOJA, E.W. *Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, S. *Geografia e filosofia. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: UNESP, 2003.

SUE, R. *Vers une société du temps libre?* Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

_____. *Vivre en l'an 2000. Votre vie quotidienne dans quinze ans!* Paris: Albin Michel S.A, 1985.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e terra, v.2, 1987.

ZUBIETA, A.M. (Org). *Cultura popular y cultura de masas. Conceptos, recorridos y polémicas*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

ZUZANEK, J. Les débuts des recherches sur le loisir en Amérique. In: Provonost, G.; Attias-Donfut, C.; Samuel, N. (Org). *Temps libre et modernité*. Mélanges en l'honneur de Joffre Dumazedier. Paris: L'Harmattan, 1993.

FONTES ELETRÔNICAS

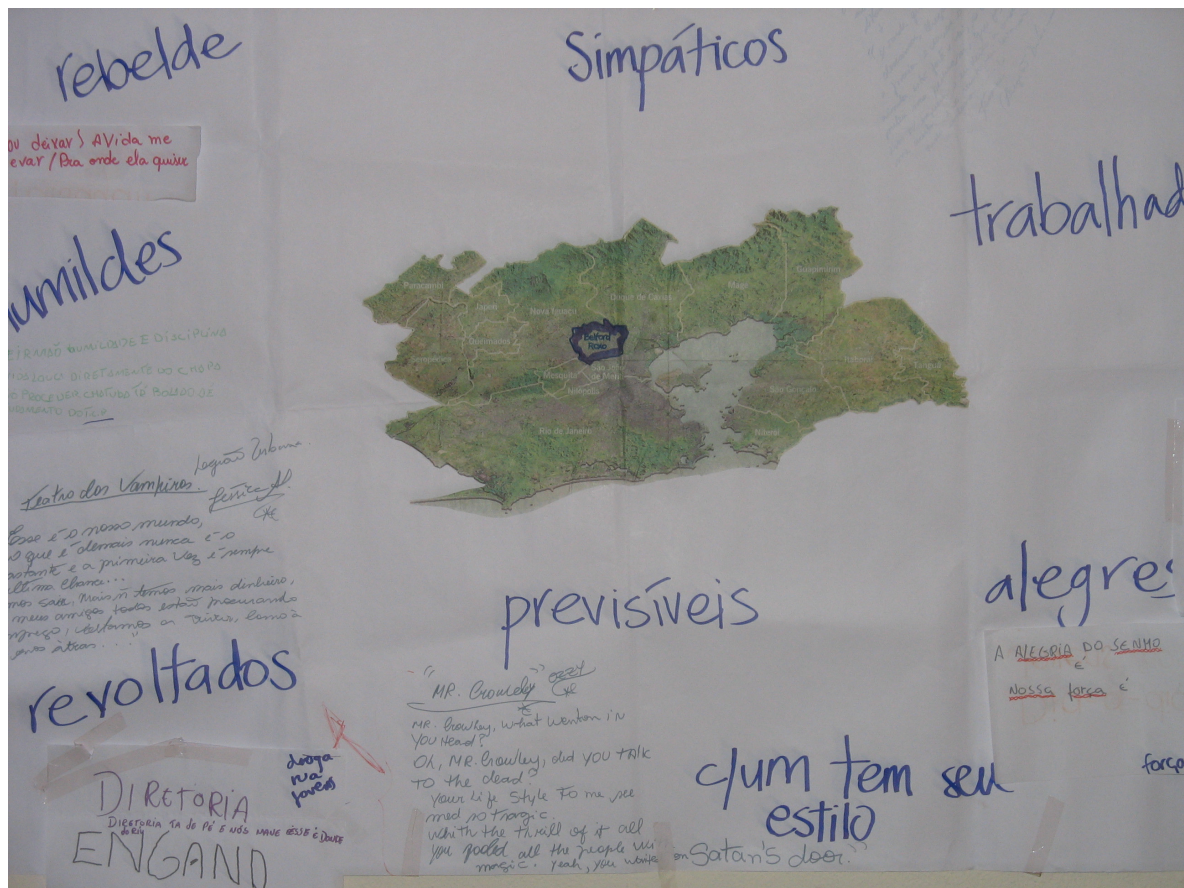
GALAFASSI, G. Las preocupaciones por la relación naturaleza – cultura - sociedad. Ideas y teorías en los siglos XIX y XX. Una primera aproximación. *Revista THEOMAI*. n. 3. Disponível em: <http://revista-theomai.unq.edu.ar> Acesso em: 3 set. 2005.

SECRETARIA DE ESTADO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO. Disponível em: www.cederj.edu.br. Acesso em: 8 ago. 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Disponível em: www.rio.rj.gov.br/smas. Acesso em: 15 fev. 2006.

ANEXOS

ANEXO A. COMO SOMOS NÓS, JOVENS DE BELFORD ROXO?



ANEXO C. EU AMO UM LUGAR...

